

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS

**VERBOS, CORES E MUDANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO
DIRETA DE DIRETORES ESCOLARES NA PREFEITURA MUNICIPAL
DE VITÓRIA (PMV-ES) EM 1992, UMA DIMENSÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

VITÓRIA/ES

2024

CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS

**VERBOS, CORES E MUDANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO
DIRETA DE DIRETORES ESCOLARES NA PREFEITURA MUNICIPAL
DE VITÓRIA (PMV-ES) EM 1992, UMA DIMENSÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação. Orientador: Prof.º Dr. º Rodrigo Sarruge Molina.

VITÓRIA/ES

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

K95v Küffer Chagas, Cláudia Vieira, 1978-
Verbos, Cores e Mudanças: : A Implementação da Eleição Direta
de Diretores Escolares na Prefeitura Municipal de Vitória (PMV
ES) em 1992, Uma Dimensão da Gestão Democrática / Cláudia
Vieira Küffer Chagas. - 2024.
196 p. : il.

Orientador: Rodrigo Sarruge Molina.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

I. Molina, Rodrigo Sarruge. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS

VERBOS, CORES E MUDANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA
ELEIÇÃO DIRETA DE DIRETORES ESCOLARES NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV-ES) EM 1992,
UMA DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Educação da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre
em Educação.

Aprovada em 23 de julho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Gilda Cardoso Araujo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Rodrigo Ferreira Rodrigues
Instituto Federal do Espírito Santo

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 6fa1e6287cd8731204b2dddeb81c92f34388e0130ca2b1d811e05f310cdf04ac





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Ata da sessão da defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, da discente **CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS**, candidata ao título de Mestre em Educação, com defesa realizada, presencialmente, às 14 horas, do dia 23 de julho do ano dois mil e vinte e quatro. O presidente da Banca, Rodrigo Sarruge Molina apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituída pelos professores Doutores: Gilda Cardoso Araujo e Rodrigo Ferreira Rodrigues. Em seguida, cedeu a palavra à candidata, que em trinta minutos apresentou sua Dissertação intitulada "VERBOS, CORES E MUDANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO DIRETA DE DIRETORES ESCOLARES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV-ES) EM 1992, UMA DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA". Terminada a apresentação da aluna, o presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. O presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e o presidente informou aos presentes que a Dissertação havia sido APROVADA. O Presidente alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Mestre após o cumprimento de todas as obrigações Curriculares e Regimentais do PPGE e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico. Então deu por encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 23 de julho de 2024.

Professor Doutor Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Gilda Cardoso Araujo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Rodrigo Ferreira Rodrigues
Instituto Federal do Espírito Santo

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



REGISTRO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DO CANDIDATO AO GRAU DE MESTRE PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada: “VERBOS, CORES E MUDANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO DIRETA DE DIRETORES ESCOLARES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV-ES) EM 1992, UMA DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA” elaborada por **CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS**, candidata ao Grau de Mestre em Educação, recomendou, após apresentação da Dissertação, realizada no dia 23 de julho de 2024, que a mesma seja (assinale um dos itens abaixo):

() Aprovada

() Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Aprovada

Reprovada

Rodrigo Sarruge Molina

Gilda Cardoso Araujo

Rodrigo Ferreira Rodrigues

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br





Documentos de defesa mestrado - Cláudia V. Küffer

Data e Hora de Criação: 24/07/2024 às 08:34:30

Documentos que originaram esse envelope:

- Documentos de defesa mestrado - Cláudia V. Küffer.pdf (Arquivo PDF) - 3 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 6fa1e6287cd8731204b2ddddeb81c92f34388e0130ca2b1d811e05f310cdf04ac

[SHA512]: f1d37f6dd9fbaa63fc2791624e9da8b113669a7df681aaa3899a8453036920bf199e8bb2b3f745e6a9f5c2ebc10c3788ba7283a7443cdf868e7c12903dbb71d

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Rodrigo Ferreira Rodrigues (rodrigo.rodrigues@ifes.edu.br)

Data/Hora: 24/07/2024 - 11:06:08, IP: 179.102.129.195, Geolocalização: [-20.255609, -40.272024]

[SHA256]: 0c2a19b061b7bf07387b2c202c7dd77e7b73d56502853e62eb65c300900bf2c



ASSINADO - Gilda Cardoso Araujo (gilda.araujo@ufes.br)

Data/Hora: 24/07/2024 - 14:40:42, IP: 187.36.175.99, Geolocalização: [-20.283392, -40.284979]

[SHA256]: bf0b26076c07199b7f03f92a41f750725c3bdceb809562219fac0faa7f76e2bc



ASSINADO - Rodrigo Sarruge Molina (rodrigo.molina@ufes.br)

Data/Hora: 25/07/2024 - 10:17:51, IP: 177.97.120.7

[SHA256]: 35d949d49403ad4e3ff089f442c03e38a36c582cc89979863616c3f9552fca3d

Histórico de eventos registrados neste envelope

25/07/2024 10:17:51 - Envelope finalizado por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

25/07/2024 10:17:51 - Assinatura realizada por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

25/07/2024 10:17:47 - Envelope visualizado por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

24/07/2024 14:40:42 - Assinatura realizada por gilda.araujo@ufes.br, IP 187.36.175.99

24/07/2024 14:40:27 - Envelope visualizado por gilda.araujo@ufes.br, IP 187.36.175.99

24/07/2024 11:06:08 - Assinatura realizada por rodrigo.rodrigues@ifes.edu.br, IP 179.102.129.195

24/07/2024 08:37:02 - Envelope registrado na Blockchain por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

24/07/2024 08:37:01 - Envelope encaminhado para assinaturas por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

24/07/2024 08:34:32 - Envelope criado por rodrigo.molina@ufes.br, IP 177.97.120.7

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que estiveram ao meu lado nesta jornada:

A meu Deus, Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade e Príncipe da Paz, toda glória e louvor, pois Ele me forjou e sonhou o meu sonho com infinita misericórdia.

À minha mãe, Valdete, o amor da minha vida, pela presença constante e apoio incondicional ao longo dos anos.

A Camilo, Luísa e Júlia, meu amor, meu alicerce, minha força, minha base. Minhas filhas, mulheres fortes que me inspiraram a persistir, mesmo diante das portas que insistiam em se fechar. “Quando estamos fracas, somos fortes!”

A meu pai, Alcemir, irmãos, Cristina e Bruno, e sobrinhas, Rebeca e Laura, por formarem minha família e me aceitarem como sou.

À minha tia Ademilde, minha inspiração na docência, que me ensinou o valor do compromisso com a Educação.

À Priscila, amiga querida que segurou ainda mais firme minha mão desde 2014 e continuará ao meu lado para sempre, numa amizade linda de mais de trinta anos.

Aos preciosos pets, Paçoca e Mariola, pelo amor puro que trouxeram à minha vida.

Aos que caminharam ao meu lado, recebam todo meu carinho peculiar, sincero e especial.

Aos amigos da EMEF “São Vicente de Paulo”, onde me tornei professora e fui “diretora escolar eleita”, crescendo, vivendo, rindo, chorando e amadurecendo ao lado de pessoas especiais.

Aos amigos da vida acadêmica, fundamentais que compartilharam comigo desafios e conquistas, especialmente a Fernanda Binda, Dudu Souza e Patrícia Reis.

Aos professores que deixaram sua marca positiva em minha trajetória acadêmica, em especial à professora Tânia Delboni, cujo memorável encontro ocorreu na

minha primeira entrada no PPGE como mestranda, e à Sandra Della Fonte, uma inspiração e exemplo de sabedoria.

Meu carinho especial ao Dr. Vitor Buaiz, tão importante para esta pesquisa, um presente e a memória viva desta pesquisa em um tempo democrático tão bom e, para além, um excelente médico, que tratou minhas dores, tornando-se um amigo. Agradeço também a Daniel Barboza, amigo na jornada do magistério na PMV, fonte oral de ricas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa, professor orientador, pela condução do evento; minha gratidão à professora Gilda Cardoso, tão inspiradora quanto solícita em seu apoio a este estudo; ao professor Lalo Minto, por suas valiosas contribuições na qualificação deste trabalho; e ao professor Rodrigo Rodrigues, pela disponibilidade e alegria em participar do momento da defesa.

Agradeço aos que, de distintas formas, contribuíram para minha jornada acadêmica e pessoal. Que este seja apenas o começo de muitas outras conquistas e aprendizados.

*“No princípio era o Verbo, e o Verbo
estava com Deus, e o Verbo era Deus.*

Ele estava no princípio com Deus.

*Todas as coisas foram feitas por Ele, e
sem Ele nada do que foi feito se fez.”*

(João 1:1-3)

RESUMO

A pesquisa analisa a implementação da eleição direta de diretores escolares na rede de ensino municipal de Vitória (PMV/ES) e seu papel na consolidação dos princípios da gestão democrática na educação local. Utilizando uma metodologia histórico-bibliográfica qualitativa, o estudo busca desvendar os detalhes e contextos históricos que moldaram o marco inicial dessas eleições, analisando documentos e fontes orais. A questão de pesquisa central é: qual é a importância da introdução da eleição direta para diretores escolares na dinâmica educacional da Rede Municipal de Vitória/ES? A revisão bibliográfica inclui autores como Gobete (2005), Costa (2006), Natal (2011), Vargas (2011), Antunes (2012), Pereira (2012), Silveira (2016), e Souza (2019). A partir do referencial teórico, esta pesquisa se beneficiou das contribuições de diferentes autores. Paro (2001, 2010, 2012, 2015), Freire (1982, 1996, 2001, 2003, 2015, 2019, 2021, 2022), Saviani (2004, 2008, 2010, 2015, 2021, 2023), Ferreira et al. (1999), Cravo (2012), Della Fonte (2020), Minto (2010) e Karl Marx (1985, 1989, 2004, 2007, 2008, 2020). O estudo revela que a eleição direta para diretores escolares é um passo significativo na implementação da gestão democrática, refletindo nas estruturas sociais e nas relações entre trabalho e sociedade. A análise da primeira eleição direta de 1992 destaca a criação, os progressos e as perspectivas futuras do modelo, consolidando o princípio constitucional da gestão democrática na educação. O estudo concentra-se nas implicações, desafios e possíveis vantagens da eleição direta para diretores escolares, especialmente durante sua fase inicial de implementação, considerando que a gestão democrática da educação abrange diversos aspectos da dinâmica escolar.

Palavras-Chave: Gestão Escolar, Gestão Democrática, Eleição Direta de Diretores, Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)

ABSTRACT

The research analyzes the implementation of direct election for school principals in the municipal school network of Vitória (PMV/ES) and its role in consolidating the principles of democratic management in local education. Using a qualitative historical-bibliographic methodology, the study aims to uncover the details and historical contexts that shaped the initial milestone of these elections by analyzing documents and oral sources. The central research question is: what is the importance of introducing direct elections for school principals in the educational dynamics of the Vitória/ES Municipal Network? The literature review includes authors such as Gobete (2005), Costa (2006), Natal (2011), Vargas (2011), Antunes (2012), Pereira (2012), Silveira (2016), and Souza (2019). The theoretical framework of this research benefits from the contributions of various authors including Paro (2001, 2010, 2012, 2015), Freire (1982, 1996, 2001, 2003, 2015, 2019, 2021, 2022), Saviani (2004, 2008, 2010, 2015, 2021, 2023), Ferreira et al. (1999), Cravo (2012), Della Fonte (2020), Minto (2010), and Karl Marx (1985, 1989, 2004, 2007, 2008, 2020). The study reveals that the direct election of school principals is a significant step in implementing democratic management, reflecting in the social structures and the relationships between labor and society. The analysis of the first direct election in 1992 highlights the creation, progress, and future prospects of the model, consolidating the constitutional principle of democratic management in education. The study focuses on the implications, challenges, and potential advantages of direct elections for school principals, especially during its initial phase of implementation, considering that democratic management in education encompasses various aspects of school dynamics.

Keywords: School Management, Democratic Management, Direct Election of Principals, Municipal Government of Vitória (PMV)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações Seleccionadas: Análise de Parâmetros e Tendências nas Bases de Dados (2005-2022)	43
Quadro 2 - Dados Atuais e Informações da Cidade de Vitória/ES	90
Quadro 3 - Distribuição de oferta de vagas na Rede de Ensino - PMV/2024.....	95
Quadro 4 - Distribuição percentual dos métodos de seleção de gestores escolares nas escolas municipais e estaduais no Brasil, com base nos dados do Censo Escolar 2022	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comissão de Ética Pública
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
Cmei	Centro Municipal de Educação Infantil
Comev	Conselho Municipal de Educação de Vitória
Datasus	Departamento de Informática Sistema Único de Saúde
Emef	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EPG	Escolas de Primeiro Grau
ES	Espírito Santo
ETFES	Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo
FNEP	Fundo Nacional de Ensino Primário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo Inep
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação

PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE/UFES	Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade federal do Espírito Santo
PT	Partido dos Trabalhadores
Sedu	Secretaria de Estado da Educação
Seme	Secretaria Municipal de Educação
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Sindiupes	Sindicato da União dos Profissionais em Educação do Espírito Santo
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Tempo Integral
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UPE	Unidades de Pré-escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
<i>Trajatória, nas cores do verbo</i>	<i>18</i>
<i>Objetivos e Alcance da Pesquisa</i>	<i>25</i>
1. A AÇÃO NA PESQUISA: METODOLOGIA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	33
1.1 <i>Estratégias para Análise de Dados.....</i>	33
1.2 <i>Concepções sobre a Gestão Democrática</i>	38
1.2.1 <i>As origens do Verbo na Revisão Bibliográfica</i>	38
2. DIÁLOGOS NA PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO ESCOLAR	51
3. REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA E O PAPEL DOS EDUCADORES GESTORES NA HISTÓRIA EDUCACIONAL BRASILEIRA	70
3.1 <i>A Gestão Escolar na Era Vargas: Nacionalização da Educação</i>	75
3.2 <i>Transformações na Gestão Escolar Durante o Regime Militar (1964-1985)</i>	78
3.3 <i>Aspectos da Gestão Escolar na Transição para a Nova República e na Era Neoliberal ..</i>	81
4. PERSPECTIVAS TRANSFORMADORAS: A INTRODUÇÃO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETORES NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES	88
4.1 <i>Análise Inicial: O Panorama Educacional e a Gestão Municipal em Vitória/ES</i>	92
4.2 <i>Desdobramentos Históricos: As Origens da Gestão Democrática na Educação Brasileira e sua Importância nas Escolas da PMV/ES</i>	96
4.3 <i>A Jornada Democrática: O Percurso até a Primeira Eleição de Diretores nas Escolas da PMV/ES, 1992.....</i>	103
4.4 <i>Nuances da Atualidade: 32 Anos de Eleição Direta para Diretores Escolares nas Escolas da PMV/ES em 2024</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
<i>E pois</i>	126
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	143
Anexo I – Parecer do Comitê de Ética – UFES	143
Anexo II – Decreto nº 8.765, publicado em 05/03/1992	149
Anexo III – Decreto nº 16.182, publicado em 11/12/2014	167
Anexo IV – Decreto n.º 23.486 – publicado em 03/04/2024	169

APÊNDICES 171

Apêndice A - Entrevista com Vitor Buaiz 171

Apêndice B - Texto lido por Daniel Barboza, “30 anos do processo de construção da Gestão Democrática da Escola Pública no Município de Vitória - ES, sobrenome: Eleição de Diretores.” 183

INTRODUÇÃO:

Trajetória, nas cores do verbo

*No descomeço era o verbo.
 Só depois é que veio o delírio do verbo.
 O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz:
 Eu escuto a cor dos passarinhos.
 A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor,
 mas para som.
 Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.
 E pois.
 Em poesia que é voz de poeta,
 que é a voz de fazer nascimentos
 O verbo tem que pegar delírio.*

Manoel de Barros

No início, o verbo. Este era o fundamento. Sempre fui fascinada pelo encanto das palavras e pelo seu poder de criar, transformar e humanizar. Como um poema, a força do verbo é uma expressão de vida e nascimento. Manoel de Barros (1916-2014) ilustrou com precisão. No início, a criança disse: “*Eu ouvi o cor dos passarinhos*”, causando o delírio do verbo.

Acreditar no poder da palavra explica a escolha dessa poesia para abrir o debate desta pesquisa. A minha jornada começou com a busca pela docência, especialmente na alegria de me tornar professora na Prefeitura Municipal de Vitória, PMV/ES, em 2004.

No entanto, a alegria inicial deu lugar a outros sentimentos importantes, como a força, refletida na poesia de Manoel de Barros. Apressando essa trajetória, fui convidada a assumir a função de diretora escolar em 2017, um processo único repleto de delírios, maturidade e mudanças profundas que me permitiram, de maneira metafórica, escutar a cor dos passarinhos.

Esse convite inicial, diante de uma situação tão peculiar quanto adversa, foi posteriormente validado por meio de um pleito eleitoral, resultando na minha eleição como diretora de uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Esse evento desencadeou meu interesse de estudo na

área científica e me concentrou na realização desta pesquisa, embora o desejo pelo mestrado tenha surgido bem antes, abordando outras temáticas.

Ao assumir o papel de liderança, deparei-me com as complexidades e nuances inerentes ao universo da gestão escolar. Essa experiência revelou conexões intrínsecas com as transformações educacionais e administrativas. Compreender o papel de dirigir uma escola vai além das responsabilidades cotidianas; trata-se de uma jornada que requer compreensão, sensibilidade diante de diversos desafios e análise crítica.

Como esta narrativa se refere ao meu pensamento ontológico, é necessário que o leitor se envolva nessa narrativa. Escrever estas linhas implica examinar minha trajetória desde o ingresso no mestrado, ressaltando que os aspectos discutidos não se limitam ao meu percurso pessoal, mas se relacionam com os temas da pesquisa de uma maneira única.

Ao colocar o leitor nesse contexto, quero compartilhar não apenas uma experiência pessoal, mas também enfatizar como as mudanças na gestão escolar refletem anseios e conquistas do sistema educacional em seu conjunto.

A partir dessa perspectiva, a conexão entre pesquisa acadêmica e experiência pessoal é o fio condutor, que é demonstrado pela subjetividade da poesia escolhida e que permeia todo o processo de criação deste trabalho.

É necessário considerar que as cores, presentes tanto na minha escrita quanto na analogia com o universo de Manoel de Barros, expressam a constante mudança e a fé de que essa transformação é impulsionada pelo verbo, que tem o poder de mudar o mundo e adicionar novas nuances ao que já existe.

O objetivo desta pesquisa é aprofundar a compreensão da gestão democrática na educação. Para isso, focalizamos uma dimensão específica, o processo de implementação das eleições diretas para diretores escolares na PMV em 1992. Acreditamos que essa iniciativa desencadeou profundas mudanças e representou um marco significativo nesse percurso.

Embora esta pesquisa se concentre na eleição direta para diretores escolares, reconhecemos que a gestão democrática na educação envolve várias outras

dimensões igualmente importantes sob minhas perspectivas. Exemplos dessas dimensões incluem a participação ativa da comunidade escolar nas decisões administrativas, a transparência na gestão dos recursos, e a promoção de espaços de diálogo e colaboração entre professores, alunos e pais. Esses aspectos, apesar de não serem o foco deste estudo, apareceram de alguma forma e, mesmo sem uma análise detalhada, são fundamentais para a consolidação de uma educação democrática e participativa.

A ação transformadora do verbo marcou cada etapa dessa jornada, seja aprendendo, ensinando ou liderando. Essas experiências moldaram meu percurso. Motivado pelo persistente desejo de compreender e aprimorar a gestão escolar, um ambiente onde a palavra se transforma em ação e a conversa em mudança, estou agora defendendo minha dissertação.

Assim, meus pensamentos refletem as ideias de Freire (2023), quando escreve:

Por isso mesmo que existir é um conceito dinâmico. Implica uma dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo. Do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas, que o faz histórico (Freire, 2023, p. 82-83)

A jornada que percorri tanto no âmbito acadêmico quanto profissional desdobrou-se naturalmente em direção à gestão escolar, onde descobri a arte da escuta como uma habilidade necessária. Embora sempre tenha tido um forte senso de comunicação, percebi que o verdadeiro poder das palavras reside na capacidade de ouvir.

Entendemos que o diálogo não é apenas uma opção, mas sim o ponto de partida para a construção democrática. Firmada nesse princípio, buscando minha identidade pessoal e acadêmica, atrelada à construção profissional, compreendi que para trilhar esse caminho são necessárias estratégias, onde as cores da poesia se manifestam para iluminar as tonalidades da comunicação.

Ao longo dessa jornada educacional, descobri o papel que a gestão escolar pode ter na qualidade do ensino. Vejo as cores como o movimento que nasce do despertar do verbo, e essas cores, especialmente as vibrantes, me descrevem tanto quanto as palavras.

Nesse contexto, compreendi que a construção democrática se dá quando enxergamos as limitações individuais e buscamos força na união, fortalecendo-nos na luta por uma educação democrática e coletiva. Entendemos nesse sentido, que a democracia, não surge isoladamente, mas é construída coletivamente.

Parafraseando Saviani (2021a, p. 30), constatei que, muitas vezes, “quanto mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando se falou menos em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática”.

Essa citação enfatiza a importância de uma abordagem equilibrada e prática em relação à democracia na escola, destacando como o excesso de foco em discussões teóricas pode, de forma inesperada, distanciar a prática democrática real. É nesse contexto que a gestão democrática se concretiza, quando há uma harmonia entre teoria e prática, promovendo uma participação na tomada de decisões democráticas dentro do ambiente escolar.

Segundo Freire (1996/2021c, p. 63) “as qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos.” Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis – a da coerência.

Nesse percurso como educadora, o compromisso em buscar melhorias contínuas no sistema educacional levou-me a investigar o processo histórico da gestão escolar, concentrando-me na implementação da eleição direta para diretores, um marco na PMV/ES. Esse marco serve como fundamento para a compreensão e aplicação do princípio da gestão democrática, alinhando a teoria à prática e assegurando que a prática educativa reflita os princípios teóricos defendidos.

A experiência vivida como diretora eleita entre 2017 e 2021 proporcionou uma compreensão sobre a prática diária e ajudou a preencher lacunas teóricas existentes, destacando a relevância do estudo dessa dimensão da gestão democrática.

No entanto, seria ingênuo atribuir posturas democráticas dos diretores escolares apenas à sua elegibilidade, e é exatamente sobre isso que esta pesquisa pretende abordar. Segundo Paro (2001),

Obviamente, as pessoas que pensavam que, com as eleições, diretor mudaria seu comportamento de forma radical e imediata, frustraram-se ao perceber que muito das características do chefe monocrático que detém a autoridade máxima na escola persistiu mesmo com a eleição. [...] Em Vitória, segundo técnicas da Secretaria de Educação, apesar dos avanços, ainda há muita reclamação a respeito do diretivíssimo e do autoritarismo do diretor. (Paro, 2001, p 66 e 67)

Após atravessar essa experiência repleta de desafios, conquistas e aprendizados, é ainda mais evidente a relevância da gestão escolar na consolidação de um ambiente educacional democrático. Essa jornada permitiu compreender que enfrentar uma variedade de desafios, inclusive a tomada de decisões difíceis, é uma forma estratégica de superar adversidades

Ao longo desse período de busca por fortalecimento, observei uma variação do verbo, que agora se manifesta de maneira diferente, na escrita, na leitura, nos livros, nos professores e até mesmo no encontro vivenciado durante o mestrado em Educação no PPGE/UFES.

E por falar no Mestrado, me faltam vocábulos! Foi um percurso marcado pela persistência. Ao todo, foram nove tentativas de seleção no PPGE/UFES, somadas a outras tantas em diferentes instituições, até que finalmente, conquistei a entrada no curso que almejava desde 2014.

Esse marco foi alcançado em 2022, em um momento em que a sensação de fragilidade parecia se instaurar. No entanto, esse surgiu como um período de reestruturação pessoal e profissional, chegando quando era preciso me recompor. Foi como se viesse no delírio do verbo, trazendo consigo uma força renovada, um horizonte de novas possibilidades, também de novos e árduos desafios.

Na prática democrática, o papel do diretor assemelha-se ao encantamento do verbo na poesia, proporcionando liberdade e transcendendo a simples imposição ou direcionamento. Sob essa perspectiva, a atuação do diretor é fundamentada na responsabilidade social, estabelecendo limites sem impor unilateralmente sua opinião à comunidade escolar.

Como salienta Freire (2001b), “[...] sozinho ele **[o diretor]** não é a escola. Sua palavra não deve ser a única a ser ouvida” (p. 105, **grifo meu**). Essa experiência prática fortalece o compromisso com a gestão democrática e intensifica a busca pelo conhecimento teórico necessário para aperfeiçoar continuamente a dinâmica educacional.

Esta fase da pesquisa representa um momento de concretização. É como o verso de Manoel de Barros (2015), “o verbo tem que pegar delírio”. Apesar de ser um grande avanço acadêmico, não deve ser visto como uma conclusão definitiva. Pelo contrário, simboliza tanto o encerramento de uma etapa quanto o início de uma nova jornada. Este estágio em progresso amplia o apoio à gestão democrática e estimula o compromisso contínuo com melhorias e aprofundamentos na área educacional.

Essa trajetória de estudo e imersão no contexto da gestão escolar se materializa nesta pesquisa intitulada “*Verbos, Cores e Mudanças: A Implementação da Eleição Direta de Diretores Escolares na Prefeitura Municipal de Vitória (PMV-ES) em 1992, uma Dimensão da Gestão Democrática*”. Iniciou-se por meio de estudos e buscas por materiais pertinentes, à medida que o envolvimento e identificação com a temática cresciam.

Ao analisar seu papel no cenário educacional, torna-se evidente como um ato autodeclarado democrático ocorrido nas escolas públicas municipais de Vitória, ES, em 1992, continua a ecoar na vida daqueles que integram a comunidade escolar até os dias atuais. A importância de um processo eleitoral para uma comunidade escolar está diretamente ligada ao fortalecimento dos princípios democráticos.

Esta pesquisa busca explorar os desdobramentos desse marco histórico na gestão escolar pública municipal de Vitória/ES, delineando objetivos para a próxima etapa, que visa analisar a influência e os reflexos dessa implementação democrática na dinâmica educacional das escolas. Dessa forma, investiga-se como a eleição direta para diretores escolares pode influenciar a gestão escolar.

Para fins de esclarecimento, esta dissertação utilizará os termos **“gestor”**, **“diretor”** e **“gestão”**¹ de forma intercambiável para referir-se à função do líder ou responsável pela administração da escola. Essas designações representam o papel central desempenhado por aquele que assume a condução na comunidade escolar, notadamente na PMV, por meio do processo eleitoral.

A pesquisa busca proporcionar uma nova perspectiva sobre este marco histórico, similar ao papel da poesia, que usa a inspiração para criar novos significados e dar voz aos nascimentos. Assim, o estudo se dedica a explorar as transformações educacionais resultantes deste processo democrático, entender seu papel na dinâmica escolar, fomentar novos entendimentos e fortalecer a gestão democrática nas escolas.

O ano de 2024 foi marcado pela expectativa de mais um ciclo de eleições diretas para diretores de escolas na PMV, conforme estabelecido no cronograma regular, que prevê pleitos a cada triênio. O último ciclo teve início em 03 de janeiro de 2022 e se estende até 03 de janeiro de 2025.

Entretanto, as eleições de 2024 foram suspensas devido ao Decreto Municipal N° 23.486² de 3 de abril de 2024, o qual prorrogou o mandato dos atuais diretores escolares municipais por 12 (doze) meses. No desenvolvimento da pesquisa, essa informação será contextualizada de forma mais abrangente.

A história da gestão escolar na PMV/ES pode ser contada por trinta e dois anos de implementação desse processo. Essa suspensão não apenas interrompe o processo democrático esperado, mas também revela as mudanças na administração educacional local.

¹ Este trabalho adota os termos **“gestor”**, **“diretor”** ou **“administrador escolar”** de forma equivalente, seguindo a abordagem de Vitor Paro (2015), em “Diretor Escolar: Educador ou Gerente?”, onde o autor esclarece que, para os propósitos deste estudo, que se assemelha a esta pesquisa, os termos são utilizados como sinônimos para descrever a função de administração na esfera escolar, representando a utilização racional de recursos para a realização de objetivos específicos, “é com esse sentido que utilizarei o conceito de administração, ou de gestão, e as palavras serão tomadas aqui como sinônimas” (Paro, 2015, p. 18).

² Para informações sobre suspensão do processo eleitoral para diretores, consultar Decreto N° 23.486, de 03 de abril de 2024.

Fonte: Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Vitória.

Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/> Acesso em: 20 abril de 2024.

Ao longo dos trinta e dois anos de existência, as escolas da PMV/ES têm testemunhado diversas transformações e desafios na concepção e implementação da gestão democrática, incluindo a escolha de diretores escolares por meio de eleições diretas. A suspensão das eleições de 2024 é apenas mais um exemplo dessa dinâmica em constante mudança.

No entanto, vale lembrar que a principal ameaça à persistência dessa conquista democrática é a influência política e partidária. Essa pressão pode ter um resultado significativo no progresso do processo. Essa interferência partidária é ainda mais evidente durante períodos de eleições nacionais para prefeitos e vereadores, sendo este o motivo alegado para a suspensão do pleito de 2024.

Objetivos e Alcance da Pesquisa

A Gestão Democrática na educação brasileira teve seu início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando um marco importante rumo à maior participação da comunidade escolar nas decisões educacionais. Esta pesquisa delimita-se no âmbito da gestão escolar, com foco no princípio da gestão democrática, mais especificamente na análise da dimensão que envolve a eleição direta para diretores de escolas públicas.

Tal delimitação focaliza o contexto municipal de Vitória, no Espírito Santo, onde a introdução da eleição direta de diretores escolares não apenas representou uma mudança administrativa, mas também sinalizou uma transição em direção a um novo modelo de gestão educacional.

A pesquisa examina a figura do diretor escolar em todo o Brasil, desde a era colonial até os dias de hoje, com ênfase especial no final da década de 1980 e início da década de 1990. Esse período de análise específico é necessário para as questões abordadas neste estudo, que busca explorar a temática de forma abrangente, capturando o cenário da época e refletindo conceitos em consonância com a evolução da realidade.

Neste sentido, o problema de investigação que norteia este estudo é: ***Qual é a importância da introdução da eleição direta para diretores escolares na dinâmica educacional da Rede Municipal de Vitória/ES?***

Para responder a essa questão, reafirmamos que o objetivo principal desta pesquisa, é analisar a implementação da eleição direta para diretores escolares na rede municipal de ensino de Vitória (PMV/ES), destacando seu papel na gestão democrática local. A análise se concentra nas primeiras eleições de 1992, que marcaram uma mudança paradigmática na administração escolar. O estudo busca aprofundar a compreensão da gestão democrática, examinando as mudanças desencadeadas por esse processo.

E para compor esse estudo, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a relevância e os desafios associados à implementação das primeiras eleições diretas para diretores escolares nas escolas da rede pública municipal de Vitória/ES, investigando a percepção da comunidade escolar. Esta análise estabelece uma conexão direta com a revisão bibliográfica e o percurso metodológico, evidenciando a relevância dessa temática.
- Realizar uma análise crítica, embasada nos fundamentos teóricos, visando a compreensão da temática estudada, contribuindo para a construção do arcabouço de sustentação desta pesquisa.
- Investigar o papel histórico do diretor escolar no contexto brasileiro, destacando como esse panorama histórico contribui para a compreensão do cenário educacional público municipal em Vitória/ES e para a adoção do modelo de eleições diretas na escolha de dirigentes escolares na PMV.
- Contextualizar a escolha da eleição direta para diretores como um elemento de fortalecimento da gestão democrática, examinando como essa decisão impacta a formulação das políticas educacionais locais e nas dinâmicas internas das escolas.

De acordo com Ferreira et al. (1999), a Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças de natureza política, econômica e social no país. No âmbito educacional, houve avanços, como a alocação de recursos financeiros, a consagração dos

princípios de igualdade para o acesso e permanência na escola, a liberdade de ensino, a valorização dos profissionais de ensino e a promoção da gestão democrática do ensino público.

Ferreira et al. (1999) ainda destacam que a introdução do princípio da gestão democrática na Constituição de 1988 foi uma demanda dos movimentos sindicais e dos profissionais da educação. A perspectiva desses movimentos era baseada em três pilares: a instituição de conselhos escolares, **a eleição direta de diretores** e o envolvimento da comunidade na administração escolar.

A Carta Magna de 1988 foi o ponto de partida para a criação de leis e normas que regulamentam a gestão democrática no país. No Artigo 206, parágrafo VI, ressalta-se a importância desse fundamento ao estabelecer que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] **gestão democrática do ensino público, na forma da lei**” (Brasil. Constituição, 1988, **grifos meus**).

Este apontamento constitucional, impulsionou a promulgação de legislações, incluindo posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que destacou a importância da gestão democrática nas escolas públicas.

Com base nesse princípio, a pesquisa busca examinar as concepções inerentes ao princípio constitucional da gestão democrática, procurando compreender os desafios e limitações dessa busca pela democracia no ambiente escolar.

A pesquisa em questão não se limita a investigar a implementação da eleição direta para diretores escolares na Rede Municipal de Vitória (PMV/ES), mas também opera como ponto de partida para incentivar a discussão e estimular novas pesquisas.

Procura problematizar não apenas a estrutura administrativa, mas também direcionar o olhar para as vivências e práticas pedagógicas nas escolas públicas, visando ampliar a compreensão sobre a gestão escolar e reconhecer sua influência na dinâmica educacional.

É preciso ressaltar que esta pesquisa foi conduzida sem apoio financeiro externo, o que implicou que as despesas, como deslocamento e aquisição de materiais, foram custeadas pela própria pesquisadora. É essencial reconhecer que o Estado desempenha um papel na manutenção da estrutura que viabiliza atividades acadêmicas, como o funcionamento do prédio do PPGE, além dos salários dos professores e funcionários.

Além disso, destaca-se que o projeto foi submetido à análise da Comissão de Ética Pública – CEP/UFES, com o comprovante de número 019268/2023, e recebeu aprovação. O Parecer Consubstanciado do CEP está disponível nos anexos desta dissertação. (Ver Anexo I)

A composição deste trabalho abrange cinco seções, alinhadas aos objetivos fundamentais da pesquisa. A primeira seção é dedicada à presente introdução, seguida por quatro capítulos que detalham a pesquisa e serão expostos de forma mais aprofundada a seguir. Por fim, são apresentadas as considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndices.

O início deste estudo, compreende essa introdução. O primeiro capítulo, detalha a metodologia de uma pesquisa tipo histórico-bibliográfico, que utiliza métodos documentais e bibliográficos para analisar documentos oficiais, narrativas históricas e registros jornalísticos. O foco é examinar os fundamentos legais da gestão democrática e sua relação com a cultura escolar, destacando a participação da comunidade na gestão educacional.

Quanto à escolha da metodologia aplicada neste trabalho, torna-se relevante fornecer uma explicação ao leitor. Inicialmente, a pesquisa tinha como objetivo entrevistar pessoas que vivenciaram a transição do modelo de gestão da época para a implementação da escolha de diretores por meio de eleição, pois acreditava-se que tais relatos enriqueceriam a narrativa.

No entanto, devido ao Decreto 18.261/2021³, ainda em vigor na PMV/ES, a pesquisadora enfrentou dificuldades de tempo devido à negativa de licença de

³ Decreto 18.261, aplicado durante o período da Pandemia do COVID-19, teve como objetivo a contenção de despesas da PMV. Conforme o Artigo 7º, "Ficam suspensas da Administração Direta e Indireta vinculadas à Prefeitura Municipal de Vitória/ES as seguintes medidas: § VI – Concessão

estudo para servidores. Como resultado dessa restrição, ela não pôde dedicar-se integralmente ao mestrado; em vez disso, teve que conciliar a pesquisa com uma carga horária de trabalho como professora de 50 horas por semana, além das responsabilidades pessoais.

Devido à falta de flexibilidade na carga horária, a realização de entrevistas e a coleta de dados se tornaram complexas. Ainda assim, a pesquisa se constituiu na possibilidade do real. Portanto, este trabalho foi desenvolvido com base na resistência e no desejo persistente de explorar a temática apresentada, mesmo diante dos obstáculos enfrentados.

É preciso explicar que a pesquisadora obteve uma flexibilização parcial dos horários de planejamento escolar por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEME/PMV), totalizando 10 horas semanais para as disciplinas obrigatórias do curso de mestrado nos meses de setembro a dezembro de 2022 e de abril a julho de 2023. Destaca-se que, por orientação da SEME, o cumprimento do planejamento ocorreu de forma remota em horário noturno, com registro no sistema de monitoramento da PMV.

Esta explicação ressalta que as condições de estudo e as influências externas foram determinantes em um percurso desafiador. Além disso, enfatiza o desejo de continuidade na pesquisa, destacando que as entrevistas serão incorporadas à metodologia em uma fase posterior. Nesse contexto, o estudo concentra-se na temática em que o processo dinâmico emerge como um desafio para a efetivação da democracia no ambiente escolar.

A abordagem da pesquisa exploratória qualitativa, conforme citada por Gil (2002), visa proporcionar uma compreensão de um fenômeno específico, tornando-se necessário para contextualizar historicamente a gestão escolar em escolas públicas municipais de Vitória/ES. Além disso, possibilita a análise da evolução do papel do gestor escolar na PMV desde os anos 1990.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos pelo espaço (Gil, 2002, p. 45).

Nesse capítulo, também optamos por uma revisão bibliográfica relacionada para identificar as contribuições teóricas e os dados históricos que podem servir de base para nossa análise. Utilizamos fontes como o banco de teses e dissertações da UFES, estudos sobre a cidade de Vitória/ES e a educação, bem como estudos sobre gestão escolar local e nacional.

Para incluir pesquisas pertinentes na área de pós-graduação, usamos ainda bases de dados como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a Plataforma SciELO, o Repositórios de Pesquisas da Ufes e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes (PPGE/Ufes). Defendemos nossa escolha desses bancos de dados pela abrangência e complementamos os estudos que foram desenvolvidos neles.

Essa busca bibliográfica visou construir uma base de referências e dados históricos que embasam as análises e conclusões deste estudo sobre a gestão escolar na PMV/ES. Dentre os trabalhos selecionados, destacam-se as contribuições de Gobete (2005), Costa (2006), Natal (2011), Vargas (2011), Antunes (2012), Pereira (2012), Silveira (2016) e Souza (2019).

No segundo capítulo, apresentamos os referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa, que apontam uma conexão entre a temática explorada e o conhecimento existente sobre a gestão pública escolar na Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

O embasamento teórico, derivado da revisão de literatura, estabelece um diálogo com diversos autores. Entre eles, destacam-se Paro (2001, 2002, 2010a, 2010b, 2015), com enfoque na gestão democrática; Freire (1982, 1996, 2001a, 2001b, 2003, 2014, 2021c, 2022a, 2022b, 2023), relacionado à gestão democrática e à educação dialógica; Saviani (2004, 2008, 2010, 2013, 2021a, 2021b, 2021c, 2023), para compreensão democrática e análise histórica e crítica da educação; Ferreira et al. (1999) e Cravo (2012), contextualizando a implantação gestão democrática em Vitória/ES e o processo de eleições diretas para diretores escolares; Della Fonte

(2020), na análise da totalidade humana; Minto (2010), problematizando a gestão escolar ao longo da História.

Além disso, foram realizadas análises dialéticas com base nas contribuições de Karl Marx (1985, 1989, 2004, 2007, 2009, 2020), sendo esses dados referentes a edições ou reimpressões das obras originais do autor. Essa abordagem diversificada forneceu uma base para os elementos teóricos e históricos abordados nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, abordamos o processo histórico da gestão escolar e a importância dos diretores escolares na história educacional brasileira, enfocando variados períodos. Nesse capítulo, procuramos esboçar um contexto histórico que destaca as distintas facetas da administração escolar em diversas conjunturas políticas e sociais do país, compreendendo sua influência na dinâmica educacional e no papel dos diretores escolares.

De forma concisa, revisamos os períodos históricos da educação brasileira em busca da presença do diretor escolar e sua evolução ao longo do tempo, concentrando-nos especialmente nesse papel e nessa figura a partir do período que antecede e coincide com a reabertura democrática no Brasil.

O quarto capítulo deste estudo representa o cerne da pesquisa, concentrando-se na análise e discussão dos dados coletados. Aqui, exploramos as mudanças ocorridas na gestão escolar brasileira ao longo do tempo, com especial atenção para a implementação da eleição direta para diretores na Rede Municipal de Vitória/ES.

Esta seção é subdividida em partes que visa compreender os desdobramentos e as implicações da gestão escolar, além de examinar os efeitos da introdução do processo eleitoral direto para diretores, especialmente no contexto da capital capixaba.

Nossa análise visa a compreender como as eleições diretas fortalecem a gestão democrática, investigando os movimentos sociais e políticos que conduziram à adoção da eleição direta para escolher os dirigentes escolares. Além disso, buscamos entender os efeitos dessa decisão não apenas nas interações dentro

das escolas, mas também nas dinâmicas sociais e políticas da comunidade educacional como um todo.

Ao concluir este estudo, as considerações refletem o resultado de uma investigação sobre gestão democrática, com foco em uma de suas diversas dimensões.

Destaca-se a importância da jornada investigativa para o crescimento tanto acadêmico quanto profissional. A pesquisa proporcionou uma compreensão mais profunda da evolução da gestão escolar na PMV/ES, bem como da origem do movimento em prol das eleições diretas para diretores. As descobertas e análises apresentadas aqui têm o potencial de contribuir para futuras pesquisas sobre o tema.

A seguir, adentramos na pesquisa. No primeiro capítulo, explicaremos o percurso desta investigação e descreveremos nossas ações com o objetivo de compreender a estrutura metodológica adotada. Para embasar esta pesquisa, examinaremos a o levantamento bibliográfico, buscando subsídios para uma análise acadêmica aprofundada sobre o assunto.

Na continuidade, delinearemos o percurso desta investigação, traçando nossas ações com o objetivo de compreender, por meio de uma estrutura metodológica, as direções tomadas neste estudo. Inspirados pela ação do verbo, exploraremos a revisão bibliográfica para realizar um levantamento sobre a temática no cenário acadêmico, contribuindo assim para a construção desta pesquisa.

1. A AÇÃO NA PESQUISA: METODOLOGIA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*“[...] O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz:
Eu escuto a cor dos passarinhos [...]”*

Manoel de Barros

Semelhante à maneira como a poesia desvenda as tonalidades secretas, este capítulo busca revelar as nuances das estratégias metodológicas e da revisão bibliográfica contidas nesta dissertação. Neste emaranhado de conhecimento, a abordagem metodológica e a revisão literária assemelham-se à descoberta das variadas cores nos cantos dos pássaros.

A relevância do método científico para a construção do conhecimento é equiparada à habilidade de discernir as tonalidades imperceptíveis na poesia. Assim, mesmo subdividido em tópicos, este texto singularmente composto oferece material para o desenvolvimento e suporte desta investigação.

1.1 Estratégias para análise de dados

Este tópico visa explorar as estratégias metodológicas adotadas, revelando a complexidade do processo. Através de abordagens específicas, nossa pesquisa procura captar as diferentes nuances, traçando um caminho para interpretar os dados de forma mais profunda e alcançar uma compreensão mais detalhada.

Propõe-se a desvendar, através de uma abordagem metodológica, os caminhos e processos envolvidos na primeira eleição direta para diretores escolares nas escolas públicas municipais de Vitória, no Espírito Santo.

Assim como o poeta revela sutilezas aos ouvidos sensíveis, esta pesquisa utiliza uma metodologia histórico-bibliográfica qualitativa, fundamentada nas abordagens de Gil (2002), Lakatos & Marconi (2003) e Severino (2013), para explorar os detalhes, contextos históricos e particularidades que marcaram o início das eleições

diretas para diretores escolares nas escolas da PMV/ES. A proposta é aprofundar a compreensão desse processo, com uma ênfase particular na análise documental.

Ao examinar as primeiras eleições para o cargo de diretor nas escolas públicas municipais de Vitória/ES, procuramos analisar os aspectos dessa dimensão democrática da gestão escolar. Buscamos não apenas compreender o processo em si, mas também os fatores que o influenciaram.

A fim de desvelar as várias tonalidades, esta técnica permite uma análise detalhada, não apenas da legislação aplicável, mas também do histórico dos diretores escolares ao longo da história da educação brasileira. Além disso, abordamos os movimentos sociais da época no Brasil, o contexto educacional particular de Vitória/ES e os autores que influenciaram e sustentaram teoricamente esta pesquisa.

Também examinaremos as mudanças históricas e sociais que levaram às primeiras eleições em 1992. Por meio dessa análise detalhada, buscamos desvendar os caminhos percorridos e compreender os aspectos relevantes que emergiram durante esse marco inaugural das eleições para direção escolar na atmosfera educacional na cidade.

Adotamos uma abordagem qualitativa para interpretar dados coletados por meio de fontes documentais e análise de conteúdo, fundamentando nossa investigação. Buscamos compreensão dos fenômenos estudados, promovendo análise interpretativa e contextualizada para conectar teoria e prática.

Para obter uma compreensão mais completa do objeto de estudo, empregamos métodos específicos. Inicialmente, realizamos uma análise documental, coletando informações relevantes dos documentos pertinentes. Em seguida, conduzimos estudos bibliográficos para embasar nossa pesquisa. Posteriormente, organizamos e analisamos o corpus de dados, discutindo os resultados à luz do referencial teórico estabelecido. Esse processo metodológico nos permitiu obter compreensões sobre o tema em questão.

Segundo Gil (2002), o emprego dessa perspectiva facilita a exploração das questões associadas ao fenômeno em análise, assim como de suas interações.

Isso se dá através da ênfase no contato direto com a situação estudada, buscando compreender o que é comum, ao mesmo tempo mantendo-se aberto para perceber a singularidade e as diversas interpretações.

Além das legislações vigentes, nossa investigação de natureza qualitativa também abarca outros elementos relevantes para o debate sobre gestão democrática em escolas públicas. Isso inclui, por exemplo, documentos institucionais, políticas educacionais, relatórios de pesquisas anteriores, e outras fontes que possam fornecer percepções sobre o tema.

De acordo com Molina (2018), no estudo das instituições escolares, é essencial adotar procedimentos críticos para analisar as diversas fontes coletadas ao longo da pesquisa. Ao empregar uma análise dessas fontes, é possível compreender melhor o contexto e os fatores históricos que moldaram a educação ao longo do tempo. Essa abordagem permite uma análise da evolução das práticas de gestão, contribuindo para uma compreensão fundamentada das dinâmicas escolares.

A revisão bibliográfica desempenha um papel ao enriquecer nossa análise, pois nos possibilita contextualizar o tema e explorar uma variedade de perspectivas teóricas e abordagens metodológicas utilizadas por pesquisadores no campo da gestão educacional. Essa abordagem integrada busca detalhar o objeto de estudo.

Gil (2002) define o método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para alcançar o conhecimento, o que requer a identificação dos passos e métodos que o respaldam. No contexto da pesquisa bibliográfica, o autor descreve tal prática como a leitura, análise e interpretação de material impresso, abrangendo livros, documentos, periódicos, imagens e outros recursos disponíveis.

Essa metodologia, alinhada à visão qualitativa, segundo Gil (2002), centra-se na subjetividade do objeto de estudo. Para o autor, a pesquisa qualitativa se baseia na dinâmica e abordagem do problema investigado, buscando descrever e interpretar os elementos de sistemas complexos. Esse método permite um entendimento mais contextualizado dos fenômenos educacionais.

O referencial teórico empregado na análise documental subsequente foi principalmente fundamentado em pesquisa bibliográfica. Lakatos & Marconi (2003) afirmam que o conhecimento científico lida com ocorrências ou fatos, sendo contingente, já que a verdade ou falsidade de suas proposições depende da coleta e análise de dados experimentais.

Severino (2013, p. 108) descreve “a pesquisa bibliográfica como baseada no registro disponível em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros, abrangendo a bibliografia já publicada sobre o tema”. Seu objetivo é proporcionar ao pesquisador acesso ao material existente sobre um assunto, incluindo diferentes tipos de publicações e meios de comunicação oral e audiovisual.

Após a coleta de material bibliográfico e documentos pertinentes ao tema da pesquisa, como leis e decretos emitidos durante o período estudado pela Prefeitura Municipal de Vitória/ES, foram identificados registros adicionais na Secretaria de Educação (SEME). Além disso, foi realizado um levantamento no Arquivo Público, onde foi possível acessar jornais da época em estudo. Essas fontes forneceram informações relevantes e esclarecedoras sobre os temas abordados nos documentos e divulgados para o público em geral.

Segundo Molina (2018), estudos históricos são fundamentais para a preservação de patrimônios históricos e culturais da humanidade. A divulgação de arquivos, fontes e arquiteturas institucionais nesses estudos não apenas protege esses patrimônios, mas também incentiva novos pesquisadores a visitarem esses locais, contribuindo para sua conservação.

A pesquisa se beneficiou do levantamento documental ao explorar os órgãos públicos visitados para coletar e analisar diversos documentos relacionados à primeira eleição direta para diretores escolares na PMV/ES. Segundo Lakatos & Marconi (2003), a pesquisa documental envolve a manipulação dos dados e a interpretação dos resultados, constituindo o cerne da pesquisa.

Essa abordagem lida com materiais não analisados detalhadamente, buscando selecionar, tratar e interpretar a informação bruta para extrair significado e valor.

Isso contribui para a comunidade científica, permitindo a continuidade de investigações semelhantes no futuro.

Nesse sentido, novamente fazemos uma interlocução com as ideias de Severino (2013, p. 106 e 107) que expande o conceito, “considerando como fonte não apenas documentos impressos, mas também outros materiais como jornais, fotos, filmes, gravações, memórias orais e documentos legais.”

A pesquisa documental oferece diversas vantagens. Primeiramente, os documentos são fontes estáveis e ricas de dados, tornando-se essenciais em pesquisas de natureza histórica, uma vez que persistem ao longo do tempo. Outro ponto positivo é seu baixo custo, já que a análise desses documentos frequentemente requer apenas tempo disponível, comparado a outras formas de pesquisa, resultando em custos mais acessíveis.

Além disso, a pesquisa documental não necessita de contato direto com os sujeitos da pesquisa. Em muitos casos, é difícil ou até impossível ter esse contato, e em outras situações, a informação fornecida pelos sujeitos pode ser comprometida pelas circunstâncias que envolvem o contato. Para Gil, (2002, p. 47), “essa abordagem, portanto, oferece uma alternativa valiosa para adquirir dados sem depender do acesso aos sujeitos da pesquisa.”

Ao concluir essa parte da pesquisa, retomamos a metáfora do poeta que, no descomeço do verbo, concebe uma ideia, mas ao longo da jornada acadêmica, as perspectivas e compreensões se transformam, assim como o entendimento que evolui.

Tal qual a criança que, inicialmente, não compreende que o verbo “escutar” não se aplica à cor, percebemos que as trajetórias de estudo também podem se desviar, exigindo adaptações e ajustes contínuos para apreender tonalidades antes não percebidas.

Durante o percurso acadêmico, esta pesquisa foi lapidada, transformada e ajustada a cada etapa de descoberta, reflexão e estudo, evoluindo até a sua forma atual. Da mesma forma, a escolha da metodologia refletiu um cuidadoso processo de análise.

A opção pela abordagem documental emergiu como a escolha mais sensata, considerando o contexto e as condições impostas a esta pesquisa.

1.2 Concepções sobre a Gestão Democrática

A jornada acadêmica, assemelhando-se à poesia, começa com a descoberta dos verbos. Assim como na passagem, quando o poeta diz *“Eu escuto a cor dos passarinhos”*, a pesquisa é um despertar da mente, a ressoar dos levantamentos literários entrelaçados com as vozes acadêmicas dos poetas do conhecimento.

Essas vozes, entoando seus versos de sabedoria, são como os verbos na poesia: trazem o delírio, a mudança na função dos elementos conhecidos. Na jornada da pesquisa, a revisão bibliográfica, uma espécie de sinfonia de palavras, desvenda as ideias de autores, revelando as variadas tonalidades de interpretação sobre o objeto de estudo. Cada citação, cada ideia apresentada na revisão, converte-se em um verbo que delira, a ação, que subverte o conhecimento estabelecido e revela novos caminhos para a compreensão do tema.

Essa revisita ao universo teórico é o ponto de partida para desdobrar, reinterpretar e destacar as contribuições acadêmicas cujas obras transmitem a essência do conhecimento acumulado ao longo do tempo. A revisão bibliográfica não se limita a resgatar o já dito; ela traz consigo a exuberância do inesperado, revelando a poesia das ideias e possibilitando uma nova perspectiva, um novo entendimento do objeto de estudo.

1.2.1 As origens do Verbo na Revisão Bibliográfica

Como a criança que confunde os sentidos dos verbos, a revisão bibliográfica é o momento inicial, onde as palavras ganham novas significações, se desprendem de suas funções convencionais e adentram o campo do conhecimento. É nessa fase que a mente do pesquisador se conecta com as vozes daqueles que já exploraram os caminhos do conhecimento, proporcionando um mergulho no universo de ideias e teorias.

A busca pelo conjunto de saber já produzido é o ponto de partida desse percurso, uma voz que se faz presente no início, permitindo à pesquisadora, como a criança que ousa dizer *“Eu escuto a cor dos passarinhos”*, explorar novas camadas de significado, descobrir possibilidades, mesmo quando os verbos se afastam de seus usos originais.

A essência da pesquisa reside na transformação e na interpretação, ecoando a poesia, onde as palavras adquirem novas cores. É dessa base, desse mergulho na riqueza da revisão bibliográfica, que essa etapa se constrói, emaranhada na fascinação das palavras, buscando revelações e gerando novas ideias.

Nesse contexto, este tópico visa estabelecer uma base de referências bibliográficas e dados históricos fundamentais para as análises e conclusões da pesquisa. Tal revisão abrange estudos sobre gestão pública escolar na Prefeitura Municipal de Vitória/PMV/ES, com um olhar sensível a busca pelo que já foi produzido que contemple a dimensão que trata da eleição direta para diretores escolares, focando nas contribuições teóricas e metodológicas específicas desse cenário.

A pesquisa se concentra em fontes acadêmicas, mapeados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁵, na Plataforma SciELO⁶, além dos repositórios de Pesquisas da Ufes e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes (PPGE/Ufes)⁷, de modo a analisar os eventos históricos relevantes para a gestão escolar em Vitória/ES, embasando assim o estudo proposto.

⁴ A BDTD foi concebida com o objetivo de centralizar, em um único portal de pesquisa, as teses e dissertações produzidas em território nacional e por brasileiros no exterior. Mais detalhes estão disponíveis em: www.bdttd.ibict.br.

⁵ Capes é uma plataforma digital que congrega teses e dissertações provenientes de programas de pós-graduação do Brasil, facilitando o acesso e a consulta ao acervo acadêmico (<https://dadosabertos.capes.gov.br/group/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>).

⁶ A SciELO é uma biblioteca digital que reúne uma seleção de artigos científicos publicados em periódicos do Brasil e de outros 16 países. Para acessar, visite: www.scielo.org.br.

⁷ O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes) é uma iniciativa acadêmica que fomenta estudos avançados e pesquisa na área educacional. Para mais informações, acesse: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE>

Para o levantamento bibliográfico, iniciamos com os descritores “ELEIÇÃO + DIRETA + DE + DIRETORES + ESCOLARES”, o que resultou na identificação de apenas 4 (quatro) trabalhos relevantes. Ao ajustar os descritores para “GESTÃO + DEMOCRÁTICA + ELEIÇÃO DIRETA”, encontramos 9 (nove) trabalhos correspondentes. No entanto, ao restringir a busca para temas específicos como “GESTÃO + DEMOCRÁTICA + VITÓRIA/ES” ou “ELEIÇÃO + DIRETORES + ESCOLARES + VITÓRIA/ES”, não foram encontrados trabalhos relevantes. Essa limitação ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada das abordagens e termos utilizados, além de sugerir uma possível lacuna na literatura sobre gestão democrática e eleições para diretores escolares em Vitória/ES.

Compreendemos a importância de buscar uma visão holística da gestão democrática, reconhecendo que restringir a investigação às escolas da PMV/ES pode limitar a abrangência do estudo. A gestão democrática se expande ao se conectar com outras experiências no contexto educacional local. No entanto, delimitamos nosso foco para a experiência de Vitória/ES, com o intuito de afirmar a possibilidade de um ineditismo no campo acadêmico. Esta delimitação se fez necessária para garantir uma análise detalhada e específica, embora entendamos que uma visão mais ampla poderia enriquecer ainda mais a compreensão do tema.

A busca continua utilizando os descritores “GESTÃO + DEMOCRÁTICA” individualmente e em conjunto com outros descritores como “GESTÃO DEMOCRÁTICA + ELEIÇÃO”, “GESTÃO DEMOCRÁTICA + DIRETOR DE ESCOLA”, “GESTÃO DEMOCRÁTICA + DIREÇÃO”, “GESTÃO DEMOCRÁTICA + HISTÓRIA”, e “GESTÃO DEMOCRÁTICA + PMV/VITÓRIA/ES”. Esta nova busca resultou em 9 (nove) trabalhos. Portanto, a pesquisa contabilizou um total de 22 (vinte e dois) trabalhos, entre teses e dissertações, considerando as diferentes abordagens de busca realizadas.

A partir da análise de um conjunto de 22 (vinte e duas) dissertações e teses, selecionamos 8 (oito) dissertações de mestrado que são as referências fundamentais para esta pesquisa. As pesquisas selecionadas contribuem para a compreensão da gestão democrática e da eleição direta para diretores em contextos educacionais. Elas fornecem entendimentos sobre práticas, desafios e

dimensões dessas abordagens, enriquecendo a revisão bibliográfica e estabelecendo uma base para a análise e discussão dos resultados.

A escolha dos trabalhos se deu por meio da leitura geral dos títulos e resumos, buscando aqueles que apresentavam alguma conexão com o contexto da pesquisa. Dos trabalhos identificados, foram descartados aqueles que não abordavam diretamente a temática ou que não ofereciam contribuições relevantes. Portanto, os estudos selecionados foram aqueles que, através da análise inicial, se aproximavam de algum ponto relevante para o escopo da pesquisa.

Os trabalhos excluídos não atendiam aos critérios de relevância estabelecidos, pois não abordavam diretamente a questão das eleições diretas para diretores escolares ou a gestão democrática no contexto específico de Vitória/ES. Além disso, foram descartados os estudos que, apesar de mencionarem termos relacionados, não ofereciam uma análise aprofundada ou dados específicos que pudessem contribuir para a compreensão detalhada do fenômeno investigado. Esses critérios de exclusão ajudaram a refinar a seleção e garantir que apenas os trabalhos mais pertinentes fossem considerados na análise final.

Portanto, foram selecionadas obras com base em suas abordagens teóricas, metodológicas e/ou epistemológicas, seja de forma conjunta ou isolada, cobrindo o período de 2005 a 2020. Nosso interesse concentra-se na origem e evolução histórica da gestão escolar na Educação Básica, com ênfase na Prefeitura Municipal de Vitória (PMV/ES) e na gestão educacional das escolas públicas.

A escolha do intervalo de tempo de 2005 a 2022 foi determinada pela disponibilidade e pertinência dos estudos encontrados. Embora os marcos históricos mais interessantes para a gestão democrática remontem à Constituição de 1988 e à implementação do modelo de eleição direta para diretores escolares na PMV/ES em 1992, observamos que a partir de 2005 houve uma produção acadêmica mais consistente e sistemática sobre o tema.

Esse período possibilita uma análise detalhada das transformações resultantes da gestão democrática nas escolas brasileiras, com um enfoque especial nas escolas capixabas. Nosso principal foco de estudo são as escolas da PMV, proporcionando

uma visão abrangente do cenário educacional em Vitória/ES e sua conexão com a realidade local.

Durante a análise da bibliografia, foram adotados critérios específicos para selecionar os estudos relevantes. Levamos em consideração a relevância dos estudos, priorizando aqueles que abordavam diretamente o tema das eleições diretas para diretores escolares e contribuíam para o entendimento da gestão democrática na educação básica.

Dada a importância das primeiras publicações sobre gestão democrática após a Constituição Federal de 1988 e considerando que a última dissertação relevante encontrada foi publicada em 2020, abrangemos um período para nossa análise. Além disso, demos preferência a trabalhos publicados entre 2005 e 2020, garantindo a inclusão das pesquisas mais recentes sobre o assunto. Avaliamos também a rigorosidade metodológica dos estudos, buscando aqueles com metodologias claras e adequadas para investigar a gestão democrática nas escolas.

A abrangência dos estudos foi um ponto considerado para garantir uma análise representativa e relevante. Priorizamos trabalhos que ofereciam uma interpretação da realidade da gestão escolar em território nacional, com um foco especial nas escolas públicas municipais da PMV/ES. Para isso, buscamos em bancos de dados amplos, com o objetivo de encontrar experiências que se aproximassem da realidade da PMV, proporcionando uma base comparável para nosso estudo.

Por fim, priorizamos estudos que oferecessem contribuições para o avanço do conhecimento no campo da gestão educacional e da democracia escolar. A aplicação desses critérios nos permitiu selecionar os estudos mais expressivos para nossa pesquisa, garantindo uma revisão bibliográfica coesa.

Utilizamos esses critérios para compreender concepções sobre gestão escolar, realizar análises críticas, categorizar e analisar o conteúdo das dissertações, com propósito de identificar os aspectos centrais desta pesquisa, que se concentra nas eleições diretas para diretores. Os resultados detalhados desta revisão estão apresentados a seguir.

Quadro 1 – Dissertações Selecionadas: Análise de Parâmetros e Tendências nas Bases de Dados (2005-2022)

TÍTULO	AUTORIA	LOCAL ANO	DESCRITORES	BASE DE DADOS
POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA NO PERÍODO DE 1989 A 2004: IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	GIRLENE GOBETE	ES/2005	PMV/ VITÓRIA /ES	(PPGE/UFES)
PARÂMETROS POLÍTICOS DAS PRIORIDADES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NO GOVERNO DA CIDADE DE VITÓRIA (1989-1992)	LETÍCIA VIANA COSTA	ES/2006	PMV/ VITÓRIA /ES	REPOSITÓRIOS DE PESQUISAS DA UFES
O CONSELHO MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA?	CIRLANE MARA NATAL	ES/2011	PMV/ VITÓRIA /ES	(PPGE/UFES)
FRAGMENTOS DO COTIDIANO DA AÇÃO GERENCIAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES)	ROBERTA ALVARENGA DE ALMEIDA VARGAS	ES/2011	GESTÃO DEMOCRÁTICA/ PMV/VITÓRIA/ES	REPOSITÓRIOS DE PESQUISAS DA UFES
GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: NARRATIVAS SOBRE A ESCOLHA DO DIRETOR E A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA AUTONOMIA DA ESCOLA	JOSÉ ADILSON SANTOS ANTUNES	RS/2012	GESTÃO DEMOCRÁTICA	(BDTD)
ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR ESCOLAR: DESAFIO À DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO	LUCENIL DA ROCHA PEREIRA	PA/2012	GESTÃO DEMOCRÁTICA + ELEIÇÃO	(CAPES)
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DO DIRETOR DE ESCOLA	JOSÉ DOS SANTOS SILVEIRA	SP/2016	DIRETOR DE ESCOLA	(BDTD)

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DO DISCURSO À PRÁTICA DO GESTOR	PATRICIA SILVA SOUZA	DF/2019	GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR	(BDTD)
--	-------------------------	---------	------------------------------	--------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A dissertação de Gobete (2005) aborda a elaboração da política educacional na PMV/ES no período de 1989 a 2004, com foco nas ações direcionadas à educação de alunos com deficiência. Utilizando análise documental, a pesquisa reconstrói o panorama das ações, considerando a educação como um direito social legalmente garantido. Além disso, a dissertação investiga as reformas educacionais da década de 90.

A análise da política educacional nas escolas municipais de Vitória/ES identifica duas grandes fases ligadas aos momentos de reorganização da sociedade brasileira. A primeira, de 1989 a 1995, é marcada pela resposta aos movimentos sociais pela redemocratização. Em seguida, ocorre um período de transição política e governamental. A segunda fase, de 1995 a 2004, está associada à redução da atuação do Estado nos direitos sociais e à influência do modelo de mercado na gestão escolar.

Esta dissertação enriquece a revisão bibliográfica ao fornecer dados relevantes sobre a política educacional na cidade. A exposição do percurso teórico e metodológico adotado na pesquisa destaca a importância histórica do período final da década analisada. A análise documental específica desse período oferece uma compreensão mais aprofundada dos eventos e transformações na política educacional, contribuindo para a construção de um amplo panorama amplo que se aproxima do nosso objeto de estudo.

O trabalho de Costa (2006) analisa os parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal de Vitória/ES (1989-1992). Essas metas são descritas em quatro eixos, dentre eles, a democratização da gestão da escola pública.

A abordagem teórica e metodológica tem base nos textos de Antonio Gramsci (1891-1937), com interpretações de intelectuais que se fundamentam em sua obra.

Destaca-se o princípio da igualdade, fundamental na concepção da escola unitária, justificando a adoção da teoria gramsciana.

Ressalta a implementação de uma política afirmativa para promover um padrão mais igualitário de educação pública municipal em Vitória/ES entre 1989 e 1992. Utilizando uma variedade de fontes, incluindo primárias, secundárias e provenientes da história oral, a pesquisa proporciona uma análise cruzada dessas informações, contribuindo para uma compreensão ao contextualizar as ações políticas e seus reflexos nas escolas da PMV/ES.

A relação com a pesquisa sobre a eleição direta para diretores em Vitória/ES pode ser estabelecida ao considerar como essas prioridades políticas impactaram a gestão escolar e a participação democrática na tomada de decisões educacionais.

A pesquisa de Natal (2011) analisou o percurso do Conselho Municipal de Educação de Vitória/ES de 1998 a 2010, focando na formulação e implementação de políticas educacionais. O objetivo central era explorar as relações entre governo e sociedade civil, com ênfase no papel do Conselho na construção de políticas para o sistema público de ensino.

A pesquisa adotou uma abordagem de estudo de caso com métodos qualitativos, incluindo análise documental e entrevistas semiestruturadas. No aspecto teórico e metodológico, a influência da teoria de Hannah Arendt (1906-1975) foi evidenciada, para examinar a dinâmica e o impacto do Conselho na gestão educacional em Vitória/ES.

A relação entre a dissertação analisada e sobre esta revela implicações na gestão escolar. Destaca-se a importância da criação do Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV) e a relevância histórica do período do final da década de 1980 e início da década de 1990. Essa conjuntura é necessária para uma compreensão dessa pesquisa de mestrado.

Vargas (2011) propõe uma exploração detalhada da gestão escolar, oferecendo compreensões sobre a administração escolar em uma escola municipal de Vitória/ES. O estudo destaca-se ao analisar minuciosamente a ação gerencial,

revelando aspectos do cotidiano escolar e alinhando-se à compreensão dos desafios, dinâmicas e práticas presentes no ambiente educacional municipal.

A pesquisa destaca-se pela escolha metodológica que envolve estudo de campo, registro de diário e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem permite compreender o percurso teórico e metodológico adotado. O título da pesquisa sugere uma ênfase na observação direta e na coleta de dados no local, indicando possivelmente o uso de métodos qualitativos para capturar a complexidade das interações e decisões gerenciais.

Ao analisar a relação entre a pesquisa de Vargas (2011) e a eleição direta para diretores em Vitória/ES, observamos como a compreensão dos “fragmentos do cotidiano” na gestão escolar pode influenciar a implementação de práticas democráticas na escolha de diretores. Essa perspectiva sugere uma compreensão mais profunda dos desafios e práticas que permeiam a gestão escolar, contribuindo para a reflexão sobre a introdução de processos democráticos na tomada de decisões educacionais.

A dissertação de Antunes (2012) explora o início da Gestão Democrática do Ensino Público no contexto específico do Rio Grande do Sul (RS). Ao investigar a formação dos Conselhos Escolares e a seleção dos diretores, a pesquisa fornece dados relevantes que enriquecem a compreensão da gestão educacional.

A aproximação entre as pesquisas é estabelecida ao considerar que ambas abordam aspectos da gestão escolar, especialmente no contexto eleitoral. A importância da participação da comunidade escolar, a constituição de órgãos colegiados e a autonomia da instituição educativa são temas comuns que emergem nas duas pesquisas.

A pesquisa ainda destaca a relevância da participação da comunidade escolar na gestão da escola pública, assim como a necessidade de aprimorar o processo de eleição de diretores. Esses elementos são compartilhados pela pesquisa sobre a eleição direta para diretores escolares, na PMV/ES, onde a inclusão e participação democrática na tomada de decisões educacionais são fundamentais.

Pereira (2012) explora a eleição direta para diretores escolares como um meio de democratização da gestão, concentrando-se em uma escola de Belém do Pará (PA). Utilizando uma abordagem qualitativa e pesquisa de campo, que inclui entrevistas e análise documental, a pesquisa investiga de que forma as eleições diretas contribuem para a construção da gestão democrática na escola. Os dados coletados junto a diversos segmentos da comunidade escolar proporcionam uma visão ampla do processo eleitoral e suas implicações.

A democratização da gestão educacional é analisada considerando elementos como a atuação do Conselho Escolar, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e a autonomia escolar. As análises indicam desafios e problemas comuns nas relações políticas envolvendo o processo eletivo para o provimento do cargo de diretor de escola.

Relacionando esta pesquisa com a nossa investigação, é possível perceber convergências e divergências nas práticas e desafios enfrentados em diferentes contextos. Essa comparação oferece uma oportunidade para enriquecer a compreensão sobre as implicações da gestão democrática na escola, considerando variáveis regionais e locais.

Prosseguimos com Silveira (2016), que aborda a perspectiva dos diretores de escolas municipais em São Paulo (SP) sobre a gestão democrática, ancorando-se em autores como Vitor Paro e outros autores. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, documental e questionários aplicados aos diretores de escolas de ensino fundamental na cidade.

Os resultados indicam uma tendência dos diretores em limitar a gestão democrática ao plano formal, priorizando normas dos órgãos centrais da administração municipal, com uma desvalorização da participação ativa da comunidade escolar nas decisões internas da escola.

Os dados indicam que os diretores muitas vezes aguardam diretrizes dos órgãos centrais sobre a organização e participação na gestão da escola, seguindo formalmente os aspectos legais e jurídicos. A pesquisa também apontou para um investimento insuficiente na promoção de maior envolvimento social, discussões abertas, debates e participação da comunidade escolar e local.

Ao relacionar esses achados com o escopo desta pesquisa, é possível estabelecer paralelos e contrastes entre as práticas e desafios encontrados em diferentes contextos, enriquecendo, assim, a compreensão das implicações da gestão democrática na educação pública.

A pesquisa de Souza (2019) conclui nossas análises ao investigar o significado da gestão democrática para gestores de escolas públicas no Distrito Federal (DF). Utilizando uma abordagem qualitativa e análise dialética, a pesquisa revela que, apesar da Lei da Gestão Democrática que permite a eleição direta de gestores, há fragilidades na compreensão e aplicação do conceito nas escolas.

A pesquisa sugere a necessidade de uma abordagem histórica para fortalecer a gestão democrática como princípio educacional. Paralelamente, a nossa pesquisa sobre a eleição direta para diretores focaliza na democratização do processo de seleção dos diretores, complementando a perspectiva sobre gestão democrática na escola.

Ao finalizarmos esse levantamento, entendemos que o diálogo com a produção acadêmica acumulada nos permitiu identificar que esses estudos oferecem contribuições para nossa pesquisa, especialmente ao abordarem temas relacionados à gestão escolar, eleições de diretores e gestão democrática.

A análise das dissertações revela uma interconexão entre os temas abordados e o objeto de estudo da implementação da eleição direta para diretores escolares na PMV/ES. Cada pesquisa oferece concepções que, quando integradas, facilitam a compreensão da gestão democrática e da escolha de diretores escolares.

Após essa seleção, buscamos integrar o material selecionado ao nosso estudo de forma interligada. Algumas pesquisas forneceram material essencial, enquanto outras complementaram o desenvolvimento da pesquisa e foram referenciadas ao longo de todo o texto, incluindo os demais capítulos. Embora uma revisão bibliográfica mais dialógica do que descritiva fosse ideal, as condições atuais exigiram uma abordagem mais sintética, endossando a importância de cada contribuição.

A dissertação de Gobete (2005) estabelece um contexto histórico ao abordar a evolução da política educacional em Vitória/ES. Essa base histórica é necessária para entender como as mudanças políticas e sociais moldaram a gestão escolar ao longo do tempo, influenciando diretamente o cenário no qual a eleição direta para diretores foi implementada.

Costa (2006) contribui ao descrever a democratização da gestão escolar como uma prioridade política, oferecendo um quadro para analisar como essas prioridades moldaram a administração escolar municipal. A relação entre as políticas educacionais da época e a implementação da eleição direta é evidente, fornecendo um contexto político relevante para o seu estudo.

A pesquisa de Natal (2011) sobre o Conselho Municipal de Educação revela como as relações entre o governo e a sociedade civil influenciam a formulação de políticas educacionais. Isso é particularmente relevante para entender o papel das instituições colegiadas e sua influência sobre a gestão democrática nas escolas da PMV/ES.

Vargas (2011) e Antunes (2012) aprofundam a discussão sobre práticas de gestão escolar e a formação de Conselhos Escolares. Estes estudos ajudam a compreender como a prática da gestão democrática e a seleção de diretores podem ser aplicadas e adaptadas à realidade das escolas da PMV/ES.

Pereira (2012) e Silveira (2016) oferecem uma análise da democratização da gestão escolar e da eleição direta de diretores, revelando desafios e práticas que podem ser comparados com a implementação na PMV/ES. Esses trabalhos são importantes para entender como as práticas de gestão democrática podem ser efetivamente realizadas.

Finalmente, Souza (2019) aponta fragilidades na aplicação da gestão democrática, fornecendo uma perspectiva crítica que pode iluminar os desafios enfrentados na implementação da eleição direta para diretores escolares na PMV/ES.

Integrando as diversas perspectivas abordadas, a revisão bibliográfica estabelece um arcabouço para a análise da implementação da eleição direta para diretores escolares na Rede Municipal de Vitória (PMV/ES). Esta revisão considera não

apenas o contexto histórico e político relevante, mas também as práticas e desafios específicos identificados em pesquisas anteriores. Ao avaliar a implementação desse modelo de escolha de diretores, é necessário refletir sobre como os fatores históricos e as dinâmicas políticas locais influenciam a prática escolar. Assim, a presente revisão oferece compreensões que permitem analisar as complexidades envolvidas e os possíveis impactos da eleição direta no contexto educacional da PMV/ES.

Além disso, apresentam entendimento quanto aos métodos, como a análise documental. Ao examinarmos atentamente a produção acadêmica, constatamos que as dissertações analisadas nesta pesquisa fortalecem a perspectiva da importância da gestão democrática no ambiente escolar, destacando como a eleição de diretores pode ser um elemento facilitador desse tipo de gestão.

Ao analisar a metáfora do poeta, que reinventa os verbos e cria novos significados, esta pesquisa explora a relação entre a revisão bibliográfica no campo acadêmico e a formulação da fundamentação teórica para construir o arcabouço deste estudo. Buscamos repensar conceitos, estabelecendo conexões entre teoria e prática diária, com o objetivo de compreender o processo de eleição direta de diretores escolares na PMV/ES.

Ao revisitar trabalhos acadêmicos sobre gestão escolar, almejamos desenvolver novas perspectivas, utilizando os fundamentos teóricos para elucidar a importância e as implicações da gestão democrática, sobretudo por meio da eleição direta de diretores, no contexto educacional de Vitória/ES.

Inspirados pelo verbo que delira, nossa jornada subsequente explorará os fundamentos teóricos para compor o alicerce desta pesquisa. Essa trajetória visa instigar as direções a serem tomadas nesta investigação, desenrolando-se de forma a provocar reflexões e orientações necessárias.

2. DIÁLOGOS NA PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO ESCOLAR

*“No descomeço era o verbo
Só depois é que veio o delírio do verbo”*

Manoel de Barros

A expressão “*Só depois é que veio o delírio do verbo*” nos convida a refletir sobre a origem e o poder intrínseco das palavras. Antes de adentrarmos no âmago desse estudo, voltado para a primeira eleição de diretores em Vitória, PMV/ES, torna-se imprescindível investigar as raízes do verbo, sua essência primordial.

Este capítulo tem como objetivo descrever a estrutura desta pesquisa, que se baseia nos princípios teóricos da gestão democrática. Os referenciais teóricos quebram conceitos antigos e acrescentam novas nuances ao pensamento.

A compreensão da gestão democrática é fundamental para nossa pesquisa, que se apoia na metáfora do “delírio do verbo” para explorar suas ramificações conceituais e os desafios na eleição de diretores escolares nas escolas da PMV/ES. O objetivo é analisar como o processo eleitoral reflete a democracia na gestão educacional e avaliar o papel desse processo na gestão democrática.

Partindo do interesse em compreender o significado de “**gestão democrática**”, iniciamos com uma análise detalhada do termo “gestão”, explorando suas diversas dimensões por meio dos conceitos de “**educador-gestor**”, “**participação**” e “**diálogo**”. Esta escolha reflete a busca meticulosa por fundamentar teoricamente a compreensão da gestão democrática no contexto educacional, assegurando uma abordagem que considere a complexidade e a abrangência do tema.

O termo “**educador-gestor**” foi estudado para entender seu papel na gestão democrática, destacando sua influência e como é influenciado pelas práticas de gestão. A “**participação**” foi examinada para verificar como a inclusão de diversos atores no processo de gestão contribui para o envolvimento da democracia nas escolas. E o “**diálogo**” foi abordado como essencial para a construção de uma gestão democrática, promovendo comunicação e entendimento mútuo entre a comunidade escolar.

A pesquisa também ampliou seu foco para investigar como a gestão democrática se relaciona com a totalidade humana e seu potencial transformador na formação omnilateral pela educação. Este enfoque considera não apenas os processos e práticas de gestão democrática, mas também seu papel na formação integral dos indivíduos, promovendo uma educação que visa o desenvolvimento humano por meio da educação.

Adotando essa abordagem, buscamos construir um arcabouço para a análise da gestão democrática, conectando conceitos fundamentais e explorando suas interações no contexto educacional. Essa metodologia enriquece a compreensão do fenômeno e fomenta uma análise mais detalhada dos dados e uma discussão dos resultados.

Aprofundando a análise, expandimos a abordagem para relacionar o conceito de **“democrática”** ao conceito mais amplo de democracia. Investigamos conceitos associados, como **“educação”**, **“sociedade”** e o papel do **“trabalho”** como princípio educativo, ressaltando a dimensão do trabalho social no contexto da gestão democrática.

Tais conceitos nos remetem à **“educação”**, analisada como fundamento para a formação cidadã e a promoção de valores democráticos, entendida não apenas como transmissão de conhecimento, mas como ferramenta para o desenvolvimento de uma consciência crítica na vida comunitária. A **“sociedade”** é examinada para revelar a interdependência entre a escola e a comunidade, destacando como essas entidades mutuamente se influenciam e são moldadas pelas dinâmicas sociais, o que demanda uma gestão que considere essas relações complexas.

Além disso, o conceito de **“trabalho”** é explorado para evidenciar sua dimensão prática e social na educação, não apenas como atividade produtiva, mas como um meio de promover habilidades, responsabilidades e inclusão, fundamentais para a gestão democrática e para a formação social dos indivíduos. Este conceito, permite examinar as influências sociais e econômicas que impactam a gestão escolar.

Ao término da análise dos termos investigados, é possível reavaliar o amplo contexto que define a concepção de *gestão democrática*. Dentro dessa abordagem, esta pesquisa focaliza especialmente a esfera da administração escolar,

explorando a responsabilidade da eleição direta do diretor pela comunidade educacional como fomento do princípio democrático.

Assim, a natureza desta análise reside na união desses conceitos, ressaltando a importância da escolha dos diretores como um dos pilares do arcabouço teórico da pesquisa sobre gestão democrática. Certamente, ao discutirmos a dimensão da eleição dos diretores escolares como uma dimensão da gestão democrática, é fundamental compreender como a **educador-gestor** se encaixa nesse cenário. Segundo Freire (2022a):

Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seres refazedores permanentes (Freire, 2022a, p. 77-78).

Na perspectiva de Freire (2022a), o papel do educador-gestor não é visto como uma posição hierárquica ou autoritária, mas como um processo colaborativo e participativo. Em vez de impor um controle unilateral, a presença do educador-gestor surge de uma dinâmica de cooperação entre os pares. Embora alguém possa assumir a responsabilidade de orientar as ações, essa orientação é estabelecida de forma cooperativa, com a participação ativa de todos os envolvidos. Assim, o educador-gestor desempenha uma prática solidária que integra o coletivo, buscando promover a contribuição mútua para alcançar um objetivo comum, em vez de exercer domínio ou controle sobre os outros.

Em consonância com essa visão, Paro (2015) destaca que o educador-gestor desempenha um papel importante. Sua formação educacional envolve, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades de coordenação e orientação, essenciais para direcionar as capacidades humanas no âmbito do processo educativo.

A habilidade de mobilizar, orientar e instruir os indivíduos para a ação é considerada necessária na gestão educacional. Essa competência é apontada para o funcionamento da gestão escolar, pois promove o engajamento e a participação ativa dos envolvidos no processo educativo.

[...] Assim, por exemplo, considere-se que uma coisa é ser diretor, outra é ser administrador. Direção é função do mais alto nível que, como a própria denominação indica, envolve linha superior e geral de conduta, inclusive capacidade de liderança para escolha de filosofia e política de ação. Administração é instrumento que o diretor pode utilizar pessoalmente ou encarregar alguém de fazê-lo sob sua responsabilidade. Por outras palavras: direção é um todo superior e mais amplo do qual a administração é parte, aliás, relativamente modesta. Pode-se delegar função administrativa; função diretiva, parece-nos, não se pode, ou, pelo menos, não se deve delegar. (Paro 2015, p. 39).

Essas perspectivas ressaltam a importância das competências de orientação e mobilização na gestão educacional, que são necessárias para fomentar ações e promover transformações no ambiente escolar.

Ao explorar essas competências nesta pesquisa, vinculamos o conceito de **participação** como um fator de relevância. Nesse contexto, dialogamos com Oliveira (2001, p. 98), que enfatiza as mudanças advindas da gestão democrática nas escolas e a necessidade de ações políticas voltadas para fomentar a participação e a democratização das decisões que configuram uma prática educacional colaborativa.

Isso envolve aspectos como a autonomia dos movimentos sociais diante da administração pública, possibilitando alianças e parcerias; a abertura de canais administrativos para evitar a tomada de decisões exclusivamente baseadas em laudos técnicos desconectados da realidade; e a transparência administrativa, democratizando as informações sobre as normas que regem a gestão pública. Oliveira (2001) também destaca a importância de tornar explícita a implementação dos conselhos escolares como estratégia da administração.

O autor ainda ressalta outro elemento crucial relacionado ao conceito de *participação*: a comunicação. Ele destaca o papel da comunicação direta entre a administração e as escolas para estabelecer o diálogo entre as instituições de ensino e a comunidade. É necessário que a população esteja bem informada para participar ativamente. Com isso, para Oliveira (2001),

A comunicação direta entre a administração e as escolas têm seu corolário na comunicação entre as escolas e a população. Para poder participar, a população precisa estar bem informada. A escola burocrática tem medo da participação dos pais; em consequência, não utiliza os próprios alunos para estabelecer um diálogo permanente com os pais (Oliveira, 2011, p.109).

Esta pesquisa, em uma etapa subsequente, aprofundará o papel dos Conselhos Escolares. Conforme Natal (2011)⁸, no contexto da gestão democrática, além das funções consultivas e deliberativas, atribuem-se atualmente funções recursais, de mobilização, participação e controle social aos Conselhos de Educação ou ao poder conferido a eles nos Sistemas de Ensino.

No entanto, dentro do contexto da *participação*, é preciso considerar o entendimento de Ferreira et. al. (1999) em relação à Lei 3.776/92 (Vitória, 1992)⁹, que regulamentou a criação dos Conselhos de Escola e de Pré-Escola.

Essa regulamentação tinha como objetivo descentralizar e fortalecer as instituições educacionais, atribuindo aos conselhos o papel de fóruns de discussão para estabelecer metas, tomar decisões sobre a escola e até mesmo coordenar o processo de eleição dos diretores escolares.

Tal legislação refletiu uma preocupação em reestruturar a administração central, promovendo a democracia e a participação no contexto escolar. Além disso, foi necessária para sustentar posteriormente a legislação que definiria a eleição direta para diretores nas escolas públicas municipais de Vitória/ES.

Nesta etapa introdutória, centrada na fundamentação da compreensão de gestão para esta pesquisa, ressaltamos o conceito de **diálogo** ou educação dialógica como um princípio da gestão democrática. Este conceito ganha destaque por ser um dos pilares necessários do modelo idealizado de gestão escolar para a pesquisadora.

Segundo Freire (2022a, p. 88), “é preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros[...]”, enfatiza a importância do diálogo.

⁸ Para uma exploração mais detalhada sobre este tema, recomenda-se a consulta ao trabalho de Natal (2001).

⁹ Para mais informações sobre a Lei 3.776/92 que regulamenta a criação dos Conselhos de Escola, consulte o site da Prefeitura de Vitória. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/1992/L3776.PDF>. Acesso em: 01 de janeiro de 2024.

Para uma compreensão mais aprofundada da temática, é necessário destacar a dimensão de uma abordagem educacional dialógica. Essa perspectiva não apenas se centraliza em nossa visão ideal de sociedade, mas também é considerada um meio para atingir a plenitude nas relações humanas. Essa convicção está fundamentada na percepção de que a educação desempenha um papel de destaque na promoção da transformação social.

O diálogo, conforme enfatizado por Freire (2002, *apud* Lima, 2007, p. 29), “é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o **pronunciam**, isto é, transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”.

(grifo do autor)

Lima (2007) complementa ao afirmar que a prática é o caminho viável para a construção de uma cultura escolar fundamentada na teoria dialógica. Segundo o autor, para edificar essa cultura, é essencial contar com um interlocutor efetivo, papel desempenhado pelo diretor escolar.

O diretor assume um papel na implementação e desenvolvimento de ações dentro da instituição de ensino, facilitando o diálogo e promovendo uma transformação contínua. A prática do diretor escolar envolve não apenas a gestão administrativa, mas também a criação de um ambiente que valorize a comunicação aberta, a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar e o constante aprimoramento das práticas educativas.

Como agente catalisador, o diretor deve fomentar um ambiente propício à troca de saberes e à construção coletiva do conhecimento. Sua atuação inclui a promoção de uma cultura escolar baseada no diálogo e na reflexão crítica, contribuindo para potencializar o processo educativo como um todo e incentivando a colaboração entre docentes, discentes e a comunidade escolar.

Ao adentrarmos na análise do termo de “**democrática**”, damos continuidade ao alicerce teórico necessário para a compreensão abrangente da gestão escolar. Este estágio visa explorar e contextualizar o significado e a relevância da **democracia** no âmbito da educação, na estruturação e operação dos processos administrativos nas instituições de ensino.

Conforme as reflexões de Saviani (2021a), a interação entre a dimensão democrática e a educação revela uma relação de mútua dependência. Neste cenário, a dimensão democrática ultrapassa sua definição puramente política, expandindo-se para o ambiente educacional como um princípio orientador.

A participação ativa na educação é necessária para o fortalecimento e consolidação da dimensão democrática, ao mesmo tempo em que a educação depende da presença dessa dimensão para seu desenvolvimento pleno. Esta interligação advém do entendimento de que a educação se configura como um processo de interação entre indivíduos que gozam de diferentes graus de liberdade e maturidade humana.

Segundo Saviani (2021a, Prefácio, p. XXVI), “para esse fim é que foi instituída a escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica”. Sob essa ótica, educação e democracia são intrinsecamente entrelaçadas, pressupondo a perspectiva de uma vida mais próspera para todos, independentemente de suas particularidades culturais, de gênero, etnia ou crenças.

A partir dessa perspectiva, nos propomos a desvendar não somente o conceito em si, mas também sua aplicação e implicação na dinâmica da gestão escolar. Esse estudo não apenas busca delinear os aspectos teóricos da democracia na educação, mas também investigar como tal conceito se manifesta no cotidiano da escola. Por conseguinte, nossa busca se estende para entender como a democracia influencia as relações interpessoais, a distribuição de poderes, as estratégias de tomada de decisões e a participação da comunidade educacional no direcionamento da escola.

Nesse ponto, buscamos dialogar com Della Fonte (2020), cuja obra “Formação Omnilateral e a Dimensão Estética em Marx” foi relevante para esta pesquisa, trazendo um novo direcionamento ao evidenciar a busca pela compreensão integral do ser humano. Destaca-se a análise crítica e a dimensão estética como agentes capazes de despertar novas visões e percepções nos indivíduos.

Partindo dessas premissas, desenvolvemos um primeiro conceito de **sociedade** que combina a análise da gestão. Segundo Della Fonte (2020), essa abordagem está intimamente ligada ao princípio do trabalho educativo, pois define a educação

como um tipo de trabalho educacional. Della Fonte (2020) apresenta o conceito de trabalho como princípio educativo de Antonio Gramsci¹⁰.

Existe, portanto, uma determinação do caráter dialético do trabalho sobre as formas preexistentes e dominantes de educação. Essa influência abrange “as exigências que a educação deve garantir para a inserção e a participação de cada indivíduo no trabalho socialmente produtivo e sobre a modalidade específica do trabalho pedagógico” (Della Fonte, 2020, p. 125). Essa determinação se baseia na definição do trabalho como o fundamento do ser social.

Compreendendo a influência do trabalho na sociedade, destaca-se o sentido de alienação delineado por Marx (2004), onde a alienação, conforme descrita pelo autor, resulta na degradação das faculdades humanas essenciais, onde emoções e sensibilidades são corroídas, transformando-se em estupidez. Nesse contexto, a formação humana empobrece à medida que o trabalhador se torna dependente de um trabalho específico, limitado e mecanizado.

A unilateralidade resultante da alienação, como destacada por Marx (2004), reproduz a divisão do trabalho, fragmentando a totalidade das capacidades humanas. No entanto, o autor propõe uma contraposição a essa realidade, clamando pela superação da alienação. Essa ideia de superação sugere a necessidade de reconhecer e promover formas de organização social e produtiva que valorizem a integralidade do ser humano, indo além da fragmentação gerada pela especialização do trabalho.

Relacionando isso à pesquisa em gestão e à eleição direta de diretores escolares, é possível explorar como a gestão democrática nas escolas pode ser um caminho para mitigar a unilateralidade e a alienação. A eleição direta de diretores pode representar um passo rumo a uma gestão mais participativa, permitindo que diferentes vozes da comunidade escolar sejam ouvidas e consideradas no processo decisório.

¹⁰ Gramsci, Antonio. Os escritos sobre o trabalho como princípio educativo datam da primeira metade do século XX, especialmente durante sua detenção pelo regime fascista na Itália. Para mais informações, consulte Nosella (2020) Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46275>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

Ao promover uma gestão democrática, é possível fomentar uma cultura de cooperação, envolvimento e valorização das habilidades e perspectivas de todos os envolvidos na comunidade escolar, contribuindo para a superação da alienação no contexto educacional.

Segundo Della Fonte (2020), a busca pela omnilateralidade na formação humana enfatiza a dualidade do trabalho como princípio educativo de Gramsci (1891-1937). Essa noção inclui não apenas a efetivação, mas também a desconstrução do ser humano, confirmando que viver em uma sociedade descrita pela exploração e desumanização é contraditória.

Segundo Molina (2018), Antonio Gramsci afirma que “dizer a verdade é revolucionário.” Esta declaração reflete a ideia de que a compreensão histórica (práxis) das dinâmicas entre as classes dominantes e as classes oprimidas pode ser um catalisador para a transformação social. O autor sugere que, ao revelar as verdades ocultas sobre a exploração e opressão, a sociedade pode ser movida em direção à mudança, tornando a verdade um elemento para essa transformação.

Contudo, também enxerga seu potencial latente nas contradições inerentes ao capitalismo. Em uma sociedade parcialmente complexa, a educação escolar se depara com limitações em sua capacidade de alcançar plenamente a emancipação. O máximo que a educação escolar pode aspirar é o desenvolvimento de uma *“atividade educativa emancipadora”* dentro de suas próprias restrições.

À medida que progredimos nesse caminho, abandonamos uma abordagem puramente empírica, que se concentra apenas na superfície da realidade ou no objeto em sua forma mais superficial. Nosso trajeto nos conduz em direção ao pensamento concreto, onde realizamos uma análise crítica das influências sociais, históricas e psicológicas que moldam o objeto de estudo. Conforme ressalta Saviani (2004), o movimento do pensamento e suas abstrações nos levam a compreender a essência do objeto, buscando uma síntese das múltiplas determinações.

Neste processo de compreensão para uma visão mais completa e aprofundada da realidade, emerge a busca pelo entendimento do termo “empírico”. Este termo se refere ao imediato, ao “mundo da aparência”, enquanto o “concreto” representa a síntese de múltiplas determinações, ou seja, a unidade do diverso (Marx, 1987, p.

16). Além disso, “o concreto é entendido como a síntese das relações sociais.” (Saviani, 2004, p. 44). Esta distinção é necessária para a análise da gestão escolar, pois permite reconhecer a superficialidade das aparências empíricas e avançar para uma compreensão mais profunda das relações sociais subjacentes que moldam a educação.

Com isso, a investigação transcende as manifestações visíveis para explorar as complexas interações sociais e econômicas que fundamentam a realidade educacional.

De acordo com Marx (2011b, p. 13), “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência”. Segundo essa perspectiva, a produção material da vida é a base sobre a qual todas as outras esferas da vida social são construídas. Portanto, compreender como a produção é organizada e as relações sociais que dela decorrem é necessário.

Dessa forma, a visão total parte da compreensão de que a vida social é uma totalidade interconectada e que, para entender a sociedade como todo, é preciso analisar as relações sociais de produção que a sustentam. “[...] Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma” (Marx, 1989, p.15). A partir dessa análise é possível compreender as contradições e as lutas de classes que moldam a história e a dinâmica social

Buscamos, a partir desse ponto, aprofundar nossa compreensão educacional através de uma proposta de transformação social na educação. Ao aplicar o método analítico ao campo da educação, almejamos compreender as contradições, conflitos e as relações de poder presentes nesse contexto.

Conforme destaca Saviani (2021c, p. 86), “[...] ambiguidade que atravessa a questão escolar hoje é marcada por essa situação social. E a clareza disso é que traduz o sentido crítico da pedagogia.” Dessa forma, é possível transcender uma análise superficial e desvelar as determinações mais profundas que moldam a educação em suas diversas dimensões.

Para Saviani (2021c), “a ação educativa, portanto, desenvolve-se a partir de condições materiais e em condições também materiais” (p. 91). Dessa forma, a compreensão da realidade educacional a partir desse método implica considerar as condições materiais e históricas que moldam as práticas pedagógicas, os currículos, as relações entre professores e alunos, a estrutura das instituições educacionais, entre outros aspectos.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que busca compreender a educação como parte integrante de um sistema social mais amplo, em constante transformação e marcado por contradições que demandam análise crítica e reflexão.

Nesse sentido, o estudo da gestão ou direção escolar se alinha com essa perspectiva, contribuindo para uma compreensão do funcionamento da escola como uma instituição inserida nesse contexto social abrangente, sujeita a dinâmicas, conflitos e demandas por mudanças que exigem uma abordagem contextualizada.

Dessa forma, é necessária uma nova prática social que possibilite essa transformação. Saviani (2021c) propõe que o movimento do conhecimento ocorre através da transição do empírico para o concreto, por meio da mediação do abstrato. Em outras palavras, é a passagem da síntese, a síntese pela mediação da análise.

Aliás, na minha exposição eu enfatizei este ponto, quando lembrei que a proposta de socialização do saber elaborado é a tradução pedagógica do princípio mais geral da socialização dos meios de produção. Ou seja, do ponto de vista pedagógico, também se trata de socializar o saber elaborado, pois este é um meio de produção (Saviani, 2021c, p. 72).

Podemos inferir que, para o autor, a educação não deve ser vista como um objetivo em si mesmo, mas sim como uma mediação dentro da prática social na totalidade. Segundo Saviani (2021c), prática social é tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada do trabalho educativo, e a escola desempenha seu papel como mediadora por meio da problematização, instrumentalização e catarse.

O autor enfatiza a compreensão da educação como um elemento integrante do movimento dialético de transformação da realidade, abrangendo desde as formas

de produção das relações sociais até a sua própria inserção nesse movimento. Nesse sentido, Saviani destaca,

A educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais (Saviani, 2008, p. 143).

Compreender a educação como uma prática social inserida em contextos sociais mais amplos é necessário para fortalecer seu compromisso com a sociedade. Freire (2022a), defensor dessa visão, argumentava que educar é um ato intrinsecamente político. Nas palavras de Paro (2001) a educação adquire um caráter histórico, sendo por meio dela que o ser humano molda sua humanidade, mediada pelos conhecimentos e cultura.

Paro, (2001), esclarece que essa apropriação cultural é essencial para a formação humana, atuando como a mediação na formação integral do indivíduo, tanto na esfera individual quanto na cidadã, direcionada para a contribuição à sociedade – ou seja, a formação para a democracia.

Essa perspectiva destaca a educação como um instrumento para a formação integral do indivíduo, ampliando seu papel além da mera transmissão de conhecimento. Em vez de se limitar à instrução técnica, a educação deve promover práticas que incentivem a autonomia e o pensamento crítico, capacitando os indivíduos a se tornarem agentes políticos capazes de transformação.

Segundo Paro (2001), a sociedade desempenha um papel ao estabelecer um propósito para a escola, justificando sua existência por meio da transformação social e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos.

Segundo Freire (2022a, p. 23), a consciência do mundo e a consciência de si são intrinsecamente entrelaçadas, formando um movimento dialético na história. Nesse contexto, a gestão escolar deve criar um ambiente acolhedor, incentivando a autonomia, a criatividade e o senso de responsabilidade social dos estudantes.

Em diálogo com Freire (2022a), entendemos que liberar-se desse contexto implica um compromisso histórico e a prática da liberdade através da ação reflexiva.

Portanto, é necessário compreender como a gestão escolar na educação básica pode incorporar elementos dessas vertentes pedagógicas na promoção de uma educação transformadora.

Uma gestão escolar comprometida com a prática participativa pode fortalecer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, contribuindo para a construção de uma sociedade solidária. Essa abordagem busca não só formar indivíduos críticos, mas também transformar o ambiente educacional em um espaço de aprendizado emancipatório.

A visão de Freire (2023) sobre a presença do professor como um ato político destaca a importância do papel do educador na formação dos alunos como sujeitos críticos e participativos na sociedade. O professor, ao se posicionar como um sujeito ativo em suas escolhas e ações, “[...] lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da cultura” (Freire, 2023, p. 58), mostra aos alunos que é possível exercer sua autonomia e ser um agente de mudança na sociedade.

De acordo com (Freire, 2023, p. 82), “o homem, qualquer que seja seu estado, é um ser aberto”. Essa atuação também se aplica ao diretor escolar, que deve ser um líder ético e comprometido com os valores da justiça e verdade. Faz-se necessário que diretor adote uma postura de diálogo e respeito com professores, alunos e toda a comunidade escolar, buscando a participação e o envolvimento de todos nos processos de tomada de decisão. É preciso reconhecer que o diretor/gestor é, antes de tudo, um educador.

Dessa forma, além das funções administrativas, o diretor/gestor deve estar profundamente envolvido na formação integral dos estudantes, promovendo uma educação que capacite os indivíduos a serem agentes ativos e reflexivos na sociedade, indo além da mera transmissão de conhecimento.

Para Paro (2002), a gestão democrática se manifesta através das relações dentro da escola, promovendo um ambiente de respeito, colaboração e empatia, com transparência na utilização dos recursos e na formulação de políticas educacionais.

Nesse sentido, entendemos que professores e gestores são agentes de transformação que fomentam uma educação comprometida com a formação de

cidadãos morais e engajados na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e o fortalecimento da escola como espaço de aprendizado e construção coletiva do conhecimento.

Sobre isso, destaca que “o senso que se instala na consciência do povo se transforma em sabedoria democrática” (Freire, 2023, p. 96), enfatizando a importância da educação ética e participativa para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento de uma consciência crítica na comunidade escolar.

Segundo Freire (2023, p. 137) “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob a pena de ser uma farsa”. Para o autor, a educação como um ato político, remete o papel da ética, na prática educacional e sua crença na transformação social por meio da educação têm profunda conversão quando se trata de pensar em práticas e políticas de gestão educacional que buscam a melhoria da qualidade da educação básica.

Em suas palavras, “[...] ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem” (Freire, 2023, p. 127), ecoando a importância do enfoque humanístico nesse contexto. A partir dessa perspectiva e suas contribuições sobre educação e gestão, é possível conferir maior profundidade e estímulo à pesquisa, propiciando uma análise crítica dos desafios e potencialidades da gestão escolar nas escolas públicas municipais de Vitória/ES.

Por outro lado, o pensamento de Marx (2011a) ressoa na análise crítica da gestão escolar, que, como prática social, compreende uma complexa rede de interações entre gestores, professores, alunos, comunidade e o Estado, permeada por interesses políticos e econômicos. Dessa forma, entendemos que é possível analisar o “**trabalho**” desenvolvido na gestão escolar influenciada por contextos históricos e sociais.

Marx (2011a, p.17) afirma que “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Nesse sentido, uma abordagem crítica é necessária

para examinar as relações sociais e as condições materiais presentes nesse cenário educacional, possibilitando uma compreensão das dinâmicas envolvidas.

Com isso, torna-se necessário examinar as influências sociais e econômicas que impactam a gestão escolar, refletindo sobre como esses fatores reverberam na qualidade do ensino. Compreender as complexidades das dinâmicas sociais e as variáveis que influenciam a educação é necessário para identificar as nuances e implicações na prática da gestão escolar, bem como para entender de que forma a eleição direta para diretores pode influenciar o ambiente educacional.

Segundo (Marx 1989, p. 33), “a Sociedade Antiga, a Sociedade Feudal e a Sociedade Burguesa são exemplos notáveis desses estágios distintos de evolução humana”. Entender as interações sociais na produção e as mudanças que se manifestam nas relações produtivas ao longo do desenvolvimento das forças de produção é necessário para compreender como essas relações moldam a sociedade em diferentes estágios históricos.

Além disso, é relevante, também, considerar as dinâmicas de poder entre os diferentes agentes envolvidos na gestão escolar, como gestores, professores, alunos e pais. A natureza autoritária ou participativa da gestão impacta significativamente as decisões e políticas educacionais adotadas. Essas relações de poder exercem uma influência direta no direcionamento das práticas e políticas implementadas no ambiente escolar.

Nesse sentido, Saviani (2013) destaca a importância de refletir criticamente sobre a prática educativa, analisando seus fundamentos, pressupostos e relações sociais subjacentes. Ao desenvolver a consciência filosófica, os educadores adquirem uma compreensão aprofundada da educação, permitindo-lhes atuar de forma mais consciente.

Aí, então, o homem é levado, é obrigado mesmo, a deter-se e examinar, procurar descobrir o que é esse algo. E é a partir desse momento que ele começa a filosofar. O ponto de partida da filosofia é, pois, esse algo a que damos o nome de problema. Eis, pois, o objeto da filosofia, aquilo de que trata a filosofia, aquilo que leva o homem a filosofar: são os problemas que o homem enfrenta no transcurso de sua existência (Saviani, 2013, p. 13).

Na busca por uma compreensão mais profunda, este referencial teórico foi elaborado para embasar a pesquisa. Nessa perspectiva, este trabalho visa refletir

sobre o contexto legal e institucional associado à gestão democrática, um princípio fundamental na Constituição Federal de 1988, aplicável exclusivamente às escolas públicas. É necessário destacar que consideramos essa exclusividade uma lacuna na legislação vigente, refletindo na dicotomia entre ensino público e privado.

Ao excluir as instituições particulares, perde-se a oportunidade de adotar um modelo de gestão escolar que poderia beneficiar todo o sistema educacional. Apesar de reconhecer a relevância dessa questão, esta pesquisa se concentra em delinear as especificidades necessárias para compreender nosso objeto de estudo, na escola pública, sem aprofundar a discussão sobre a distinção entre o público e o privado.

Além disso, examinamos o movimento político e social, especialmente no campo educacional, durante a década de 1990. Identificamos análises de autores influentes desse período para contextualizar esta investigação de maneira mais responsável, enriquecendo nossa análise com as transformações e debates que moldaram a gestão democrática na educação.

Sob essa ótica, destaca-se o papel do processo de eleição direta para a direção escolar e suas implicações, onde faz-se necessário compreender o papel do gestor ou diretor como educador responsável por romper com paradigmas tradicionais da gestão escolar conservadora. Nesse sentido, investigar a importância da eleição direta para diretores escolares torna-se necessário para compreender as possíveis mudanças na gestão escolar.

Certamente, ao longo desta pesquisa, serão explorados os antecedentes, desafios e impactos decorrentes da adoção do processo eleitoral direto nas escolas da PMV/ES. Pretende-se analisar como a eleição direta dos diretores influenciou as políticas educacionais locais, examinando seus efeitos na comunidade escolar.

Este estudo focaliza o início e a implantação do processo de eleição direta de diretores escolares em 1992, um marco no contexto educacional durante um período evidenciado pelo advento da constituinte e desenvolvimento político e histórico.

A composição desse referencial teórico visa trazer fundamentos que elucidem as circunstâncias e os eventos que envolveram a introdução desse processo, buscando identificar suas motivações, desafios e os progressos iniciais.

Uma análise aprofundada é necessária para compreender os efeitos iniciais e a evolução desse modelo de gestão democrática na educação, especialmente no contexto do município de Vitória, Espírito Santo.

Certamente, explorar a gestão democrática na eleição direta de diretores escolares transcende a simples revisão literária ou a análise de políticas educacionais. Envolve, primordialmente, a imersão nas relações humanas, na criação de um ambiente propício à participação ativa, à promoção da diversidade de ideias e ao fomento do engajamento na comunidade escolar.

De acordo com Paro (2001, p. 45), “é preciso que cada indivíduo pratique a democracia [...] só há sociedade democrata com cidadãos democratas”. A democracia é necessária no âmbito político, porém, para se concretizar como um elemento mediador de uma vida social embasada em princípios histórico-humanos de liberdade, é necessário que permeie toda uma concepção de mundo, abrangendo todas as esferas da vida individual e coletiva.

No cerne dessas reflexões, está a compreensão de que a gestão democrática vai além da estrutura administrativa, representando um caminho rumo à consolidação de valores essenciais em uma sociedade fundamentada nos princípios democráticos. A eleição direta de diretores escolares se torna, nesse contexto, um exercício de democracia e responsabilidade coletiva na tomada de decisões que afetam diretamente a vida escolar.

Refletindo sobre esse ponto, recorro às palavras de Paulo Freire (2022b), que enfatizou a importância de um modelo de sociedade baseado em princípios democráticos e participativos. Ele destaca o papel da escola como um espaço vital,

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e disseminador de certos valores democráticos, como o ouvir os outros não por mera gentileza, mas como um dever, respeitá-los, a tolerância, acatar as decisões tomadas pela maioria, mesmo dando espaço para quem discorda expressar sua opinião contrária. Valorizar a pergunta, a crítica, o debate. Cultivar o respeito pela coisa pública, que tem sido tratada como algo privado, porém menosprezada (Freire, 2022, p. 88).

As reflexões de Freire (2022b) ressoam a relevância não somente de uma educação fundamentada nos preceitos democráticos, mas também do seu papel como um agente propulsor destes valores. Sob essa perspectiva, a escola não se restringe apenas ao papel de transmissora de conhecimentos, mas, sobretudo, exerce uma função na formação de indivíduos ativos, críticos e socialmente responsáveis. Dessa maneira, contribui para a construção de uma sociedade almejada e idealizada por nós.

Ao desvendar as nuances e complexidades inerentes à gestão democrática por meio do processo de eleição direta dos diretores, esta pesquisa não se limita a uma mera descrição da realidade, mas engaja-se na proposta de reflexões críticas e analíticas acerca dos desafios, das limitações e das potencialidades desse modelo de gestão, que visa compreender de que maneira a eleição direta pode impulsionar uma gestão participativa capaz de influenciar positivamente a autonomia e a qualidade educacional das escolas.

Considerando a abrangência temática, a relevância deste estudo vai além dos muros das instituições educacionais, alcançando toda a estrutura social. O propósito não se resume apenas a revelar aspectos da gestão escolar, mas está ativamente envolvido na construção de uma educação fundamentada nos princípios democráticos, comprometida com a formação integral e diversificada de cada indivíduo.

Diante dessa abordagem, este estudo oferece um desenvolvimento detalhado, convidando a uma leitura minuciosa e reflexiva sobre a trajetória da gestão democrática na escola pública. Concentra-se especialmente na análise da eleição direta de diretores escolares, seus desdobramentos nas escolas vinculadas à PMV/ES e suas implicações na construção de uma educação democrática.

Ao encerrarmos esse capítulo dedicado a exploração do arcabouço teórico fundamental para esta pesquisa, recorreremos a autores que, de maneira explícita ou não, abordam a temática em questão. A seleção desses, baseada em suas análises que imprimem uma visão emancipatória em relação à educação, oferece

contribuições que fomentam as reflexões para o desenvolvimento desta investigação.

Neste capítulo, buscamos transmitir a riqueza e a profundidade das reflexões sobre a gestão democrática na educação, inspirados pela poesia de Manoel de Barros (2015). Assim como o poeta utiliza as palavras para desvelar a beleza e singularidade da natureza, nossa intenção é explorar, por meio das palavras, as nuances e transformações que marcaram a trajetória da gestão escolar, evidenciando a dimensão que trata da ação dos diretores escolares.

Na sequência, adentramos um território de narrativas que nos conduzirá pela História da Educação brasileira, revelando os contornos da figura do diretor escolar ao longo do tempo. A escolha de abordar essa temática não é apenas acadêmica; é uma jornada que busca compreender a evolução da direção escolar e sua influência na construção do cenário educacional contemporâneo.

A intenção é envolver o leitor nessa história, pois não apenas as páginas deste estudo serão exploradas, mas também as entrelinhas que mostrarão as várias facetas da gestão escolar. Na intersecção, temos uma chance de olhar para a educação de uma nova perspectiva, ressaltando as variedades e matizes que compõem o vasto e complexo mosaico educacional brasileiro.

3. REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA E O PAPEL DOS EDUCADORES GESTORES NA HISTÓRIA EDUCACIONAL BRASILEIRA

“[...] Em poesia que é voz de poeta [...]”

Manoel de Barros

Lombardi (2010) ressalta que a administração escolar é fruto de um longo processo histórico permeado por interesses políticos e diferenças sociais. A analogia com a poesia sugere que compreender a gestão educacional deve ser um processo dinâmico que promova a participação democrática e permita a exploração e adaptação de novas ideias, como o verbo em constante delírio na poesia de Barros.

Nosso diálogo com Vitor Paro (2010a) destaca a importância da participação democrática, enfatizando que essa não é uma ação espontânea, mas sim um processo histórico construído coletivamente. O autor endossa a necessidade de estabelecer mecanismos institucionais que não apenas permitam, mas também incentivem práticas participativas dentro do ambiente escolar público.

A participação ativa e democrática na gestão escolar é necessária para dar voz à comunidade educacional e construir um ambiente de aprendizado democrático.

Na análise histórica da gestão escolar, compreendemos seu processo como reflexo das mudanças políticas, sociais e educacionais ao longo do tempo. Neste contexto, exploramos uma dimensão importante, a atuação dos diretores escolares, cujos papéis se adaptam às demandas de cada período histórico, contribuindo para as transformações em direção a uma gestão democrática.

Dessa forma, percebemos que o percurso da gestão educacional no Brasil está intrinsecamente ligado a um contexto histórico complexo, onde se refletem nuances e relevância no cenário educativo do país.

Nesta pesquisa, destacamos a importância de compreender a história da administração escolar no Brasil para contextualizar a gestão escolar atual, focando o papel dos diretores escolares, especialmente em Vitória, no Espírito Santo. A partir dessas premissas, buscamos obter uma visão abrangente da gestão escolar no contexto brasileiro, de forma a delimitar nosso objeto de pesquisa.

Propomos, assim, nesse capítulo, um breve resgate histórico da figura dos diretores escolares ao longo da História da Educação, desde períodos anteriores até chegarmos à reabertura democrática, quando a gestão democrática ganhou destaque e passou a ser um elemento central neste estudo.

Durante o Brasil Colônia, os diretores escolares estavam vinculados ao contexto religioso, atuando em instituições fortemente influenciadas pela Igreja Católica. Geralmente ligados ao clero, desempenhavam funções administrativas e pedagógicas com ênfase na propagação da fé e dos valores religiosos.

Destacamos neste contexto colonial o documento elaborado pela Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, o *Ratio Studiorum*¹¹, uma espécie de normativa administrativa, um documento norteador,

[...] com um conjunto de regras as quais normatizavam e unificavam as atividades educativas e de gestão a serem adotadas em todas as instituições escolares que se encontravam sob a responsabilidade dos padres da companhia de Jesus. (Correia, 2018, p. 16-17).

Em relação a organização administrativa da Companhia Jesuítica, no topo das funções administrativas, temos o Superior Geral da Ordem, que nomeia o Provincial seu subordinado e o Reitor subordinado ao Provincial. O Provincial dentre suas funções, nomeava o Prefeito de Estudos subordinado ao Reitor e os Professores subordinados tanto ao Prefeito de Estudos como ao Reitor (Correia, 2018).

Nesta organização administrativa destacaremos duas importantes funções: O Provincial e o Reitor.

Segundo Correia (2018), administrativamente a Companhia Jesuítica é dividida em Províncias que geralmente coincidiam com o território de um reino e suas colônias ou parte delas. Cada província, administrada por um provincial, é constituída por várias casas e colégios da Ordem.

Para a autora, o provincial possuía uma atuação em sua função gestora, bastante abrangente, visto que vários colégios que existiam em sua província, estavam sua responsabilidade administrativa. Dentre suas funções, destacamos a seleção e a

¹¹ Sobre o *Ratio Studiorum*, consulte Correia (2018).

nomeação do Prefeito de Estudos e dos professores e a garantia das prescrições relativas à piedade, a disciplina dos costumes e no ensino da doutrina cristã.

O Reitor, por sua vez, era a figura central do colégio, a autoridade máxima, respondendo pela direção geral dos estudos no colégio, cujas atribuições englobavam distribuição de ofícios, convocação e direção das reuniões dos professores, zelar pelo entusiasmo dos professores e o cumprimento das normas regulamentares e currículo (Correia, 2018).

No *Ratio Studiorum*, não há menção sobre a forma de escolha do Reitor, no entanto, o que versa sobre o Prefeito de Estudos, podem nos dar algumas pistas sobre a forma de escolha do Reitor. Considerando que seja “[...] um homem bem versado nas letras e nas ciências, qualificado pelo seu zelo e discrição para o desempenho das incumbências que lhe foram confiadas na função (Correia, 2018, p. 52), na regra número 2 do Provincial, que consta em Franca (1952), o Prefeito Geral de Estudos deveria ser recomendado insistentemente no senhor, ao Reitor,

O *Ratio Studiorum* vigorou na colônia brasileira até o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, em que o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, expulsando-os, substituindo suas escolas pelas aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Sobre o *Ratio Studiorum* ressaltamos duas questões tratadas por Cambi (1999). A de que o elemento mais relevante deste documento é a abrangência de sua rigidez normativa, uma vez que suas regras abarcavam todas as atividades pedagógicas dos jesuítas e a questão de que o *Ratio* influenciou as iniciativas escolares da Europa daquela época como as das seguintes, principalmente em relação a um sistema público de instrução no século XIX.

Por outro lado, a Reforma Pombalina, conforme observado por Seco & Amaral (2006), foi implementada no Brasil com algum atraso em relação a Portugal, levando cerca de trinta anos para que o Estado português consolidasse seu controle pedagógico sobre a educação na colônia. Essa cronologia sugere uma possível influência do *Ratio Studiorum* sobre as políticas educacionais que foram

posteriormente adotadas, tanto em Portugal quanto no Brasil, como parte do movimento de reforma educacional da época.

Vale destacar que a reforma educacional pombalina, culminou na expulsão dos jesuítas, dismantelando sua organização de ensino e passando o controle da educação para as mãos do Estado.

Do conjunto da Reforma Pombalina, a reforma dos estudos menores teve impacto na organização da educação na colônia, com a criação das Aulas Régias que se deu com o Alvará Régio de 1759 e Lei de 6 de novembro de 1772. Ressaltamos também a criação do cargo de *Diretor de Estudos*, nomeado pelo Rei, que possuía as funções de supervisionar o desenvolvimento das escolas em todos os âmbitos, fornecer relatórios anuais e punir professores que não cumpriam com suas funções, emitir licenças para o exercício docente tanto para o público como para o privado, por meio da aprovação, por parte dos professores, em exames feitos por dois comissários nomeados pelo Diretor (Saviani, 2021b).

Com a transição para o período pós-independência e a consolidação do Império, surgiram as primeiras tentativas governamentais de organização e controle do sistema educacional no Brasil. No entanto, ao longo desse período, as escolas públicas de ensino primário não possuíam um cargo formal de diretor designado.

Porém, enquanto para a Escola Normal a lei não previu a criação de um cargo de diretor, [...] para o liceu ele já foi estabelecido. A Lei n.º 29, de 16 de março de 1847, que estabelecia regulamentos dos liceus em São Paulo, assim determinava: O governo nomeará um cidadão de inteligência e reconhecida probidade e patriotismo para o directhor do liceo (São Paulo – Província, 1868 *apud* Ananias, 2010, p. 59)

A gestão dessas instituições era de responsabilidade dos próprios professores, os incumbidos não apenas de ministrar as aulas, mas também de apresentar relatórios anuais que detalhavam a situação das escolas. Estes professores eram fiscalizados por inspetores de distritos, pelas Câmaras Municipais e pelo inspetor-geral da instrução pública, subordinados ao presidente da província, conforme estipulado pela Lei n.º 54 de 1868¹².

¹² Lei n.º 54, de 15 de abril de 1868. O conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, commendador da Ordem de Christo e presidente da provincia de S. Paulo. Dispõe sobre a inspecção e fiscalisação

A República oficializou a organização interna das escolas através dos grupos escolares, conforme explica Ananias (2010), cujas leis nesse período, embora tenham contribuído para a formação do sistema de ensino público, não alteraram a administração escolar até então.

“Assim que a república foi proclamada, em 1889, a escola tornou-se o emblema da instauração da nova ordem [...] a Primeira República (1889-1930) é palco de várias reformas educacionais” (Penteado & Neto, 2010, p. 75-76). A gestão escolar nesse período manteve-se centralizada e sob controle estadual, onde o governo detinha o controle da formação de professores, currículos e abordagens pedagógicas.

A Reforma da Instrução Pública Paulista de 1892 foi um marco na organização do ensino primário ao introduzir os “grupos escolares”, que reuniam diversas classes sob a coordenação de um corpo docente centralizado. De acordo com Saviani (2021b), “tratava-se de uma reforma geral que instituiu o Conselho Superior da Instrução Pública, a Diretoria-Geral e os inspetores de Distrito, abrangendo os ensinos primário, normal, secundário e superior” (p.165). Cada grupo escolar era liderado por um diretor responsável pela escola, coordenando, fiscalizando e dirigindo o ensino.

Já durante a Primeira República, a Reforma da Escola Normal de 1893 em São Paulo estabeleceu escolas normais em diversas cidades, onde os diretores desempenharam um papel na formação de professores e na introdução de novas práticas pedagógicas. Conforme destacado por Saviani (2021), cada grupo escolar possuía um diretor e professores correspondentes ao número de escolas reunidas.

Penteado & Neto (2010, p. 100) destacam que, nas escolas primárias, “a menina dos olhos da reforma e as que mais foram modificadas”, o papel do diretor foi significativamente ampliado para incluir o auxílio no recenseamento escolar¹³, um instrumento crucial para essa reforma. Assim, o papel do diretor escolar foi

da instrução publica. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1868/lei-54-15.04.1868.html> Acesso em: 13 ago. 2023.

¹³ O recenseamento escolar foi uma medida adotada nas reformas paulistas da Primeira República para obter informações sobre o número de alunos matriculados nas escolas, sua idade, sexo, nível de escolaridade, entre outros dados relevantes. Sobre essa discussão, ver Mathieson, (2018).

fundamental para a implementação das políticas educacionais e a modernização do ensino em São Paulo.

A figura do diretor ainda não estava presente, de forma mais soberana, em todas as unidades de ensino existentes ou em vias de serem instituídas. Determinou na lei que os diretores figurassem, primeiramente, nas escolas normais, nas escolas-modelo, nas escolas complementares e nos ginásios (Penteado & Neto, 2010, p. 83)

Ainda sobre esse papel,

Único responsável pela escola perante o governo, o diretor era o interlocutor da escola com a administração do ensino. Do diretor se espera tudo: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário. O Diretor do grupo Escolar deveria ser o elemento capaz de garantir a transformação da antiga escola de primeiras letras em uma escola primária moderna, responsável pelo ensino renovado, e zelar pela vigência da reforma republicana (Penteado & Neto, 2010, p. 86).

Para além das atribuições, a função do diretor estava atrelada a questões sociais, como diz Penteado & Neto (2010, p. 99), “o poder dado ao Diretor do grupo escolar, que além da administração da sua escola, adquiriu um status de destaque na comunidade local nos primeiros anos da República.”

3.1 A Gestão Escolar na Era Vargas: Nacionalização da Educação

A análise histórica do período do governo de Getúlio Vargas é necessária para esta pesquisa, pois marca o início da Nacionalização da Educação no Brasil e o surgimento de novas abordagens na gestão escolar. Embora a Era Vargas não tenha introduzido práticas democráticas na gestão escolar, seu governo foi responsável pela centralização e nacionalização do sistema educacional, o que estabeleceu as bases para futuras transformações na educação brasileira.

Durante o governo Vargas, foram implementadas políticas educacionais visando implementar o processo de Nacionalização da Educação. Segundo Saviani (2021b), “logo após assumir em novembro de 1930, uma das primeiras medidas do governo provisório foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública” (p.

195). Essa medida evidenciou o papel atribuído à educação e à saúde na administração pública da época.

"[...] Com Fernando Azevedo como Diretor Geral da Instrução Pública, institui-se o Código de Educação do Estado (Decreto n.º 5884/33), que reestruturou todo o sistema de ensino ao exigir concurso público de títulos e provas para o provimento do cargo de Diretor de Grupo Escolar" (Andreotti, 2010, p. 116). Nesse contexto, a gestão escolar foi marcada por uma forte intervenção estatal, que, sob a justificativa de modernizar o país por meio da educação, também buscava controlar o pensamento e as ideias da população.

Embora o governo Vargas tenha promovido reformas educacionais, seu caráter autoritário e centralizador levantava questionamentos sobre se essas mudanças visavam realmente o progresso educacional ou o fortalecimento do controle social.

Nessa época podemos destacar o Roldão Lopes de Barros (1884-1951), considerado o fundador dos estudos de administração escolar em São Paulo, onde compôs o Curso de Especialização para Administradores Escolares, com dois anos de duração. Esse curso foi resultado do esforço do governo para proporcionar o aprimoramento profissional dos que já ocupavam cargos de direção escolar.

A Constituição de 1934 tornou obrigatórios o concurso público para o provimento de cargos do magistério e a incumbência dos estados na fiscalização e regulamentação das instituições de ensino. Em São Paulo, a criação do grupo Escolar Rural, em 1938, previa a realização de concurso público para o provimento do cargo de diretor para esse novo tipo de escola, e isso repercutiu para o cargo de Diretor de grupo Escolar comum. Assim, em 1941, efetivou-se um concurso para o cargo de diretor de Grupo Escolar, do qual puderam participar professores com 400 dias de magistério, auxiliares de diretor de grupo escolar, secretários e auxiliares de Delegacias Regionais de Ensino que tivessem menos de dois anos nos cargos e um de docência (Tabachi, 1979, p. 45 *apud* Andreotti, 2010, p. 118).

Ao final da primeira etapa da Era Vargas, em 1945, Getúlio foi deposto do poder, dando início a um período de transição que culminou com a promulgação da nova Constituição em 1946. Essa legislação pôs a democracia como regime político, reconhecendo a liberdade de expressão e imprensa, o que permitiu o fortalecimento da sociedade civil e das instituições democráticas.

Conforme apontado por Andreotti (2010, p. 120), “[...] assinala-se que com o fim do Estado Novo, em 1945, fruto do crescimento das oposições ao regime ditatorial e do esgotamento deste, criaram-se condições favoráveis à elaboração de uma nova Constituição, em 1946, agora num ambiente já relativamente democrático.”

Com a promulgação dessa Lei, a gratuidade do ensino primário e secundário foi estendida em todo o país, o que permitiu a ampliação do acesso à educação e na democratização do ensino no Brasil. Segundo Saviani (2015), nesse contexto de valorização dos meios de organização dos serviços educacionais, ocorreu a racionalização do trabalho educativo, culminando no surgimento dos técnicos ou especialistas em educação, destacando-se a figura do diretor escolar.

Segundo Andreotti (2010), o cenário político e a promulgação da nova Constituição demandavam a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para organizar o sistema educacional em todo o território nacional. Apresentado ao Congresso em 1948, o projeto inicial dessa lei trouxe consigo novos desafios e requisitos para a administração escolar.

Após o período de Getúlio Vargas na presidência do país, a história registra duas fases distintas: a “República Populista” (1946-1964) e o “Desenvolvimento Nacional” (1956-1961), durante as quais a gestão escolar é abordada sob diferentes perspectivas. De acordo com Gallindo & Andreotti (2010), até os anos 1960, a administração escolar se fundamentava em uma base teórica consolidada para avançar na organização do sistema educacional e na estrutura da rede escolar.

Nesse contexto, iniciativas visando a universalização do ensino e a melhoria da formação de recursos humanos foram desenvolvidas. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/61¹⁴, aliada ao Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) de 1946, contribuiu para ampliar o acesso à educação básica e consolidar a autonomia e descentralização da gestão educacional. A LDB, ao não

¹⁴ A LDB 4024/61 foi uma legislação que estabeleceu diretrizes para o sistema educacional brasileiro, abrangendo aspectos como currículos escolares e formação de professores. Ela foi relevante até a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que revogou partes significativas dessa legislação anterior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 22 jun. 2023.

definir um currículo nacional, permitiu a consideração das particularidades regionais (Gallindo & Andreotti, 2010).

Em 1962, o papel do diretor escolar foi delineado, exigindo habilidades educacionais e o fomento de valores democráticos e culturais na escola. Em relação a essa função, o parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) define que:

Diretor qualificado deveria ser um educador com qualidades pessoais e profissionais que permitissem infundir à escola a eficácia do instrumento educativo e transmitir sentimentos, ideias e aspirações de teor cristão, cívico, democrático e cultural aos professores, alunos e comunidade (Tabacchi, 1979, p. 48 *apud* Gallindo & Andreotti, 2010, p. 142).

“No entanto, o golpe militar de 1964 alterou substancialmente a organização escolar do país, ao imprimir um regime autoritário, subtraindo a participação da sociedade civil e das associações de classe” (Gallindo & Andreotti 2010, p. 143). O Brasil entrou em um período de repressão política e de mudanças nas políticas educacionais, que afetaram a gestão escolar.

Nesse contexto, há a apresentação da definição que posteriormente foi elaborada no Parecer n.º 93/62 pelo antigo CFE, conforme delineado por Clark et al. (2010),

A primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - lei n.º 4.024 de 1961) no que diz respeito à ocupação do cargo de Diretor de Escola, estabelecia, no Artigo 42, apenas que o **Diretor da escola deverá ser educador qualificado**, definição dada no Parecer n.º 93/62 do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), que, por sua vez, considerava como **educador qualificado** aquele que reunisse qualidades pessoais e profissionais que o tornassem capaz de infundir à escola a eficácia do instrumento educativo por excelência e de transmitir a professores, alunos e à comunidade sentimentos, ideais e aspirações de vigoroso teor cristão, cívico, democrático e cultural (Clark, et al., p. 163, *grifo nosso*)

3.2. Transformações na Gestão Escolar Durante o Regime Militar (1964-1985)

No final da "República Populista", a gestão escolar foi influenciada pela instabilidade política que culminou no Golpe Militar de 1964. Saviani (2021b), descreve a década de 1960 como uma época de intensa experimentação educativa, com clara predominância da concepção pedagógica renovada, porém, essa situação não se sustentou por muito tempo. Sobre isso, o autor diz:

O clima de euforia com o movimento pedagógico renovador contagiou a sociedade nos diferentes países ao longo da primeira metade do século XX, começou a dar sinais de esgotamento ao penetrar na segunda metade desse mesmo século. A crença de que o mundo estava em constante mudança, bastando deixar-se levar pela corrente, ajustando a educação a esse imperativo, começou a arrefecer-se (Saviani, 2021b, p. 338).

No entanto, o processo educativo durante o regime militar também foi marcado por violações aos direitos humanos e à autonomia dos sujeitos. Muitos professores foram perseguidos e demitidos por serem considerados subversivos, e o pensamento crítico e a liberdade de cátedra foram severamente limitados.

A crítica à gestão escolar ganhou maior destaque a transição da década de 1970 para a década de 1980, impulsionada pelos movimentos sociais e pela busca pela redemocratização do país. Durante o regime autoritário, prevaleceu uma ênfase na formação técnica e profissionalizante, em detrimento de uma abordagem humanista e reflexiva.

Além disso, o governo militar promoveu a militarização do ensino, com a criação de escolas técnicas militares e a presença de militares nas escolas públicas. Somente no final dessa década, com a abertura política, houve uma retomada do debate sobre a gestão escolar e a participação da comunidade na educação.

A LDB nº 5.692/71¹⁵ promoveu a fusão dos cursos primários e ginasiais, resultando na criação do ensino de primeiro grau com duração de oito anos em caráter obrigatório. Nesse contexto, a lei extinguiu o cargo de Diretor de Grupo Escolar e instituiu o cargo de Diretor de Escola.

A partir de 1975 a denominação Grupos Escolares-Ginásios é alterada pelo Decreto nº 6.907, de 23 de outubro de 1975, para a Escola Estadual de Primeiro Grau. Alterou-se a denominação, porém, permaneceu o simples acoplamento de duas realidades distintas, o grupo escolar e o ginásio, sem o devido entrosamento e a estrutura básica necessária, o que dificultou o exercício do diretor de escola pela falta de experiência e conhecimentos de uma das realidades.

Pode-se perceber que, com as propostas de modificações no sistema [...], o cargo de diretor de escola vai se firmando, como refletem as exigências de qualificação cada vez mais específicas. A velha concepção do diretor como daquele que tem uma experiência de muitos anos de docência parece ser substituída pela imagem do administrador, coordenador de uma equipe escolar que deverá ministrar uma educação básica pública a

¹⁵ Consulte o artigo de Saviani (2008b). "O legado educacional do regime militar". Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/abstract/?lang=pt> Acesso em: 21 de abril de 2024.

um contingente muito maior da população (Clark & Nascimento & Silva, 2010, p. 164)

Nesse período, o papel do diretor de escola ultrapassava as meras tarefas burocráticas e a responsabilidade pela eficiência operacional da instituição. Contudo, a escola não gozava de autonomia; ao contrário, havia uma fiscalização rigorosa e um engessamento da educação. O diretor, portanto, se tornava o principal articulador entre os professores e funcionários, mesmo dentro de um sistema centralizado.

Sua atuação era necessária para promover a coletividade no trabalho pedagógico, buscando integrar de maneira orgânica e articulada professores, funcionários, alunos e pais. Não se tratava apenas de aprimorar o ensino, mas também de buscar a interação entre a escola e a comunidade.

Segundo Clark et al. (2010), foi nesse contexto que houve uma abordagem ideológica por parte do regime, que cooptou o diretor de escola para desempenhar uma função similar à de um gerente de empresa, atuando como agente de controle e fiscalização das atividades desenvolvidas na instituição escolar. Isso tinha como objetivo garantir a manutenção da ordem estabelecida.

Nos anos de 1980, houve um movimento de descentralização da gestão escolar, que passou a ser compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal. Foi nesse período que surgiram as primeiras experiências de gestão democrática nas escolas, com a participação de pais, alunos e professores na tomada de decisões.

“Em vários Estados, iniciam-se processos de eleição de diretores escolares na primeira metade dessa década, com a ascensão dos primeiros governadores eleitos após a ditadura iniciada em 1964” (Paro, 2001, p. 64). Esse movimento assinalou o início de uma nova abordagem na administração escolar, onde a gestão começou a ser entendida como um processo participativo, fundamentado em princípios democráticos.

A inclusão da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas não apenas reforça o vínculo entre a escola e a sociedade, mas também contribui para a criação de um ambiente educacional mais democrático e inclusivo. A participação de pais, alunos e professores nas deliberações escolares permite uma gestão mais

representativa e alinhada às necessidades e expectativas de todos os envolvidos, promovendo, assim, uma educação de maior qualidade.

3.3. Aspectos da Gestão Escolar na Transição para a Nova República e na Era Neoliberal

O período histórico da Nova República no Brasil, que iniciou em 1985, após o fim do ditadura cívico militar, com uma transição marcada pela luta dos movimentos sociais e pela mobilização da sociedade civil. O período dos anos 1980 foi desafiador economicamente, com recessão e indicadores negativos, resultando na percepção da "década perdida"¹⁶.

No entanto, a análise histórica mostra que, do ponto de vista da organização do campo educacional, os anos 1980 foram fecundos. Durante a Nova República, houve eleições presidenciais indiretas em 1989, promulgação de uma nova Constituição em 1988 e transformações políticas, econômicas e sociais significativas. Sobre isso, dialogamos com Saviani, (2021b), que diz:

Contrariamente, porém, a essa impressão, a análise histórica não condicionada pelas revezes da virada dos anos de 1980 para os de 1990 permite constatar que, do ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história, rivalizando apenas com a década de 1920, mas, ao que parece, sobrepujando-a. (Saviani, 2021b, p. 402).

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco elementar ao garantir o direito à educação para todos e atribuir ao Estado a responsabilidade nesse âmbito. Conforme destacado por Minto (2010), um dos aspectos mais relevantes dessa conquista foi a busca pela gestão democrática da educação, abrangendo não apenas a administração da política educacional, mas também a gestão das unidades de ensino em diferentes níveis.

¹⁶ “Após a Conferência da ONU realizada em Paris em setembro de 1990, quando foi reconhecido o fracasso de seu programa mundial de ação para o desenvolvimento dos países mais pobres do globo, formulado em 1981, generalizou-se a avaliação que atribuiu aos anos de 1980 o caráter de **década perdida**”. (Saviani, 2021b, p. 402 – **grifo nosso**)

De acordo Paro (2001, p. 64), esse movimento ganhou notoriedade em 1989, quando diversos Estados “[...] inscrevem em suas constituições a obrigatoriedade da eleição como critério de escolha dos diretores nas escolas públicas”. Contudo, já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, esse movimento sofreu um retrocesso devido à ausência de compromisso democrático por parte dos governos, envolvidos em interesses político-partidários.

A partir da década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais no país, a gestão escolar passou por novas transformações. Houve descentralização da gestão, transferindo responsabilidades do governo federal para os governos estaduais e municipais, além da adoção de políticas de privatização e terceirização da gestão escolar.

Sobre isso, Saviani (2021b), aponta que na década de 1990, o significado predominante derivou de uma lógica orientada para a busca de interesses privados, com ênfase nas habilidades e competências que cada indivíduo deveria adquirir no contexto educacional, visando obter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Com a ascensão do neoliberalismo no mundo e a adoção de políticas de ajuste fiscal no Brasil, houve um processo de desmonte do Estado e de redução dos investimentos em educação. Nesse contexto, a gestão escolar foi afetada pela redução de recursos e pela privatização do ensino. “O inédito princípio da gestão democrática do ensino foi uma importante conquista da Constituição de 1988, ainda que seja difícil avaliar o quanto ela representou na prática da gestão escolar por todo o país” (Minto, 2010, p. 182)

Como afirma Saviani (2008a, p. 2), “[...] a legislação educacional mais importante do país, por isso é chamada de “carta magna da educação”, a legislação estabelece “[...] as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira”. De acordo com o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 definiu a gestão democrática como princípio da educação, estabelecendo um marco para a gestão escolar no Brasil.

O parágrafo VIII do artigo 3º da LDB 9394/96 enfatiza a gestão democrática do ensino público como um dos princípios fundamentais para a educação no Brasil. Conforme estabelece a lei:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)¹⁷
(Brasil. LDB n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996)

A Lei foi um marco ao viabilizar a participação da comunidade na gestão escolar por meio dos Conselhos de Escola e permitir a eleição direta para diretores de escolas públicas. O artigo 14 da LDB estabelece que Estados, Municípios e o Distrito Federal definirão normas para a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades. Destaca-se a importância da gestão democrática, ressaltando a participação da comunidade escolar conforme previsto no referido artigo:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
[...]

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
[...]

(Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

(Brasil. LDB n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996)

A LDB de 1996¹⁸ também enfatiza a necessidade de uma gestão democrática e participativa nas escolas públicas, proporcionando à comunidade escolar a oportunidade de envolvimento na administração escolar.

Ao estabelecer a gestão democrática do ensino público como princípio da educação brasileira, a LDB 9394/96 se refletiu na criação de diversos mecanismos de participação popular na gestão escolar, além dos conselhos escolares,

¹⁷ LEI N.º 14.644, de 02 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares.

¹⁸ A LDB 9394/96 também enfatiza a necessidade de uma gestão democrática e participativa nas escolas públicas, proporcionando à comunidade escolar a oportunidade de envolvimento na administração escolar. Sobre esse tema, consulte Minto (2010).

No caso particular da gestão/administração escolar, já no início da década de 1990 intensificou-se o debate sobre a necessidade da profissionalização das pessoas encarregadas dessa função, o que redundaria nas propostas de "capacitação de dirigentes", as quais pressupunham que a qualidade da educação básica exigia "competências gerenciais", além de profissionais mais autônomos para gerir a educação de forma racional, isto é, mais eficiente e econômica. (Minto, 2010, p. 190).

Durante a Nova República e o período dominado pelo Estado Neoliberal, a descentralização do poder educacional para estados e municípios promoveu uma maior participação da sociedade civil na gestão escolar. Contudo, esse movimento também evidenciou práticas de regularidade e nomeações político-partidárias para cargos de diretores.

Apesar da valorização do papel da gestão escolar nesse período, a LDB 9394/96 apresentou poucas inovações em relação ao cargo de Diretor de Escola, mantendo a vinculação da formação desses profissionais ao curso de pedagogia. Isso prolongou o debate sobre a associação com as atuais habilitações, revelando uma herança do tecnicismo educacional.

“O provimento do cargo de diretor passou a exigir, além do concurso público, a licenciatura plena em Pedagogia ou pós-graduação na área de educação, com no mínimo oito anos de efetiva experiência no magistério. A novidade é que a lei não mais exige nenhuma habilitação específica. Ainda em relação ao cargo de Diretor, a LDB atribuiu-lhe a responsabilidade pela elaboração da proposta pedagógica, do regimento escolar e do plano escolar, sem, contudo, definir com precisão o seu significado. Vejamos o texto da Lei:

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar a sua proposta pedagógica;

[...]

VII – informar os pais e responsáveis [...] sobre a execução de sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996, p. 51-52, *apud* Minto, 2010, 194)

Houve muitas discordâncias em relação às medidas adotadas, com relatos de que Paulo Freire expressou desacordo em relação à seleção de profissionais para cargos de administração pedagógica por meio de concursos. Freire (2021c) defendeu abertamente a eleição direta com a participação da comunidade educativa.

No sentido de democratizar desde já a gestão das escolas, estamos fazendo entrar em vigor hoje o Regimento Comum das Escolas, aprovado pelo CEE – Conselho Estadual de Educação-, em 1985, que prevê a implantação de Conselhos de Escola... a escola demonstrará maturidade exercendo sua capacidade de autogovernar-se (Freire, 2021c, p.62).

“Freire aceitou, naturalmente, a derrota de sua proposta, entendendo que essa rejeição era causada pelo corporativismo e conservadorismo, muito presentes na educação brasileira” (Lima, 2007, p. 55). Durante sua gestão na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1991, propôs publicamente a eleição pela comunidade educativa de todos os profissionais em cargos de administração. No entanto, sua proposta foi prontamente rejeitada por professores e diretores das escolas municipais, apesar de sua convicção nas ideias que apresentava.

Dessa forma, a gestão escolar nesse contexto, a principal característica da descentralização do poder educacional para os estados e municípios, visava aumentar a eficiência e efetividade da gestão educacional. Nessa época, houve uma maior participação da sociedade civil na gestão escolar, por meio de conselhos escolares e outras formas de participação popular.

O quadro atual da gestão escolar no Brasil revela esse contexto desfavorável que se manifesta, notadamente, em um aspecto em particular o processo de escolha dos Diretores de Escola. Com efeito, não houve nenhuma grande melhoria em comparação com épocas anteriores, e mesmo em relação às práticas paternalistas típicas da história política brasileira, contrariando mesmo a exigência da LDB de aprovação em concurso público para a ocupação de quaisquer cargos no magistério. O Estado de São Paulo é o único em que o número de Diretores de escola concursados (51,8%) ultrapassa o de diretores nomeados. Nas demais regiões de país, predominam as indicações e nomeações, em sua maioria, pautadas por critérios político-partidários (Minto, 2010, p. 198).

A compreensão da história da gestão escolar no Brasil revela uma trajetória, destacando padrões e desafios persistentes, ressaltando a importância do conhecimento histórico na formulação de estratégias educacionais. Este capítulo buscou analisar a influência histórica na gestão educacional brasileira, apontando a relevância da contextualização para aprimorar a qualidade do ensino e fomentar uma educação democrática.

Ao longo do século XX, especialmente após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, observou-se um crescente interesse na descentralização administrativa e na promoção da participação democrática na gestão escolar. Esse movimento atribui maior autonomia e responsabilidade aos diretores escolares na tomada de decisões pedagógicas e administrativas.

No entanto, permanecem desafios relacionados à efetividade da participação da comunidade escolar, à capacitação dos gestores e à distribuição equitativa de recursos educacionais. Nesse contexto, é relevante considerar as palavras de Freire (2001a), que destacou que estruturas administrativas centralizadas não propiciam procedimentos democráticos. Um dos papéis das lideranças democráticas é, justamente, superar os esquemas autoritários e promover tomadas de decisão baseadas no diálogo.

No contexto específico da eleição para diretores escolares na rede municipal de Vitória/ES, é necessário compreender a trajetória histórica para contextualizar e analisar os possíveis impactos desse modelo de gestão que adota o princípio da eleição direta para a composição do cargo de diretores escolares. Compreender como a gestão democrática, por meio da eleição direta, se relaciona com experiências históricas pode fornecer elementos valiosos para uma análise crítica do sistema educacional municipal.

A experiência vivida como diretora eleita entre 2017 e 2021 proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a prática diária e ajudou a preencher lacunas teóricas existentes, destacando a relevância do estudo dessa dimensão da gestão democrática. Essa vivência convida à reflexão contínua, indicando a necessidade de aprofundar os estudos sobre a eleição de diretores escolares na PMV/ES e a necessidade de compreender que o ***diretor/gestor é antes de tudo um educador***.

Esse entendimento reforça a ideia de que a gestão escolar não se limita às funções administrativas, mas também envolve um compromisso com a formação integral dos estudantes e a promoção de um ambiente educacional colaborativo. O diretor/gestor deve ser um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e promovendo o desenvolvimento profissional contínuo dos professores.

Dessa forma, este capítulo destacou a análise histórica da figura do diretor escolar a fim de fornecer subsídios para a próxima etapa que abordará a implementação da eleição direta para diretores na PMV/ES, analisando o movimento de escolha de dirigentes escolares, considerando o cenário educacional local e suas perspectivas.

Isso nos leva ao pensamento de Freire (2021a) ao destacar a importância de não contradizer as palavras com as ações, enfatizando que a mudança é difícil, porém possível. Essa reflexão incita a persistência na possibilidade de transformação, mesmo diante das dificuldades.

É importante, imperioso, que o meu discurso de candidato não tenha na minha prática de eleito o seu contrário. É preciso não passar aos eleitores e eleitoras de cujo voto precisamos a ideia de que mudar é fácil. Pelo contrário, mudar é difícil, mas é possível. E é sobre a possibilidade de mudar, apesar das dificuldades para fazê-lo, que devemos insistir (Freire, 2021a, p. 84).

Em resposta ao trecho poético que abriu o capítulo, "***Em poesia que é voz de poeta***", acrescentamos "***que é a voz de nascimentos***". Essa adição enfatiza a ideia de que, assim como a poesia, que, por meio de suas metáforas, representa a possibilidade de novos começos e renovações, esta pesquisa se constitui.

Após um exame minucioso das funções dos diretores ao longo da História da Educação brasileira, entramos em um novo capítulo com o propósito de examinar a implementação da eleição direta para diretores nas escolas municipais de Vitória (PMV/ES).

Essa transição de foco é comparável à mudança de estrofe na poesia, onde a alteração de tema ou abordagem reflete uma mudança de perspectiva e direção na narrativa. Assim como um poema revela camadas de significado por meio de sua estrutura e escolha de palavras, nossa pesquisa busca explorar as nuances e implicações da gestão escolar democrática na PMV/ES.

Esta mudança de ênfase destaca a utilização de uma abordagem crítica e reflexiva, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das práticas administrativas e políticas que influenciam o cenário educacional local.

4. PERSPECTIVAS TRANSFORMADORAS: A INTRODUÇÃO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETORES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA/ES

*Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor,
mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.”*

Manoel de Barros

Nas paisagens da capital capixaba, emerge um capítulo central desta pesquisa, que se debruça sobre a análise da trajetória da gestão escolar pública em Vitória/ES, com especial enfoque na pioneira implementação das eleições diretas para diretores na rede municipal de ensino. Antes de adentrarmos nos movimentos sociais e políticos que culminaram nessa decisão, é importante que o leitor seja contextualizado geograficamente.

Vitória/ES transcende suas praias e monumentos históricos. Nos espaços educacionais públicos municipais, uma rede educacional singular se desenvolve, moldada pela interação complexa de políticas públicas, desafios socioeconômicos, geográficos e pelo compromisso com a emancipação humana através da educação.

Como enfatizado por Cravo (2012), ao analisar os vinte anos anteriores à sua época no processo histórico educacional em Vitória, torna-se inevitável refletir sobre os tempos e espaços necessários para enfrentar os persistentes desafios educacionais. Esse contexto revela a dinâmica histórica da educação na cidade, com seus avanços e obstáculos que precisam ser superados para garantir um projeto educacional promissor.

Dentro desse contexto, o papel desempenhado pela gestão escolar é inegável, exercendo uma influência direta sobre a educação na região. Este estudo vai além de uma mera narrativa cronológica, buscando explorar as nuances que moldaram a implementação das eleições diretas para diretores, revelando assim uma narrativa na história educacional da cidade.

Ao avançarmos neste capítulo, mergulhamos nos intricados caminhos da gestão escolar pública na capital do Espírito Santo. Este é um terreno onde a trajetória rumo à implementação da eleição direta para diretores nas escolas municipais se revela como uma narrativa multifacetada. Essa jornada é um convite à compreensão das nuances da gestão escolar, onde a linguagem da educação se manifesta em cores vivas e tonalidades diversas.

Sobre isso nos reportamos a Freire (2003), quando diz,

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica (Freire, 2003, p. 10).

Antes de explorarmos o processo histórico da eleição direta, é necessário entender as particularidades da educação em Vitória/ES. Esta cidade, mais que um local geográfico, é um cenário de experiências educacionais marcadas por desafios e conquistas, as quais buscamos compreender.

O Espírito Santo abriga cerca de 4 milhões de habitantes distribuídos em 78 municípios. Vitória, a capital situada na Baía homônima, oferece um contexto relevante para o desenvolvimento das dinâmicas educacionais a serem detalhadamente examinadas neste estudo.

A cidade de Vitória, conhecida como a "Ilha do Mel", foi emancipada em 24 de fevereiro de 1823. Com quase dois séculos de emancipação, a cidade, apesar de suas belezas, ainda enfrenta desafios no campo dos direitos e da participação política. Conforme observado por Cravo (2012), a continuidade das intervenções humanas e o papel das políticas públicas são cruciais para o futuro da cidade.

Essa reflexão destaca as incertezas e desafios do contexto de 2012. Mais de uma década depois, é pertinente questionar se o modelo de gestão e as políticas educacionais implementadas naquela época ainda são relevantes. Esse cenário histórico e social é necessário para entender as dinâmicas educacionais e as políticas de gestão escolar que serão analisadas ao longo deste estudo.

Vitória/ES, destaca-se por seu desenvolvimento e modernização, evidenciados em infraestrutura urbana, crescimento populacional impulsionado pela migração e diversidade cultural. O rápido processo de urbanização no Espírito Santo, impulsionado por fatores rurais e urbanos, contribuiu para esse cenário (Castiglioni, 2019).

Com uma população estimada em mais de 322 mil habitantes em 2022, conforme dados do IBGE, a capital do Espírito Santo assume um papel de destaque como centro econômico, cultural e turístico proeminente na região.

Quadro 2 – Dados Atuais e informações da Cidade de Vitória/ES

Prefeito	Lorenzo Silva Pazolini (2021)
Gentílico	Capixaba
Área Territorial	97,123 km ² [2002]
População	322.869 pessoas [2002]
Densidade Demográfica	3.324,33 hab/km ² [2002]
Escolarização 6 a 14 anos	97,6% [2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,845 [2010]
Mortalidade Infantil	8,63 óbitos por mil nascidos vivos [2020]
Receitas realizadas	1.665.698,98 R\$ (x1000) [2017]
Despesas empenhadas	1.508.160,74 R\$ (x1000) [2017]
PIB per capita	69.228,40 R\$ [2017]

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados do IBGE para Área territorial, População, Densidade Demográfica e Escolarização 6 a 14 anos; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para IDHM; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) para Mortalidade Infantil; IBGE para PIB per capita. Dados de Censo referentes ao ano de 2022 e dados de Escolarização referentes ao ano de 2010.

Essa introdução à cidade sublinha a relevância de uma compreensão das transformações na gestão educacional, especialmente diante da importância da implementação da eleição direta para diretores.

A cidade é reconhecida como um polo não apenas econômico, mas também cultural e turístico. Essa diversidade de atributos confere à cidade uma complexidade singular, onde as mudanças na administração educacional não apenas refletem, mas também influenciam diretamente o tecido social, econômico e cultural local.

Ao adentrarmos na próxima seção, buscamos desvendar as modulações históricas e sociais que influenciaram a jornada educacional da cidade, particularmente durante o ano de 1992. Esse período teve um impacto na formação do sistema educacional municipal, e uma análise aprofundada permitirá uma compreensão sólida das origens desse movimento inovador.

Dessa forma, esta investigação sobre a gestão municipal captura a essência de uma época marcada por transformações e destaca o papel determinante na evolução do sistema educacional municipal, estabelecendo conexões entre o passado e o presente da educação em Vitória/ES.

Conforme Paro (2010a) é necessário considerar elementos como o Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres, e marcos legais para fortalecer a gestão democrática.

No entanto, esta pesquisa se concentrará em uma dimensão específica da gestão democrática, a direção escolar, não desconsiderando a importância de outros elementos, mas sim devido às condições e objetivos específicos deste estudo.

Dessa forma, este estudo explorará a eleição para diretores escolares como um instrumento dos princípios da gestão democrática, reconhecendo seu papel na construção de relações emancipatórias no contexto educacional.

À medida que avançamos, desvendaremos não apenas o caminho trilhado, mas também os desafios superados e as conquistas alcançadas ao longo dessa jornada educacional em Vitória/ES. Essa investigação revelará uma narrativa significativa na história educacional da cidade, destacando especialmente a trajetória rumo à implementação da eleição direta para diretores.

4.1. Análise Inicial: O Panorama Educacional e a Gestão Municipal em Vitória/ES

Os desdobramentos da educação em Vitória/ES, é caracterizado por uma progressão que atravessa distintas fases históricas, as quais foram moldadas por contextos sociais, políticos e econômicos marcantes. As bases para a construção da identidade educacional na região foram lançadas durante o período de colonização portuguesa, que estabeleceu as fundações para o desenvolvimento do sistema educacional local.

Na metade do século XX, o Espírito Santo era um estado essencialmente agrícola, com economia vinculada à monocultura do café. A maior parte da sua população vivia no meio rural, sendo difícil e demorado o acesso a Vitória, em virtude da falta de transporte regular e de razoáveis estradas de rodagem (Oliveira, 2008, p. XXI).

Segundo Oliveira (2008), na metade do século XX, a presença de instituições particulares sublinhava a diversidade de opções educacionais, incluindo aquelas direcionadas à formação feminina. No ensino superior, apenas dois cursos eram oferecidos em Vitória/ES, pelas faculdades de Direito e de Odontologia. “Para estudar medicina ou engenharia, os jovens capixabas tinham que ir, normalmente, para o Rio de Janeiro” (Oliveira, 2008, p. 22).

De acordo com Oliveira (2008), na virada do século XXI, o cenário educacional refletia as características da época. Destacavam-se o Colégio Estadual do Espírito Santo e a Escola Normal, no ensino médio, enquanto a Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo (ETFES)¹⁹ se destacava na formação de técnicos para um mercado de trabalho em desenvolvimento.

No atual contexto, a educação capixaba ganha relevância, evidenciada pela presença de diversas instituições de ensino que abrangem desde a educação

¹⁹ Em 3 de setembro de 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo (ETFES), baseada num modelo empresarial. A Escola Técnica passou a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES), a partir de março de 1999. Em dezembro de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A partir dessa data, a sede do CEFETES, em Jucutuquara, tornou-se o IFES – Campus Vitória. Disponível em: <https://vitoria.ifes.edu.br/institucional?start=1> Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

infantil até o ensino superior. Essa diversidade reflete a importância e a amplitude da temática educacional na atualidade.

Este panorama cria um terreno propício para compreender a complexidade e a evolução da gestão escolar municipal em Vitória/ES. Ademais, destaca o interesse em analisar mais detalhadamente a oferta educacional proporcionada pela PMV/ES, especialmente no contexto da gestão democrática e do processo de seleção de diretores escolares.

Na educação infantil, a PMV/ES oferece vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e há também instituições privadas. No ensino fundamental, a cidade tem escolas municipais (EMEFs) e outras estaduais e da rede privada. Sobre o ensino médio e superior²⁰, cabe mencionar que a responsabilidade não é da Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Avançando rapidamente pela história, alcançamos um período de destaque para esta pesquisa: as décadas de 1980 e 1990 marcaram em todo o país o processo de municipalização, transferindo aos municípios a responsabilidade pelos níveis de ensino fundamental e infantil, retirando do Estado a obrigação de oferta.

Em Vitória/ES, a realidade não foi diferente, e a PMV/ES incorporou esses níveis em sua rede, sendo compelida a ampliar as vagas disponíveis. O desafio inicial concentrou-se no ensino fundamental, dado o estabelecimento, pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, com obrigatoriedade do Ensino Fundamental com duração de oito anos.

O município de Vitória, que já era responsável pela maioria das escolas de ensino fundamental, também absorveu as escolas de ensino fundamental do Estado e tornou-se responsável quase que exclusivo para resolver os desafios por vagas nesse nível de ensino, mesmo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211, § 3º deixando claro que o ensino fundamental é também de responsabilidade do Estado (Cravo, 2012, p. 71).

²⁰ A oferta de vagas na rede pública é gerida pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU), enquanto a rede privada de ensino e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) também ofertam essa modalidade de ensino. Na educação superior e profissionalizante, Vitória possui diversas instituições, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), faculdades particulares e escolas técnicas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ampliando as opções educacionais disponíveis para a comunidade.

Para aprofundar a compreensão da educação municipal de Vitória/ES, destaca-se o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação (COMEV), responsável por coordenar as políticas educacionais na cidade, abrangendo tanto o setor público quanto o privado. Sua criação, conforme estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de 1990, representa um marco institucional.

[...] Art. 219 – Fica criado, no âmbito da Administração Municipal, o Conselho Municipal de Educação no âmbito do Município.
§ 1º - A lei assegurará, na composição do Conselho Municipal de Educação, a participação efetiva de todos os segmentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educacional do Município. [...]
(Vitória, Lei Orgânica Municipal, 1990).

Apesar da sua criação em 1990, o COMEV iniciou suas operações em 1998, conforme Cravo (2012). Suas atribuições incluem a elaboração de normas para instituições educacionais, o acompanhamento do sistema municipal de educação e a proposição de políticas para aprimorar a qualidade do ensino.

Isso nos estabeleceu o desafio de analisar, a partir da criação do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, a trajetória do Conselho Municipal de Educação na formulação e implementação das políticas educacionais, considerando as relações entre o governo e a sociedade civil representados neste Conselho e o seu papel na construção das políticas educacionais para o Sistema Público de Ensino do Município (Natal, 2011, p. 20).

Embora o COMEV²¹ seja relevante, não é o foco deste estudo, dessa forma, a análise agora se volta para o papel desempenhado pela Secretaria Municipal de Educação (SEME), que assume a responsabilidade de planejar e executar as políticas educacionais no âmbito municipal.

Ao longo dos anos, a SEME/PMV/ES implementou diversas iniciativas no contexto educacional da cidade. Contudo, a natureza política e partidária da Secretaria também influencia suas escolhas e ações. Isso significa que, além dos objetivos educacionais, as práticas e políticas da SEME podem ser moldadas por interesses

²¹ Sobre o COMEV, consultar a pesquisa de Natal (2010)

políticos partidários, que por vezes priorizam outras agendas políticas em detrimento da educação.

Portanto, ao avaliar as ações da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES, é necessário considerar tanto os aspectos educacionais quanto os contextos políticos que permeiam essas ações.

No entanto, destacamos que persistem desafios consideráveis para garantir uma oferta de ensino de excelência em toda a ilha, conforme indicado por Cravo (2012), "portanto, a continuidade das políticas educacionais no município de Vitória encontra-se sujeita às disputas políticas e, conseqüentemente, às incertezas" (p. 97).

A atual configuração educacional da PMV/ES, em 2024, quanto ao número de ofertas de vagas é delineada conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Distribuição de oferta de vagas na Rede de Ensino – PMV

ANO	TOTAL DE UNIDADES DE ENSINO	EMEF'S	CMEI'S	CMEI'S EM TEMPO INTEGRAL (TI)	EMEF'S EM TEMPO INTEGRAL
2024	104	54	50	16	8

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados fornecidos pela SEME em 20/01/2024

Este breve histórico sobre a educação pública municipal na capital capixaba, sob a responsabilidade da SEME, proporciona um panorama da ação administrativa que rege o sistema de ensino local. Isso nos prepara para o próximo tópico, que explorará o início da gestão democrática nas escolas da PMV em 1992. Nesse contexto, voltaremos ao passado para entender como surgiu a ideia da eleição direta para diretores nesses espaços.

4.2. Desdobramentos Históricos: As Origens da Gestão Democrática na Educação Brasileira e sua Importância nas Escolas da PMV/ES

A busca pela compreensão da gestão democrática na educação municipal de Vitória em 1992 nos remete a um marco histórico: a promulgação da Constituição de 1988. Nesse contexto, no qual a gestão democrática se configura como um processo em constante evolução, é necessário ressaltar a importância desse marco legal.

Em 1992, a cidade de Vitória, no Espírito Santo, deu um passo na implementação do princípio constitucional da gestão democrática, que engloba diversas dimensões. Especificamente, destacou-se ao instituir a eleição direta para diretores escolares. Esse marco não apenas representa uma dimensão da gestão educacional, mas também constitui o cerne deste estudo.

Segundo Paro (2001), o princípio da gestão democrática, ao ser estabelecido por lei, proporcionou à sociedade a oportunidade de buscar relações mais participativas não apenas no ambiente escolar, mas também no cenário mais amplo da educação em Vitória/ES.

Para contextualizar a legislação e suas transformações, retrocedemos ainda mais, até o ano de 1985, marcado pela reabertura democrática no Brasil. Nesse período foram estabelecidas as bases que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988.

No desenvolvimento desta pesquisa, exploramos as perspectivas da gestão escolar na transição para a Nova República e na Era Neoliberal, como detalhado no tópico 3.3 deste estudo.

Aprofundando nossa compreensão, traçamos um panorama da gestão escolar durante a Ditadura Cívico Militar (1964-1985), caracterizada por um modelo autoritário com controle estatal rígido sobre as instituições educacionais. Segundo

Buaiz²² (2023) foi a Constituinte que levou o Brasil em direção à democracia, derrubando o último presidente da ditadura militar. (Informação verbal, trechos extraídos de entrevista com Vítor Buaiz, Apêndice A)

Ao encerrar a década de 1980, conforme destacado por Ferreira et al. (1999), o Brasil testemunhou um período marcado pela realização de eleições livres, um marco no avanço em direção à democracia política.

No entanto, essa fase, reconhecida como o processo de "redemocratização", não se restringiu apenas à implementação de eleições como meio de seleção de governantes. Ela englobou uma série de transformações mais abrangentes, que permearam diversos aspectos da sociedade brasileira.

Essa década foi caracterizada por intensos debates e mobilizações sociais, incluindo a área educacional. O processo de redemocratização trouxe mudanças para a gestão escolar. O texto constitucional, em seu Artigo 206, estabelece princípios como a gestão democrática do ensino público, na forma da Lei.

A Constituição Federal (CF) de 1988 introduziu mudanças de ordem política, econômica e social no país. No âmbito educacional, os avanços foram bastante significativos no que diz respeito à vinculação de recursos financeiros, à consignação dos princípios de igualdade para o acesso e para a permanência na escola, de liberdade de ensino, de valorização dos profissionais de ensino e de gestão democrática do ensino público (Ferreira, et al., 1999, p. 20).

De acordo com Minto (2010), ao destacar a versão final do texto constitucional, podemos observar que a gestão democrática na educação foi consagrada como um dos pilares fundamentais do sistema educacional brasileiro, representando um rompimento com a centralização autoritária do período anterior. Essa mudança reflete o compromisso com a participação, transparência e pluralidade na gestão escolar, valores essenciais para a construção de uma educação que se propõe mais democrática.

²² Vítor Buaiz, prefeito de Vitória de 1989 a 1992, além de ter sido deputado federal durante a Constituinte, contribuiu para esta pesquisa por meio de memória oral, devidamente certificada pelo Comitê de Ética.

Minto (2010), afirma que durante esse período, um tema polêmico dividiu opiniões: o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública²³ defendia veementemente o princípio da gestão democrática como fator fundamental. Em contrapartida, um grupo encabeçado por privatistas se opunha a essa ideia, gerando debates acalorados e marcando a arena política e social da época.

Ainda segundo Ferreira et al. (1999), a inserção do princípio da gestão democrática decorre das reivindicações dos movimentos sindicais dos profissionais de educação. A visão do modelo de gestão desses movimentos estava fundamentada em três elementos fundamentais: a criação de conselhos escolares, **a eleição de diretores** e a participação da comunidade na gestão escolar.

De acordo com (Paro, 2010a, p. 73) "essa maior possibilidade de opinar, característica de um ambiente mais democrático, acaba levando os sujeitos envolvidos na educação escolar a uma postura mais participativa". Dessa forma, a gestão das escolas públicas brasileiras alinhou-se ao movimento mais amplo de adesão aos valores democráticos que ganharam destaque no final da década de 1980.

Diversos estados e municípios adotaram a institucionalização de órgãos colegiados e a utilização de processos eleitorais para eleger dirigentes escolares, uma tentativa de mudança em relação à prática clientelista que se contrapunha ao modelo democrático.

Conforme Paro (2001a, p. 65), "especialmente nas primeiras eleições, os agentes políticos persistiram em tentar fazer valer seus interesses clientelistas". Isso destaca a complexidade da implementação de processos democráticos em ambientes historicamente marcados por práticas clientelistas, sublinhando a necessidade de uma mudança cultural profunda para alcançar uma gestão escolar democrática.

A implementação das eleições nas escolas da PMV/ES buscava uma contraposição a esse modelo clientelista que prevalecia na capital, onde a distribuição de cargos e vagas nas unidades de ensino estava nas mãos de vereadores, determinando

²³ Sobre essa discussão, ler Minto (2010).

seu funcionamento. Nesse sentido, é importante entender que o diretor escolar, na configuração de eleito, deixa de assumir o papel de preposto com obediência exclusiva ao sistema. Ele agora assume uma função dialética, tendo que atender tanto à SEME quanto à comunidade que representa.

Segundo Paro (2001a), só a eleição direta para diretores não atende às necessidades do coletivo, mas ganha força ao promover um ambiente participativo. Nesse viés, a eleição direta para diretores escolares se apresenta como um mecanismo importante na democratização da escola, proporcionando uma gestão representativa dos interesses de toda a comunidade escolar.

Durante esse período, a capital capixaba experimentou movimentos democráticos semelhantes aos de Porto Alegre/RS e outras cidades sob o governo de esquerda do Partido dos Trabalhadores. Em Vitória/ES, Vitor Buaiz era o prefeito, enquanto em Porto Alegre/RS, Olívio Dutra era o prefeito.

Em 1988, o PT dá uma grande virada em relação a 1982. Conquista 36 prefeituras e integra como vice mais três coligações, distribuídas por 12 estados. As conquistas incluem 3 capitais – **Porto Alegre, Vitória e São Paulo** – e importantes polos regionais, como Campinas, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Santos e Ipatinga. O PT também participa de coligações com outros partidos de esquerda em 10 capitais, além de receber apoios partidários em São Paulo e Campinas e eleger 900 vereadores e vereadoras, quase oito vezes mais do que o número de 1982. A partir da eleição de 1988, o PT amplia sua presença no território brasileiro (Fundação Perseu Abramo. s.d. "Primeiras eleições municipais – 1988").

“Apesar dos erros e limitações, as prefeituras mantêm a marca petista, com perfil popular e democrático, mesmo diante das dificuldades enfrentadas” (Perseu, 2008, p. 146). Segundo Perseu (2008), a vitória do PT nas eleições de 1988 gerou grandes expectativas quando os prefeitos assumiram seus cargos. A principal preocupação em relação às administrações petistas era evitar que a disputa eleitoral se restringisse ao âmbito municipal, sinalizando um projeto político mais amplo e ambicioso.

Nesse cenário, São Paulo/SP, sob a gestão da prefeita Luiza Erundina, despontou como uma cidade de destaque alinhada aos ideais esquerdistas durante o processo de redemocratização. Um fato marcante nessa cidade foi a nomeação de Paulo

Freire como secretário da pasta da educação²⁴, logo após seu retorno do exílio da ditadura no Brasil.

Retomando à realidade capixaba, de acordo com Costa (2006), um fato interessante da gestão de Vitor Buaiz (1989-1992) foi a participação no I Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores (I ENED)²⁵ em março de 1989. Nesse encontro, foi apresentado um indicativo para os conselhos municipais de educação, conselhos de escola e associação de pais e mestres.

A finalidade era conferir caráter deliberativo aos Conselhos Municipais de Educação e Conselhos de Escola, definindo suas competências e garantindo uma composição representativa. A proposta visava instaurar uma gestão educacional participativa, envolvendo diversos setores da sociedade no processo decisório.

Paro (2001) destaca a relevância de ressaltar uma característica das eleições: como em todo processo democrático, a participação e o envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações não são uma impossibilidade, mas tampouco uma garantia.

Barbosa (2022)²⁶, argumenta que, em um processo eleitoral genuinamente democrático, é de se esperar a presença de candidatos diversos, com qualidades e projetos distintos. Ele contesta a ideia de que garantir o domínio da "boa técnica administrativa" através de uma prova como uma barreira de exclusão é fundamentado em uma falsa dicotomia.

²⁴ Paulo Freire atuou como secretário de educação de São Paulo. Para mais informações sobre sua gestão nessa posição, consulte o livro "A Educação na Cidade" (2001).

²⁵ Sobre o I ENED, ver Paulo Freire Atuação de Paulo Freire no PT. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/centenario-paulo-freire-atuacao-de-paulo-freire-no-pt> Acesso em 21 de janeiro de 2024.

²⁶ Durante a celebração dos 30 anos da Eleição Direta para Diretores Escolares na PMV, Daniel Barboza Nascimento, ao discursar na Câmara dos Vereadores de Vitória, apresentou suas análises com o texto "30 anos do processo de construção da Gestão Democrática da Escola Pública no Município de Vitória - ES". Sua contribuição incluiu o envio de uma cópia do discurso, e sua participação na pesquisa foi formalmente autorizada pelo Comitê de Ética/UFES (Ver Apêndice B, p. 169).

Além disso, Barbosa (2022) refuta a noção de que a técnica ou o conhecimento técnico são superiores ao conhecimento político, considerando ilusório acreditar que o conhecimento e domínio políticos possam prescindir da técnica.

Em síntese, os avanços na política educacional representam uma parte do movimento mais amplo de questionamento das relações autoritárias e verticalizadas presentes na sociedade e na escola. Nesse contexto, não era mais suficiente defender apenas a democratização referente à ampliação de vagas na escola pública (democratização de acesso). As demandas eram mais abrangentes.

Sobre isso, Paro (2001) nos alerta que os avanços na política educacional representam uma parte do movimento mais amplo que questionou as relações autoritárias e verticalizadas na sociedade e na escola.

O movimento sindical dos educadores buscava uma democracia refletida na participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar e na gestão escolar distribuída, já que, até então, o poder estava concentrado nas mãos do diretor, frequentemente indicado por critérios políticos, atuando como representante do Estado.

Segundo Paro (2001), antes de discutir a autonomia nas instituições educacionais, é necessário entender que o autoritarismo presente nesse contexto resulta da interação de diversos fatores, tanto internos quanto externos à unidade escolar.

Esses elementos contribuem para a estruturação da própria escola e para as dinâmicas de poder que nela se estabelecem. Desse modo, as organizações educacionais no Brasil refletem relações mais amplas relacionadas à construção histórica do Estado.

Além disso, Paro (2001) identifica que, nos anos 1980, alguns estados brasileiros, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, experimentaram a seleção de diretores escolares por meio do pleito universal. Ao discutir a autonomia nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras, surgem diversas considerações.

No âmbito da autonomia administrativa, é preciso compreender de forma eficiente a diferença entre descentralização de poder e “desconcentração” de tarefas,

destacando-se a dimensão de uma gestão e participativa para o fortalecimento da educação pública.

Essa distinção entre descentralização de poder e "desconcentração" de tarefas é necessário para compreendermos a dinâmica da autonomia administrativa nas escolas. Enquanto a descentralização de poder envolve a transferência efetiva de autoridade e responsabilidade para níveis inferiores da organização, a "desconcentração" de tarefas refere-se simplesmente à distribuição de atividades entre diferentes áreas ou setores dentro da mesma estrutura hierárquica.

Portanto, uma gestão participativa não se limita apenas à delegação de tarefas, mas implica em promover uma cultura de colaboração, envolvimento e tomada de decisões compartilhada, o que contribui para o fortalecimento do sistema educacional público.

No contexto da gestão financeira, é vital evitar a associação equivocada entre autonomia e abandono ou privatização. Paro (2015) destaca que a defesa da autonomia não deve ser confundida com iniciativas que, sob o pretexto da participação da comunidade e da autonomia escolar, procuram justificar medidas que eximem o Estado de sua responsabilidade de financiar as escolas. Essa abordagem distorcida induz à participação da comunidade não para tomar decisões sobre o destino das escolas, mas para contribuir financeiramente com o ensino.

Repensar a questão da participação é necessário para abordar a autonomia. Segundo Paro (2010a), o indivíduo deve participar antes de se tornar autônomo. Embora a autonomia esteja estabelecida por lei, as instituições escolares ainda são privadas no direito de opinar sobre os rumos da educação no país.

Segundo (Freire, 2021a, p. 80), "um dos papéis das lideranças democráticas é justamente superar os padrões autoritários e promover uma abordagem dialógica na tomada de decisões". É necessário destacar a observação do autor sobre a relação entre estruturas administrativas centralizadas e os desafios para a promoção de processos democráticos.

Ao encerrar esta seção, compreendemos que estruturas centralizadas frequentemente restringem a participação e a autonomia nas instituições escolares.

Nesse contexto, a realidade brasileira impulsionou transformações na gestão educacional, levando a PMV/ES a adotar as eleições diretas como princípio democrático para a escolha de seus dirigentes escolares.

O próximo tópico nos guiará através dos dados descobertos, buscando relatar os acontecimentos das primeiras eleições e compreender as diversas nuances dos fatos. Agora, nos preparamos para analisar os eventos à luz da realidade.

4.3 A Jornada Democrática: O Percurso até a Primeira Eleição de Diretores nas Escolas da PMV/ES, 1992

Adentramos este assunto para examinar os detalhes e a importância da primeira eleição de diretores escolares nas escolas municipais da PMV/ES, realizada em 1992. Além de buscar uma análise abrangente, nosso objetivo é dar voz e expressão aos personagens deste estudo, ao mesmo tempo em que exploramos as variedades que permitiram essa inovação no ambiente educacional municipal.

Sintonizando os sons e cores desta pesquisa, destacamos a participação ativa dos envolvidos no processo e os efeitos gerados sobre aqueles afetados por essa medida pioneira.

Este tópico se aprofunda na compreensão da constituição do processo para as primeiras eleições, diante do contexto social brasileiro que impulsionou a discussão sobre a gestão democrática nas escolas públicas municipais de Vitória/ES.

A pesquisa visa analisar a aplicabilidade dos princípios subjacentes a essas abordagens na administração educacional municipal, explorando como esses elementos contribuem para uma educação fundamentada nos ideais democráticos.

É necessário contextualizar o leitor sobre os desafios inerentes à análise de documentos desse período, devido à escassez de material e à falta de registros. No entanto, para lançar luz sobre as nuances desse contexto, nossa pesquisa se fundamentou em narrativas e testemunhos de uma parte daqueles que vivenciaram esse período, buscando sintonizar-se com as vozes que ecoam desde o início.

Todo o material disponível, inclusive as memórias não registradas em papel, foi meteticulosamente incorporado à nossa análise. Essas memórias residem na alma, ecoam no sentido e na voz da resistência. Portanto, ao adentrar nesse assunto, convidamos o leitor a permitir-se ouvir, como aqueles que carregam consigo as memórias de um marco na educação da PMV/ES. Com respeito e responsabilidade, apresentamos a análise qualitativa desta pesquisa.

Recordamos a pergunta central que nos orienta: ***"Qual é a importância da introdução da eleição direta para diretores escolares na dinâmica educacional da Rede Municipal de Vitória/ES?"*** Com base nessa indagação, iniciamos nossa análise.

Em 1992, encerrava-se o mandato do prefeito Vitor Buaiz, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989. Esse período marcou o fim do governo de transição subsequente à promulgação da Constituição de 1988, quatro anos após o término da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Segundo as observações de Freire (2001b, p. 32), "hoje **[década de 1990]**, depois de tantos anos, a realidade é diferente, mesmo reconhecendo o que a vitória do PT representa de esperança em muitas cidades brasileiras." (***grifos meus***)

Nesse contexto, o município de Vitória, no estado do Espírito Santo, sob a liderança de uma coligação de partidos encabeçada pelo PT, iniciou, em 1989, a implementação de mecanismos para a democratização da gestão escolar, em consonância com o princípio da gestão democrática estabelecido na Constituição Federal de 1988.

No cenário educacional de Vitória, conforme destacado por Barboza (2022) em seu discurso na Câmara Legislativa em celebração aos 30 anos da eleição de diretores, observamos um processo constituinte singular na cidade. (Informação verbal, trechos extraídos do texto cedido por Daniel Barbosa, Apêndice B)

Diferente de outros lugares, o processo constituinte da cidade de Vitória, a partir de um rico debate com a Sociedade Civil e a Comunidade Escolar, efetiva um singular capítulo da educação no qual é definida e aprovada a educação pública como prioridade em financiamento e, assim, caminha na direção efetiva de uma real participação. Alguns mecanismos foram fundamentais para essas conquistas, citamos a destinação da aplicação de, no mínimo, 35% dos recursos para a educação; a criação dos Conselhos de Escolas e do Conselho Municipal de Educação; e a

impressão na Lei Orgânica da GARANTIA da eleição de diretores ; ressaltando que o processo tem que “ter a participação de todos os segmentos da comunidade escolar”[...] “esgotando-se o processo de escolha no âmbito da unidade escolar” e, por fim, a regulamentação do processo de construção da gestão democrática da escola pública com efetiva participação social do conjunto da comunidade escolar (Memória oral).

Sobre esse contexto (Ferreira et al., 1999, p. 20), narram que no período de 1989 e 1990, foram constituídas duas comissões com a responsabilidade de conduzir pesquisas, coletar dados, revisar a literatura e analisar a legislação relacionada à gestão democrática. Essas comissões também desempenharam um importante papel ao promover debates com os movimentos sociais organizados e diversos segmentos da comunidade escolar

No início do mandato de Vitor Buaiz, em 1989, segundo Cravo (2012, p. 66), “o município de Vitória contava com 54 (cinquenta e quatro) Unidades de Ensino. Destas, 24 (vinte e quatro) Escolas de Primeiro Grau (EPGs), 30 (trinta) Unidades de Pré-escola (UPEs)”, com um cenário de atendimento à beira da precariedade, em especial as pré-escolas que funcionavam em sua maioria em casas alugadas e atendiam a um pequeno número de crianças.

O principal desafio enfrentado por esse governo na área educacional era a oferta de vagas, e a projeção indicava a necessidade de construção de 1720 salas para a pré-escola e 706 salas para crianças e adolescentes com idades entre 7 e 16 anos. A abrangência dessa projeção se referia ao período de 1990 a 2000²⁷, destacando a urgência em atender às demandas educacionais da cidade.

De acordo com Buaiz (2023), foram instituídos conselhos populares setoriais, abrangendo áreas como saúde, educação, transporte, segurança e direitos humanos. O governo mantinha o controle desses conselhos, assegurando uma participação equitativa (Informação verbal, trechos extraídos de entrevista com Vítor Buaiz, Apêndice A).

Ainda Buaiz (2023), se recorda que,

²⁷ Consultar Costa (2006), para obter informações do documento Planejamento da Rede Escolar Pré-escola e 1º Grau do Município de Vitória/ES (1990/2000).

[...]essa abordagem criou um ambiente propício para que, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecêssemos a eleição direta de diretores de escola. Foi um processo gradual de conscientização da sociedade, permitindo que ela influenciasse diretamente na definição das políticas públicas que afetam suas vidas (Buaiz, 2023).

Além da mencionada demanda, a PMV/ES enfrentava outros desafios na área educacional, como infraestrutura, atendimento, planejamento, entre outros. No entanto, vamos nos ater aos desafios relacionados à atuação dos diretores escolares, e o primeiro passo rumo à gestão democrática foi dado com a criação dos Conselhos de Escola e a eleição para diretores escolares.

Conforme destacado por Ferreira et al. (1999, p. 20), esse esforço resultou na regulamentação da implementação dos Conselhos de Escola e na institucionalização dos mecanismos de escolha de dirigentes escolares, formalizados por meio do Decreto 8.765, datado de 28 de fevereiro de 1992, posteriormente modificado pelos Decretos 8.779, 8.816/92 e 9.244/93 (ver Anexo II).

O Decreto 8.765 foi selecionado para análise nesta pesquisa devido à sua importância na implementação da eleição direta para diretores. Outros elementos presentes neste documento são igualmente relevantes e, em uma oportunidade futura, permitirão uma análise mais aprofundada dos documentos da época.

No entanto, ao mencionarmos o Decreto 8.779, de 28 de fevereiro de 1992, que estabelece diretrizes para a eleição de diretores e a instituição dos Conselhos de Escola, é necessário reconhecer que a eleição direta foi um passo para alcançar o princípio da gestão democrática nas escolas da PMV/ES. Porém, antes da efetivação desse pleito, houve uma preparação cuidadosa e estruturada para implementar este modelo.

Durante o governo de Vitor Buaiz, a gestão escolar foi fortalecida por políticas de valorização da carreira do magistério, como exemplificado pelo grande concurso público para o magistério de 1991, que trouxe muitos professores para a Rede de Ensino de Vitória/ES, oferecendo salários atrativos e boas condições de trabalho. Em análises futuras, esperamos detalhar como esses decretos e eventos históricos influenciaram a implementação e a sustentabilidade da gestão democrática nas

escolas de Vitória, proporcionando a interpretação dos impactos dessas políticas educacionais.

De acordo com Costa (2006, p. 127) “para a administração de Vitória, a democratização da gestão da escola pública constituiu um fenômeno político novo, fundamental para a superação de políticas clientelísticas e corporativistas e imprescindível para a conquista da qualidade do ensino.” Nesse sentido, nos documentos oficiais da SEME²⁸, o processo de democratização tinha três princípios bem nítidos, mas ao mesmo tempo imprecisos nos seus contornos e limites, devido ao inter-relacionamento e a interdependência entre moralização, descentralização e participação.

A **moralização** pressupõe o exercício democrático do poder, no entendimento de que, acima dos sistemas vigentes, a democracia, sobre cujo chão se constrói a cidadania popular, é um valor em si. Aqui, cabem os posicionamentos claros em defesa dos interesses das maiorias, num verdadeiro movimento de ações que buscam a “decência básica da sociedade”.

Por **descentralização** entende-se o compartilhar das decisões com a comunidade escolar, distribuindo-as no coletivo de todas as partes interessadas pela via da **participação**.

A participação é entendida como um processo de construção coletiva de outra forma de poder, marcado pela capacidade organizativa de diferentes setores inseridos na realidade educacional (SEME, 1989-1992)

Segundo o Relatório Síntese do período 1989-1992, a democratização da gestão implicava intervenções em diferentes níveis, indo além das ações dentro das escolas para abranger também intervenções que conferiam identidade a cada instituição e ao conjunto de escolas de uma região, conectando-se à sua natureza pública.

Ao contextualizar a construção da gestão democrática na PMV/ES, destacamos que a Constituição Federal de 1988 serviu como ponto de partida, sendo incisivo ressaltar também a importância da Lei Orgânica²⁹ do Município de Vitória, promulgada em 05 de abril de 1990.

²⁸ Secretaria Municipal de Educação (SEME). Relatório síntese: 1989-1992. p.13

²⁹ A Lei Orgânica do Município de Vitória estabelece as diretrizes fundamentais para a organização e funcionamento do município, abrangendo vários aspectos da administração pública e dos direitos

Essa legislação vai além das disposições legais, representando um marco na construção de uma educação participativa ao promover o empoderamento da comunidade escolar e valorizar diversas vozes no processo educacional.

Barboza (2022) ressalta a singularidade dessa lei ao estabelecer claramente "**ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIREÇÃO ESCOLAR**", enfatizando que pode ser a única Lei Orgânica a fazê-lo. No âmbito dessa trajetória histórica, vale ressaltar a relevância desse documento que fundamenta a garantia da eleição de diretores nas escolas públicas do município de Vitória/ES: a Lei Orgânica do município, datada de 05 de abril de 1990 (*grifo do autor*).

Embora Barboza (2022) sublinhe a singularidade dessa lei, é conhecido que outras cidades também adotam esse modelo, como Santa Catarina e Rio de Janeiro, entre outras. Isso ressalta a relevância da experiência das escolas públicas municipais de Vitória/ES no cenário das políticas educacionais, enquanto também reconhece o movimento mais amplo em direção à gestão democrática em outras regiões.

Sobre a Lei, ressaltamos que desempenha um papel ao estabelecer princípios para o ensino e a participação da comunidade escolar. No Capítulo IV, que trata de Educação e Ciência, a Lei garante a gestão democrática como base para o ensino público municipal.

O artigo 212 do documento destaca a gestão democrática como um dos princípios fundamentais do ensino, indicando que a administração das instituições de ensino deve ser pautada pela participação ativa de todos os envolvidos.

Art. 212 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais de ensino, garantindo na forma da lei, planos para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime único para todas as instituições mantidas pelo Município;

VI - gestão democrática do ensino público na forma da lei;
 VII - garantia do padrão de qualidade
 (Vitória, Lei Orgânica de Vitória/ES, 1990) (*grifos meus*).

O artigo 220 reforça a participação do magistério público municipal na discussão e elaboração de projetos de leis complementares da educação, incluindo a gestão democrática do ensino público.

Art. 220 Fica assegurada a participação do magistério público municipal nas discussões e na elaboração dos projetos de leis complementares da educação em geral relativos a:

I - estatuto do magistério;
 II - plano de carreira do magistério;
III - gestão democrática do ensino público municipal;
 IV - plano municipal de educação;
 V - ficam instituídos os Conselhos de Escola e de Pré-Escola que contarão com a representação paritária dos segmentos que integram as Comunidades Escolar e Pré-Escolar
 (Vitória, Lei Orgânica de Vitória/ES, 1990) (*grifos meus*).

Um aspecto destacado é o artigo 221, que garante a eleição direta para as funções de direção nas instituições públicas municipais de ensino fundamental e infantil. Esse processo de escolha é participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e evidenciando o compromisso com a gestão democrática.

Art. 221 Fica garantida a eleição direta para as funções de direção nas instituições públicas municipais de ensino fundamental e pré-escolar, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, esgotando-se o processo de escolha no âmbito da unidade escolar
 (Vitória, Lei Orgânica de Vitória/ES, 1990) (*grifos meus*).

Nesse contexto, é válido fornecer uma explicação, onde destacamos que a Lei Orgânica do Município de Vitória se configura como um alicerce jurídico, que valoriza a gestão democrática, a participação e a eleição direta como princípios essenciais na administração das escolas locais.

Vale ressaltar que essa base legal está estabelecida no âmbito municipal, o que coloca Vitória, capital do Espírito Santo, entre as poucas cidades do Brasil que adotam a eleição direta como modelo de escolha. Conforme revelado pelo Censo

Escolar 2022³⁰, apenas **12,9%** dos municípios brasileiros utilizam esse critério de seleção.

Nesse sentido, é necessário que o processo eleitoral para diretores seja conduzido com transparência e imparcialidade, assegurando a representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar. Garantir a participação da comunidade no processo decisório são passos necessários para fortalecer a qualidade da educação e fortalecer a conexão entre a escola e a comunidade.

Além disso, a LDB 9394/96, em seu artigo 14, estipula que cada estado e município deve estabelecer suas normas para a gestão democrática, alinhadas com suas particularidades e princípios. Portanto, é imperativo mobilizar a sociedade para a manutenção dessa conquista democrática para as escolas da PMV/ES.

É necessário destacar que, embora a Constituição Federal estabeleça o princípio da gestão democrática, ao conferir autonomia a cada estado e município, ela não determina que a eleição direta seja o único ou o melhor modelo a ser adotado. A eleição direta é uma dimensão desse princípio constitucional, mas não é o princípio em si. Por isso, a mobilização para manter essa conquista é necessária, pois representa uma forma de aplicação do modelo constitucional de gestão democrática, mesmo não sendo sua única interpretação.

Dessa maneira, percebemos que a gestão democrática, especialmente no que se refere à eleição direta para diretores de escolas, encontra respaldo na legislação municipal, demonstrando o comprometimento da PMV/ES com a participação ativa da comunidade escolar no âmbito educacional. Contudo, é preciso ressaltar que essa sustentação também apresenta fragilidades, aspectos que serão retomados no tópico final deste capítulo.

Após essa breve explicação, voltamos a narrativa. Em abril de 1991, após um ano de debates nas escolas municipais, Costa (2006) relata que os representantes da comunidade e diversos segmentos escolares começaram a redigir o documento

³⁰ Para acesso ao Censo Escolar que revela o panorama sobre diretores e docentes, consulte <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-revela-panorama-sobre-diretores-e-docentes> Acesso em 28 de outubro de 2023.

para a criação do Conselho de Escola, juntamente com as normas para a eleição de diretores³¹.

A primeira reunião para a elaboração desses documentos estava agendada para o mesmo mês e contaria com a participação coletiva de representantes de pais, alunos, professores, funcionários das escolas, além de membros do Conselho Popular de Vitória, do Sindicato da União dos Profissionais em Educação do E.S. (SINDIUPEES) e da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Costa, 2006, p. 128).

A SEME/PMV/ES expressava a expectativa de que os novos diretores fossem eleitos até agosto de 1991. Ela justificava a demora na elaboração dos documentos pela comissão, mencionando que eles seriam novamente encaminhados para as escolas, visando possibilitar uma discussão mais ampla nessas instituições.

No contexto da avaliação do Poder Executivo Municipal de Vitória/ES no processo de institucionalização da gestão democrática com a participação da sociedade civil, Paro (2003) destaca,

A maneira como foram instituídos o conselho de escola e as eleições de diretores no município de Vitória serve como exemplo dos cuidados que se deve tomar na introdução de mudanças na escola pública, porque por mais certos que estejamos do seu caráter democrático (ou precisamente por isso), é preciso que esta introdução também se faça de forma democrática. Por isso, é importante que o processo de eleição não se transforme numa imposição de cima para baixo e que tenha, em vez disso, a maior participação possível de professores, funcionários das escolas, alunos e pais, bem como outras instituições da sociedade civil interessadas na democratização da gestão escolar (Paro, 2003, p. 61).

Segundo Barboza (2022), nos anos 1990, a gestão escolar na PMV/ES ganhou destaque nacional. Durante esse período, foram estabelecidos os Conselhos de Escola, desempenhando um papel relevante na administração das escolas, e houve um reconhecimento crescente da importância da participação da comunidade escolar nas decisões.

Após a criação e posse dos Conselhos, o próximo passo era a realização do pleito eleitoral para a escolha de diretores. Conforme Costa (2006), mesmo após mais de

³¹ PMV prepara eleições em escola. A Gazeta, Vitória, p. 8, 16 abr. 1991.

um ano de discussão sobre os Conselhos de Escolas, a Prefeitura de Vitória/ES continuava se reunindo com os membros.

Em abril de 1992, a SEME/PMV/ES estava elaborando um regimento com atribuições genéricas que deveriam ser seguidas em todas as unidades escolares. A interferência dos conselheiros em questões administrativas e pedagógicas era evidente, como no caso da preparação para a eleição de diretores, programada para 30 de abril daquele ano.

Segundo o documento "A Educação como Prioridade de Investimento: A Experiência de Vitória - ES 1989/1992"³² (p. 56),

No processo de democratização da gestão escolar, o passo dado de criação dos Conselhos de Escola deve ser seguido de outro que favoreça agora a articulação entre eles, de maneira a impedir o isolamento dos mesmos. Por serem de implantação recente, não estão ainda consolidados do ponto de vista de seus objetivos. A força política destes conselhos ainda é relativa e, da articulação entre eles, é possível esperar maior presença e atuação do Conselho Municipal de Educação e sua aproximação com os movimentos populares, com vistas a garantia educação na pauta de prioridades da nova administração, a partir de janeiro de 1993.

Durante o período eleitoral, que transcorreu entre 28 de março e 20 de maio de 1992, a comunidade escolar teve a oportunidade de manifestar suas preferências e expectativas em relação à gestão das escolas. No mês de maio desse mesmo ano, concretizou-se o processo de escolha para o cargo de diretor nas escolas municipais de Vitória/ES.

Nesse contexto, a PMV/ES havia ampliado seu número de escolas de 54 (cinquenta e quatro) Unidade de Ensino (UE), incluindo CMEIs e EMEFs, do início do mandato de Vitor Buaiz, para um total de 66 (sessenta e seis) escolas. Dessas instituições, 50 (cinquenta) realizaram as eleições primeiramente, enquanto as restantes 16 (dezesseis) concluíram o processo ainda no mesmo mês.

Com este novo procedimento os diretores que anteriormente eram indicados pela SEME passam a ser eleitos pelos pais, alunos maiores de dez anos, professores e todos os outros funcionários da escola. A direção

³² Para mais informações sobre o documento "A Educação como Prioridade de Investimento: A Experiência de Vitória/ES 1989/1992", consultar o documento, A educação como prioridade de investimento: a experiência de Vitória-ES 1989/1992. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/1702/1/213.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2024

escolar passa a ficar a cargo dos membros do conselho de escola, eleitos respectivamente por seus devidos pares. Em abril de 1992, algumas escolas da rede municipal de Vitória já estavam sendo dirigidas por membros do conselho, devido ao afastamento de diretores que concorreriam nas eleições ainda neste mês. A solenidade oficial da tomada de posse de todos os membros dos conselhos das 29 escolas e das 37 creches da prefeitura ocorreu em 15 de abril de 1992, no auditório da Rede Gazeta, contando com a presença do prefeito Vítor Buaiz e de representantes de entidades ligadas à Educação (Costa, 2002, p. 129).

A posse dos diretores eleitos em 21 de maio de 1992 inaugurou um novo capítulo na gestão escolar na PMV/ES, representando um ponto de virada pela realização das primeiras eleições diretas para diretores escolares. A implementação das eleições diretas trouxe uma mudança na gestão educacional da cidade, introduzindo um modelo inovador e abrindo caminho para a consolidação da busca pela gestão democrática nas escolas municipais da capital.

Conforme destacado por Paro (2015, p. 45), "no caso da gestão escolar, o objeto a que ela se aplica é a escola, lugar privilegiado da ação do diretor." Esse passo valorizou a participação da comunidade na definição dos rumos da educação, promovendo uma maior aproximação entre a escola e seus membros.

Neste tópico, abordamos o movimento político e social experimentado pelas escolas da PMV/ES na década de 1990, visando apresentar o material de estudo reunido para esta dissertação. Salientamos que o propósito desta pesquisa é narrar o início de uma era, e essa seção foi elaborada com esse enfoque.

Ao iniciar, nos questionamos: "*Qual é a importância da introdução da eleição direta para diretores escolares na dinâmica educacional da Rede Municipal de Vitória/ES?*" Com base no levantamento realizado, reconhecemos que não podemos abordar todos os resultados, uma vez que estamos lidando com 32 anos de história.

Dessa forma, esta dissertação apresenta a temática, destacando as possíveis análises dos resultados ao longo dos anos, indicando a possibilidade de continuidade da pesquisa em uma esfera mais aprofundada. Certamente, este trabalho não encerra a pesquisa, mas se configura como um tecido contínuo para esta pesquisadora.

No entanto, é possível oferecer alguns apontamentos, iniciamos alinhados com a perspectiva de Freire (1996), que afirma.

A grande questão, ao avaliarmos nossas ações, é que não se faz o que se quer, mas o que se pode. Uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece não ser possível. A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível. Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo (Freire, 1996, p. 56).

Diante disso, ressaltamos que a implementação das eleições diretas nas escolas da PMV trouxe, primeiramente, uma **MUDANÇA**. Para exemplificar esse conceito, recorreremos à poesia de Manoel de Barros (2015), onde o verbo muda de sentido e é possível "ouvir a cor", ou ter uma nova perspectiva sobre a ação.

Como afirma Freire (2021), a compreensão da História como uma possibilidade torna o amanhã problemático. É necessário que construamos o futuro, transformando o presente. Existem chances de que amanhã seja diferente. Em relação a isso, Freire (2021) afirma:

Na compreensão da História como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que o construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da história nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos (Freire, 2021a, p. 68)

Ao explorarmos a temática deste tópico, não apenas reconstruímos os eventos do passado, mas também compreendemos como a democracia influenciou as estruturas educacionais na PMV/ES. Ao estabelecer um modelo participativo para a escolha de seus dirigentes escolares, a cidade anuncia que o princípio democrático está presente no chão da escola, e isso é de uma importância sem precedentes.

Na construção de uma escola democrática, criativa, crítica e de qualidade é fundamental que todos atuem. Para alguns, a participação popular na gestão da escola não é algo muito bom; para outros, não passa de um sonho. Para nós, a participação, além de ser um compromisso, é uma necessidade, pois é, através dela que se constrói a cidadania (Freire, 2001a, p. 44)

Nesse sentido, finalizamos este tema reconhecendo que o contexto que influenciou a tomada de decisão na PMV/ES em 1992 trazia consigo as marcas de um Brasil que estava se recuperando do período da Ditadura Cívico Militar, de uma nação que emergia e sonhava com ideais democráticos.

A cidade de Vitória/ES, de maneira singular, absorveu esse sentimento nacional em sua rede de ensino municipal, uma influência que perdura até os dias de hoje, quando os ataques aos princípios democráticos se tornam cada vez mais evidentes na hierarquização das relações. Sejam elas nas interações entre seus pares, com a comunidade ou com os órgãos de regulamentação do ensino.

Destacamos que, embora o princípio das eleições diretas esteja "estabelecido", isso não implica que o modelo seja imune a ameaças ou seja extraordinariamente robusto. Pelo contrário, existem fragilidades, pois essas se fundamentam em ideias democráticas. O que observamos na atualidade é que interpretações equivocadas de democracia acarretam prejuízos incontáveis.

Um exemplo foi a exoneração de 6 (seis) diretores eleitos³³ do cargo de função gratificada de diretor escolar nos anos de 2022 e 2023, além da 1 (uma) substituição em um caso de aposentadoria. Os cargos foram assumidos por técnicos da SEME/PMV/ES nomeados pelo Executivo.

Esta declaração busca contextualizar o leitor. É apresentada como uma parte integrante das informações desta pesquisa, considerando que não constitui o foco central do estudo. A intenção é simplesmente indicar que, dentro do panorama atual da PMV/ES, 7 (sete) das 104 (cento e quatro) escolas são dirigidas por profissionais técnicos indicados pela Secretaria de Educação, o que contraria a resolução do Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV).

³³ Para informações sobre as exonerações mencionadas, consultar os seguintes decretos da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV):

Decreto Nº 21.842, de 06 de fevereiro de 2023

Decreto Nº 21.844, de 06 de fevereiro de 2023

Decreto Nº 22.550, de 17 de julho de 2023

Decreto Nº 22.734, de 29 de agosto de 2023

Decreto Nº 23.273, de 24 de janeiro de 2024

Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/> Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

A Resolução COMEV Nº. 02/2017³⁴ que dispõe sobre o processo de eleição para provimento da Função Gratificada de Diretor(a) nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Vitória/ES deve ocorrer mediante a **eleições diretas**.

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES E FINALIDADES

Art. 1º. A escolha do(a) servidor(a) que ocupará a Função Gratificada de Diretor(a) nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Vitória é efetuada **mediante eleições diretas**, organizadas na forma desta Resolução.

§ 1º. As eleições de que trata o caput deste artigo são processadas por meio do voto direto, universal e secreto e são realizadas em todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória, em data única fixada em calendário próprio para o Pleito

§ 2º. O calendário deve ser enviado ao COMEV, pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória, no 1º trimestre letivo do ano do Pleito, para aprovação

(Conselho Municipal de Educação de Vitória - COMEV Nº. 02/2017, 2017) **(grifos meus)**.

Ainda segundo essa resolução, em caso de exoneração do posto, os procedimentos para designação do novo diretor serão realizados pelo Conselho de Escola, conforme o Artigo 59.

Art. 59. Devem ocorrer eleições extraordinárias, com calendário próprio, para as Unidades de Ensino que se encontrem em situação de:

I - processo de municipalização;

II - criação de novas Unidades de Ensino;

III - exoneração do(da) Diretor eleito(a);

IV - vacância na Função Gratificada de Diretor.

§ 1º. No caso dos incisos I e II, a SEME indica um nome e, após a constituição do Conselho de Escola, no prazo de sessenta dias, a contar da data de início do período letivo, as eleições para a Função Gratificada de Diretor(a) devem ser convocadas para ocorrerem dentro do prazo máximo de cento e vinte dias úteis e em conformidade com esta Resolução.

§ 2º. No caso dos Incisos III e IV, o Conselho de Escola da Unidade de Ensino deve encaminhar um nome, em conformidade com o disposto nesta Resolução, à Secretaria Municipal de Educação para exercer a Função Gratificada de Diretor(a) em complementaridade ao mandato do(a) seu(sua) antecessor (a).

§ 3º. As eleições extraordinárias para o exercício da Função Gratificada de Diretor(a) da Unidade de Ensino ocorrem para cumprir o período correspondente à complementação do mandato em curso, regidas por

³⁴ Para acessar a Resolução COMEV 02/2017, consultar: Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV). Resolução COMEV 02/2017.

Disponível em <https://comev-2.webnode.page/publica%C3%A7%C3%B5es-comev/parecer>

Acesso em 25 de janeiro de 2024

esta Resolução, e não poderá ser inferior a um ano de intervalo entre mandatos.

§ 4º. Caso o Conselho de Escola, nas situações descritas, não apresente um nome, fica a definição a cargo da Secretaria Municipal de Educação, respeitando o disposto nesta Resolução

Conselho Municipal de Educação de Vitória - COMEV Nº. 02/2017, 2017) (*grifos meus*).

Essa pesquisa traz uma observação, nas exonerações efetuadas durante a atual gestão do prefeito Lorenzo Pazolini e da secretária de Educação Juliana Roshner, a resolução estabelecida não foi adequadamente seguida para o preenchimento dos cargos. Este apontamento não tem o intuito de justificar possíveis delitos ou má gestão por parte dos diretores eleitos.

Pelo contrário, ressalta-se que a gestão democrática nas escolas deve ser fundamentada nos princípios éticos e legais. Caso haja irregularidades comprovadas, medidas devem ser tomadas em prol da preservação do bem coletivo.

Para assegurar a idoneidade do processo democrático na seleção dos diretores escolares, é de suma importância a estrita observância de todos os procedimentos legais pertinentes. Portanto, a presente explicação visa contribuir para uma compreensão mais abrangente do atual cenário, cujo tema será aprofundado no próximo tópico.

Além disso, será apresentada uma análise sucinta dos últimos 32 anos, com ênfase no contexto de 2024, um ano de relevância ímpar para a evolução das eleições diretas para diretores escolares. Assim, salientamos que esta pesquisa está em contínua evolução, para descobrir novas perspectivas e matizes, mantendo o discurso vivo.

4.4 Nuances da Atualidade: 32 Anos de Eleição Direta para Diretores Escolares nas Escolas da PMV/ES em 2024

Ao adentrar o derradeiro tópico desta pesquisa, é importante destacar a conexão singular entre a ação expressa pelo verbo e a linguagem utilizada para transmiti-la. Nesse contexto, a investigação acadêmica visa explorar como as decisões ou a

adoção de determinados modelos influenciam a configuração de padrões e modulações na dinâmica da convivência social.

Nessa seção, objetivamos introduzir alguns elementos que não se alinham a outras narrativas dessa pesquisa, uma vez que remetem à atualidade, cuja existência é intrinsecamente ligada ao passado delineado neste estudo.

Estamos em 2024, é ano de eleição para diretores escolares na PMV/ES prevista em calendário próprio, marcando a 11^a eleição direta desde 1992.

Recorremos a Barboza (2022) para destacar que a experiência da eleição de diretores em Vitória/ES completa, em 2024, "trinta e dois anos de existência (garantia na legislação) e trinta anos de vivência direta na escola, ocorrendo nos anos de 1992, 1995, 1999, 2002, 2005, 2008, 2011, 2014, 2017 e 2020/21" (Barboza, 2022).

Ainda, segundo Barboza (2002), algumas particularidades desses pleitos foram evidenciadas ao longo dos anos.

"Em 1999, as eleições para prefeito alteraram o processo eleitoral nas escolas, e o ciclo original de pleito passou a ocorrer a cada 3 anos.

Em 2007, houve um processo remanescente nas escolas que não conseguiram acompanhar o calendário comum do Sistema Público de Ensino.

Já em 2009, foi necessária a realização de um novo processo remanescente.

Em 2011, buscou-se uma melhor definição sobre a vacância de diretor.

No ano de 2014, a idade mínima para o voto do estudante foi reduzida de 10 para 8 anos.

Em 2017, todos os estudantes das EMEFs puderam votar, sem restrição de idade.

Em 2021, devido às restrições do isolamento social resultantes da pandemia da Covid-19, a realização das eleições de diretores foi adiada para o ano seguinte" (Barbosa, 2022).

Assim como em 1999, quando a prorrogação das eleições para diretores escolares foi feita para priorizar as eleições para prefeitos, 2024 também se configura como um ano eleitoral no Brasil, com a realização de eleições para prefeitos e vereadores em todo o território nacional. Esta sobreposição de eventos eleitorais no cenário político-partidário ressalta a importância de entender as dinâmicas e prioridades políticas que podem influenciar os processos de escolha de diretores escolares.

A organização escolar não costuma sofrer interferências diretas do calendário político, embora ações escolares, populares ou não, possam influenciar disputas eleitorais. Contudo, em 3 de abril de 2024, a comunidade escolar de PMV/ES foi surpreendida pelo Decreto³⁵, que prorroga por 12 meses o mandato dos atuais Diretores Escolares Municipais (Ver Anexo IV).

Diante desse cenário, surgiram amplas especulações não apenas sobre um caráter temporário, mas também sobre uma possível suspensão definitiva, o que poderia representar uma ruptura democrática significativa na trajetória histórica. No entanto, é necessário ressaltar que, por hora, essa questão não é o foco desta pesquisa, mas sim uma informação relevante a ser considerada.

Este tema é pertinente pois, no âmbito desta pesquisa, é necessário investigar a situação das escolas públicas municipais de Vitória/ES em comparação com outras prefeituras do Brasil. Embora ainda não tenha sido detalhado, uma pesquisa preliminar indica que são poucas as cidades que adotam esse modelo de escolha para os dirigentes escolares.

Com base nas informações fornecidas pela Assessoria de Comunicação Social do Inep³⁶, constata-se que apenas uma minoria dos dirigentes escolares nas instituições de ensino da educação básica no país passou por um processo seletivo qualificado antes de sua designação pelas gestões municipais ou estaduais.

A análise dos dados do Censo Escolar 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela uma realidade complexa quanto aos métodos de seleção de gestores escolares no Brasil. Uma proporção reduzida, aproximadamente 11,4% nas escolas municipais e 28,7% nas estaduais, passou por um processo seletivo qualificado, evidenciando uma minoria submetida a critérios de seleção mais rigorosos.

³⁵ Decreto Nº 23.486, de 03 de abril de 2024. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br>
Acesso em: 28 de abril de 2024.

³⁶ Para acesso ao conteúdo mencionado, consulte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-revela-panorama-sobre-diretores-e-docentes>
Acesso em: 28 de outubro de 2023.

Por outro lado, a maioria dos gestores, cerca de 66,6% nas escolas municipais e 23,3% nas estaduais, foi indicada exclusivamente pelas gestões municipais ou estaduais, respectivamente. Essa predominância de indicações diretas ressalta a influência das esferas políticas na nomeação dos dirigentes escolares, levantando questões sobre a transparência e a meritocracia nesse processo.

Quanto aos concursos públicos, apenas uma pequena parcela dos gestores foi selecionada dessa forma, com taxas de cerca de 7% e 11,3% para escolas municipais e estaduais, respectivamente. Essa baixa incidência de concursos públicos levanta questionamentos sobre a qualidade e a imparcialidade dos processos de seleção, bem como sobre a valorização da qualificação técnica e profissional na gestão escolar.

No que se refere ao processo de **eleição direta** com participação da comunidade escolar, observa-se uma participação significativa nos estados, com cerca de 31,9% dos gestores sendo selecionados dessa forma, em comparação com aproximadamente **12,9% nos municípios**. Essa diferença aponta para uma maior adesão ao modelo de eleição direta em nível estadual, possivelmente refletindo uma maior autonomia das escolas nessa esfera de gestão.

Nesse sentido, os dados do Censo Escolar 2022 evidenciam uma variedade de métodos de seleção de gestores escolares no país, os quais refletem distintas abordagens políticas e administrativas. Essa diversidade ressalta a necessidade de uma análise criteriosa das práticas de nomeação, com o objetivo de assegurar a eficácia e a qualidade da gestão educacional em todos os níveis. Com base nessas informações, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 4 - Distribuição percentual dos métodos de seleção de gestores escolares nas escolas municipais e estaduais no Brasil, com base nos dados do Censo Escolar 2022

Método de Seleção	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Processo Seletivo Qualificado	11,4%	28,7%
Indicação pela Gestão	66,6%	23,3%
Concurso Público	7,0%	11,3%
Eleição com Participação da Comunidade	12,9%	31,9%
Outros Métodos	2,1%	4,8%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados da Assessoria de Comunicação Social (INEP).

Conforme destacado anteriormente, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB 9394/96 estabelecem que cada Estado ou Município tem a prerrogativa de escolher o modelo de seleção dos gestores escolares. Nesse contexto, PMV/ES baseia sua escolha na Lei Orgânica do Município, que definiu o modelo de eleições diretas em 1990.

Nesse contexto, é relevante destacar que a seleção para dirigentes escolares pode ocorrer por meio de diversos procedimentos. Na maioria dos casos, inclusive nas escolas da PMV/ES, observa-se que o diretor escolar é designado como um cargo comissionado subordinado ao Poder Executivo.

Um fato marcante que influenciou vários Estados e Municípios a não adotarem a eleição direta foi a Ação de Inconstitucionalidade 578-2001³⁷, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 18 de agosto de 2001. Esta ação teve como base as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 9.233/91 e 9.263/91, datadas de 03 de março de 1999, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A seguir, apresentamos um trecho dessa decisão.

INCONSTITUCIONALIDADE: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

³⁷ Para acessar a Ação de Inconstitucionalidade, consulte: Supremo Tribunal Federal. Ação de Inconstitucionalidade.

Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266425>

Acesso em 22 de janeiro de 2024

1. Cabe ao Poder Executivo fazer as nomeações para os cargos em comissão de diretor de escola pública (cr, art. 37, II, in fine).
 2. É inconstitucional a norma legal que subtrai esta prerrogativa do Executivo, ao determinar a realização de processo eleitoral para o preenchimento destes cargos.
 3. Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 196, VIII da Constituição Estadual, da Lei nº 10.486/91 e do Decreto nº 32.855/91, todos do Estado de Minas Gerais.
- Diante do exposto, julgo procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 213 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e das Leis estaduais nºs 9.233, de 13 fevereiro de 1991, e 9.263, de 05 de junho de 1991, por violação a artigos 37, II e 84, XXV da Constituição Federal (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, TJRS, 2001.)

Utilizamos essa Ação de Inconstitucionalidade (578-2001) como exemplo, mas não podemos deixar de mencionar que, embora esta pesquisa não analise cada caso específico, os anos 2000 foram marcados por várias ações de inconstitucionalidade com o objetivo de declarar inconstitucional o princípio da gestão democrática atrelada à eleição direta para diretores escolares.

Este período foi, portanto, um palco de intensos debates e contestações legais, refletindo as tensões e desafios na implementação de uma gestão democrática nas escolas públicas. Para exemplificar, escolhemos a proximidade com a realidade das escolas estaduais do Espírito Santo, que já tiveram eleições para diretores de suas escolas e, hoje, o modelo é de exclusiva indicação do governador do Estado.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Vitória adota a eleição direta para diretores escolares, sustentada pelo Decreto nº 16.182 (Ver Anexo III), publicado no Diário Oficial do município em 11 de dezembro de 2014, o qual aponta em seu primeiro artigo:

Art. 1º. A escolha dos profissionais que exercerão a Função Gratificada de Diretor das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória será realizada mediante eleições universais e diretas, através do voto direto, universal e secreto e, em data única, fixada pela Secretaria de Educação (Vitória, Decreto nº 16.182, 2014)

Com base nesse decreto, cabe à Secretaria Municipal de Educação a responsabilidade pela condução e organização do pleito nas unidades de ensino.

Para uma compreensão mais aprofundada desse processo, é preciso considerar as disposições do Regimento Comum das Unidades de Ensino de Vitória/ES³⁸.

Deste documento, destacamos o artigo 155, que estabelece que a direção das unidades de ensino do município é atribuída a um profissional efetivo nomeado pelo Poder Executivo Municipal, incumbido do gerenciamento das atividades administrativas e pedagógicas da unidade.

Para assumir a posição de diretor em uma escola pública municipal em Vitória/ES, é necessário passar por um processo eleitoral. Para além, das diretrizes estabelecidas no Regimento, há outros requisitos, que incluem a participação e conclusão no Curso de Formação para Gestores, oferecido SEME/PMV/ES.

Adicionalmente, o candidato deve ser efetivo do quadro do magistério, não deve estar em período probatório³⁹ e precisa estar livre de dívidas financeiras nas esferas municipal, estadual e federal. Cumpridos esses requisitos, o indivíduo assume a "função gratificada de diretor". Um cargo comissionado do Poder Executivo.

Uma vez eleito, o diretor escolar atua juntamente com o Conselho de Escola, um colegiado que inclui representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, como magistério, funcionários, alunos, pais e comunidade escolar.

Neste tópico, apresentamos informações que permitem ao leitor compreender a dinâmica da gestão escolar na Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. É preciso destacar que, até a conclusão desta pesquisa, o panorama delineado reflete a situação atual nas escolas.

³⁸ Para consultar o Regimento Comum das Unidades de Ensino de Vitória. Disponível em: https://educacao.vitoria.es.gov.br/boletim/Recursos/Arquivos/Regimento_Interno.pdf
Acesso em: 28 out. 2023.

³⁹ Atualmente, duas diretoras de Unidades de Ensino da PMV/ES foram nomeadas pelo Executivo, sem participação em eleições diretas, enquanto ainda estavam em período probatório. As datas de admissão das servidoras podem ser verificadas no Portal de Transparência da PMV. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br> Acesso em: 04 maio 2024.
Quanto à posse como diretoras escolares, consulte:
Decreto Nº 23.274, de 24 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br>
Acesso em: 04 maio 2024.
Decreto Nº 23.306, de 06 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br>
Acesso em: 04 maio 2024.

É importante reforçar que, apesar das análises da implementação das eleições diretas para diretores escolares na PMV/ES, não abordamos os dilemas atuais em profundidade, o que remete a necessidade de continuidade desse estudo.

Apresentamos intencionalmente apenas fragmentos ao mencionar o decreto que prorrogou o pleito eleitoral dos atuais diretores por mais um ano, bem como o a diminuição da participação de órgãos essenciais para o fortalecimento da gestão democrática, como o COMEV. No futuro, pretendemos explorar os desenvolvimentos após essa suspensão, que podem estar relacionados aos resultados das eleições para prefeito na capital.

Atualmente, há incertezas sobre a manutenção das eleições para diretores escolares na PMV/ES. Esta pesquisa, apesar das lacunas, esforçou-se para situar e rememorar a importância histórica da adoção e implementação do modelo de escolha de dirigentes escolares local. Compreendemos que a política educacional da PMV/ES ocupou um lugar de destaque, mas entendemos que hoje, a gestão democrática no sentido amplo, não apenas no que tange as eleições, sofre com as tentativas silenciamento dos desejos democráticos de construção coletiva.

Delineamos, assim, as complexidades desse tema, encerrando o trabalho dissertativo sobre a implementação das eleições para diretores escolares na PMV/ES. Destacamos a compreensão do passado para fortalecer o presente e projetar um futuro fundamentado em ações democráticas na gestão escolar.

Finalizamos com as palavras de Freire (2021a), que ressaltam a importância da educação e da constante busca pelo saber “[...] o saber de hoje não é necessariamente o de ontem nem tampouco o de amanhã. O saber tem historicidade. [...] Saber melhor o que já sei às vezes implica saber o que antes não era possível saber” (Freire, 2021a, p. 29).

Com isso, enfatizamos a importância do pleito eleitoral na seleção dos dirigentes escolares, sublinhando que essa ação não emerge de um desejo individual ou de uma visão isolada de um dirigente, mas sim de uma diretriz escolhida por meio de um movimento democrático, de escuta e escrita coletiva. Representando, naquele momento, um anseio de mudança firmado nos princípios democráticos.

Esta pesquisa endossa o movimento implementado pela PMV/ES e destaca a importância contínua da participação da comunidade escolar nas decisões sobre a gestão escolar. É necessário que todos se empenhem na promoção de uma gestão democrática, tal como foi estabelecido em 1988, quando a Constituição Federal reconheceu a gestão democrática como princípio educacional.

A democracia é a essência do poder libertador e não deve ser apenas um conceito abstrato; ela constitui o cerne da gestão democrática. Concordamos com Saviani (2021a, p. 45) quando afirma que "o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é a condição de libertação." É por isso que continuamos lutando!

Dessa forma, delineamos as complexidades desse tema, encerrando assim o trabalho dissertativo sobre a implementação das eleições para diretores escolares na PMV/ES. Destacamos a compreensão do passado para fortalecer o presente e projetar um futuro fundamentado em ações democráticas na gestão escolar.

Concluimos, portanto, delineando as complexidades que compõem o cenário atual na capital. A seguir, discutiremos as considerações finais desta pesquisa, fortalecidos pelo poder transformador do verbo, que reafirma o papel da educação e da participação democrática como pilares para o desenvolvimento de uma sociedade que busca a democracia como princípio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E pois...”

A condução desta pesquisa se pautou pela metáfora do verbo como guia, reconhecendo não apenas sua função linguística, mas também seu poder transformador e sua capacidade de dar voz às nuances que permeiam a complexidade da gestão democrática nas escolas. Essa jornada transcendeu o âmbito individual, conectando-se intrinsecamente aos temas e desafios abordados nesta investigação.

Desde o início do mestrado, a trajetória percorrida revelou-se como uma jornada de descoberta ontológica, onde a pesquisa se tornou mais do que um simples exercício acadêmico. A busca por uma compreensão mais profunda do que significa ser democrático na gestão escolar evoluiu consideravelmente.

Ao longo desse percurso, exploramos minuciosamente os elementos históricos e legais que moldaram as eleições diretas para diretores escolares na PMV/ES, buscando contribuir para uma visão abrangente da dinâmica educacional na cidade.

A premissa que norteou nossa pesquisa foi a compreensão do verbo como um símbolo de ação e transformação, necessário para o processo de construção do conhecimento. Cada análise, interpretação e descoberta ao longo deste estudo foram guiadas pela busca incessante pelo entendimento das modulações que permeiam a gestão democrática nas escolas.

Com base nos princípios da pesquisa científica, as conclusões extraídas deste estudo destacam a importância da implementação das eleições diretas para diretores escolares na PMV/ES como uma ferramenta necessária para promover a participação da comunidade escolar na gestão educacional.

A análise dos resultados evidenciou que essa medida contribui significativamente para fortalecer a democracia nas escolas e aumentar o engajamento dos diversos atores envolvidos no processo educativo.

Explorar o processo associado à introdução do modelo de eleições diretas para diretores escolares nas instituições permitiu desvendar uma faceta da gestão democrática, reafirmando o compromisso inicial da Prefeitura Municipal de Vitória/ES com a implementação de seleção dos dirigentes escolares por meio do pleito eleitoral, fortalecendo, assim, o ambiente democrático.

Ao expor o tema e construir este trabalho dissertativo, alinhando-nos aos objetivos delineados no levantamento, percebemos que cada etapa contribuiu para uma compreensão mais profunda e contextualizada o papel das eleições diretas na dinâmica educacional de Vitória/ES.

As respostas ao problema da pesquisa revelaram que a adoção das eleições diretas para diretores escolares na PMV/ES promoveu uma maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões, contribuindo para a democratização da gestão escolar e para a promoção de um ambiente educacional mais participativo.

"No descomeço era o verbo", e esta dissertação apresentou a inquietação inicial ao indagar, *"qual é a importância da introdução da eleição direta para diretores escolares na dinâmica educacional da Rede Municipal de Vitória/ES?"* A resposta a essa pergunta se revelou multifacetada.

A implementação das eleições diretas trouxe transformações significativas, impactando não apenas a escolha dos dirigentes escolares, mas também a dinâmica da gestão educacional e a participação ativa da comunidade escolar. Entendemos que, assim como **"Só depois é que veio o delírio do verbo"**, o ato de votar se expande para a construção de uma gestão democrática, fundamentada no princípio de que a voz de todos os membros da comunidade escolar é valorizada e ouvida.

A pesquisa buscou ultrapassar os dados históricos, adentrando nas percepções sobre esse processo ao longo dos anos. Os apontamentos legais, institucionais, decretos e leis compuseram a escrita, entrelaçando narrativas históricas e diversos registros.

Assim como **"O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos"**, visamos compreender a relevância e os desafios associados à implementação das primeiras eleições diretas para diretores escolares na PMV/ES, explorando a percepção da comunidade escolar.

Acreditamos que essa compreensão foi alcançada, uma vez que o estudo estabeleceu uma conexão direta entre a revisão bibliográfica e o percurso metodológico, destacando a relevância dessa temática para o contexto educacional da cidade. Essa abordagem apontou uma análise contextualizada, sublinhando o papel das eleições diretas para diretores escolares e sua influência na gestão escolar pública de Vitória.

Na busca por uma análise crítica embasada nos fundamentos teóricos, compreendemos a profundidade da observação do poeta: **"A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som."** Essa metáfora ilustra a importância de entender as nuances e especificidades na educação. Com esse espírito, dedicamo-nos a construir a fundamentação teórica necessária para sustentar esta pesquisa, buscando contribuir para o desenvolvimento do arcabouço que a apoia.

Aprofundamos nossa compreensão sobre a dimensão das eleições diretas na gestão democrática, considerando não apenas os aspectos teóricos, mas também as experiências concretas vivenciadas nas escolas municipais de Vitória/ES.

Ainda nos propusemos a investigar o papel histórico do diretor escolar no contexto brasileiro. Associando essa análise com a poesia, onde **"Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira"**, compreendemos como analisar o papel dos diretores escolares ao longo da história da educação brasileira tornou-se necessária para entender o contexto educacional específico estudado.

Ao destacarmos como o panorama histórico contribuiu para a opção pelo modelo de eleições diretas, conectamos o passado ao presente, enriquecendo a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo.

No finalizar da pesquisa, buscamos contextualizar a escolha da eleição direta para diretores como um elemento de fortalecimento da gestão democrática, examinando

seu impacto na formulação de políticas educacionais locais e nas dinâmicas internas das escolas.

É necessário reconhecer algumas limitações desta pesquisa, como a falta de acesso a determinados dados e a necessidade de ampliar o escopo da análise para incluir outras variáveis relevantes. Portanto, é necessário que estudos futuros explorem essas questões com mais profundidade, considerando diferentes perspectivas e contextos, ou até mesmo os desdobramentos desta própria pesquisa.

Diante da proposta da pesquisa e das condições impostas para sua realização, consideramos a narrativa bem-sucedida ao proporcionar uma visão abrangente sobre como a tomada de decisão influenciou não apenas a seleção de dirigentes, mas também toda a estrutura e o funcionamento do sistema educacional municipal.

E pois, compreendemos que assim como "***Em poesia, que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos***", a eleição direta para diretores na PMV/ES, em 1992, evidenciou a importância da construção democrática e sua relevância no contexto educacional das escolas públicas da cidade, estabelecendo um novo modelo, adotando o processo eleitoral direto.

Mesmo diante de inúmeros desafios, essa implementação representou um renascimento, uma mudança de paradigma ao abrir as portas da escola para a participação de toda a comunidade escolar nas tomadas de decisões. A dimensão, eleição direta para diretores escolares, consolida o princípio democrático na gestão educacional, promovendo um ambiente de maior inclusão e participação.

Assim, com esta pesquisa, compreendemos que cada proposta traçada nos permitiu mergulhar no contexto que envolve a temática descrita. Tentamos apresentar uma análise ampla sobre o papel das eleições diretas para diretores escolares na dinâmica educacional da PMV/ES. Como resultado, temos um estudo que não apenas explora o passado, mas também lança luz sobre as implicações presentes e futuras desse modelo de gestão democrática.

Com base nos achados deste estudo, sugere-se que futuras pesquisas investiguem a importância das eleições diretas para diretores escolares em outras localidades,

bem como a análise de outras estratégias de promoção da participação da comunidade escolar na gestão educacional. Além disso, para preservar o histórico estabelecido, é necessário continuar monitorando e avaliando o processo de implementação das eleições diretas na PMV/ES.

Entendemos que essa trajetória é caracterizada por uma complexidade que transcende o próprio ato eleitoral. Envolve a construção de uma cultura democrática nas escolas, a valorização da participação de todos os segmentos e a adaptação a mudanças legislativas, visando fortalecer o princípio democrático na gestão escolar.

Ao delirar com o verbo ao longo deste estudo, percebemos que a pesquisa não se encerra aqui. Ela se insere em um contexto mais amplo de constante transformação e aprendizado. As considerações finais deste trabalho buscam não apenas fechar um capítulo, mas lançar um convite à continuidade do diálogo, à reflexão constante e à busca por aprimoramento nas práticas educacionais.

Assim, a poesia do verbo ressoa além das páginas desta dissertação, visando contribuir para uma educação mais participativa, inclusiva e alinhada aos princípios democráticos que inspiraram as eleições diretas para diretores nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. ***"O verbo tem que pegar delírio."***

REFERÊNCIAS

A GAZETA, Vitória, p. 8, 16 abr. 1991. **PMV prepara eleições em escola.** A Gazeta, Vitória, p. 08, 16 abr. 1991.

A GAZETA. **Câmaras não regulamentaram as leis orgânicas.** A Gazeta, Vitória, p. 05, 14 abr. 1991.

A GAZETA. **Conselhos de escolas tomam posse.** A Gazeta, Vitória, p. 13, 16 abr. 1992.

A GAZETA. **Escolas fazem eleições para escolher diretores.** A Gazeta, Vitória, p. 12. 29 maio 1992.

ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas: Alínea, 2010.

ANDREOTTI, Alzide L. **A administração escolar na Era Vargas (1930-1945).** In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor** Campinas: Alínea, 2010. Cap. 5. p. 103-123.

ANANIAS, Mauricéia. **A administração escolar no Período Imperial (1822-1889).** In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas: Alínea, 2010. Cap. 3. p. 56-74.

ANTUNES, José Adilson Santos. **Gestão democrática do ensino público: narrativas sobre a escolha do diretor e a constituição do conselho escolar na autonomia da escola.** 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2012.

BARROS, Manoel de, 1916-2014. **Meu Quintal é maior que o mundo.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015

BARBOZA, Daniel. **Entrevista oral.** Câmara dos Vereadores de Vitória, Vitória, ES, 2022.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/1> Acesso em: 28 de outubro de 2023.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** Disponível em: <http://www.bdtb.ibict.br> Acesso em 20 de março de 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/35717280/Circe_Bittencourt_Ensino_de_Hist%C3%B3ria_fundamentos_e_m%C3%A9todos Acesso em: 14 mai. 2023.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 28 de julho de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Decreto Nº 5.884, de 21 de abril de 1933. **Aprova o regulamento do ensino primário e normal do Estado de São Paulo**. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 21 abr. 1933. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html> Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 76.923, de 23 de dezembro de 1975. **Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1975/D76923.html Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf Acesso em: 15 de julho de 2023.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 15 de julho de 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.644, de 02 de agosto de 2023. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14644.htm Acesso em: 15 de julho de 2023.

BUAIZ, Vitor. **Entrevista I**. Entrevistador: Cláudia Vieira Küffer Chagas. Vitória, 2023. Entrevista concedida em novembro de 2023. Arquivo de vídeo (.mp4), 29 min.

CASTIGLIONI, Aurélia Herminia. **Transição migratória e urbana no estado do Espírito Santo - 1950 a 2010**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 33–53, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41307> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CAPEIS. **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/group/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil> Acesso em 20 de março de 2023.

CENSO ESCOLAR. **Censo Escolar revela panorama sobre diretores e docentes**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-revela-panorama-sobre-diretores-e-docentes> Acesso em: 28 de outubro de 2023.

CENTRO DE PESQUISA PARA EDUCAÇÃO E CULTURA. **A educação como prioridade de investimento: a experiência de Vitória-ES, 1989/1992**. Educação & Desenvolvimento Municipal, n.5, p. 56-57.

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **Perseu: história, memória e política [recurso eletrônico]**. Nº 2, Ano 2, agosto (2008). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/13> Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

CLARK, José Uilson et al. **A administração escolar no Período do Governo Militar (1945-1984)**. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010. Cap. 7. p. 148-172.

COMEIV. Conselho Municipal de Educação de Vitória. **Resolução COMEIV 02/2017**. Disponível em: <https://comeiv-2.webnode.page/publica%C3%A7%C3%B5es-comeiv/parecer> Acesso em 22 de janeiro de 2023.

COSTA, Letícia Viana. **A questão da prioridade em educação no governo da cidade de Vitória (1989-1992)**. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

CORREIA, Danuta Carolina das Neves. **Nuances da ação gestora na educação jesuítica: análise do Ratio Studiorum**. 2018. 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CRAVO, Therezinha Baldassini (org.). **Gestão da Educação em Vitória: Caminhos, Estratégias e Contradições**. Vitória: Gráfica Santo Antônio, 2012.

DELLA FONTE, Sandra Soares. **Formação Omnilateral e a Dimensão Estética em Marx**. Curitiba: Appris, 2020.

FERREIRA, Eliza Bortolozzi et al. **Gestão Democrática e Autonomia nas Escolas de Vitória: Os Conceitos por Trás das Letras da Lei**. Caderno de Política e Administração da Educação, Vila Velha, v. 1, n. 1, p. 20-30, jan. 1999.

FRANCA, S. J. Pe Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: O “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1952.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade (1967/2023)**. 55ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido (1974/2022)**. 83ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia Não: Cartas a quem ousa ensinar**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022b.

FREIRE, Paulo. **À Sombra Dessa Mangueira**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora. Gestão Democrática da Escola Pública na Cidade de São Paulo**. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire, Erasto Fortes Mendonça - 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021c.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaio**. São Paulo: Cortez, 4ª ed. 2001b.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996/2021c

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: Em Três Artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

FONSECA, Sonia Maria; MENARDI, Ana Paula S. **A Administração Escolar no Brasil Colônia**. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. *História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor*. Campinas: Alínea, 2010. Cap. 2. p. 28-54.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Primeiras eleições municipais, 1988**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/primeiras-eleicoes-municipais-1988> Acesso em: 23 de dezembro de 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Atuação de Paulo Freire no PT**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/centenario-paulo-freire-atuacao-de-paulo-freire-no-pt> Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

GADOTTI, M. **A voz do biógrafo brasileiro: A prática à altura do sonho**. P. 69-115. In: Paulo Freire: Uma Biografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, DF; UNESCO, p. 765, 1996.

GALLINDO, Jussara; ANDREOTTI, Azilde L. **A Administração Escolar no Nacional Desenvolvimentismo**. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. *História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor*. Campinas: Alínea, 2010. Cap. 6. p. 126-145.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBETE, Girlene. **Política Educacional no Município de Vitória no Período de 1989 a 2004: Implicações nas Políticas de Educação Especial**. 2005. 2001 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

GOBETE, Girlene. **Educação Especial no Município de Vitória/ES no Período de 1989 a 2012: Políticas e Direito à Educação**. 2014. 170 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar revela panorama sobre diretores e docentes**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-revela-panorama-sobre-diretores-e-docentes> Acesso em: 28 de outubro de 2023.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica 1**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, João Eurípedes Franklin. **História da Educação no Espírito Santo**. 2016. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/historia-da-educacao-no-espirito-santo> Acesso em: 13 jul. 2022.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a Administração Escolar: A Busca de um Sentido**. Brasília: Libe Livro Editora, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. **A importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional**. In: ANDREOTTI, Alzide L. et al. *História da Administração Escolar no Brasil do diretor ao gestor*. Campinas: Alínea, 2010. p. 15-28.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **Marques de Pombal. A Educação Brasileira no Período Pombalino: Uma Análise Histórica das Reformas Pombalinas do Ensino**. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], v. 11, n. 32, p. 503-516, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7bqbrBdvs3tHHHFq36c6Z9B> Acesso em: 30 dez. 2023.

MAGALHÃES, Justino Pereira in SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**. In: *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica* / Maria Isabel Moura Nascimento [et al.], (orgs). - Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007.

MARX, Karl. **O 18º de Brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx [tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Coleção Marx-Engels)

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011b.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã: Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã em seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução Rerginaldo Santana. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Livro I, Vol. 1, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Para a crítica da economia política, v.1, p. 3-25. (Col. Os Pensadores)

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 417.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3ª ed. São Paulo: Edipro, 2020.

MATHIESON, Louisa Campbell. **O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 1-20, 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dD8wJ36QsgzSwZcjFwNQnJD> Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **As Políticas de Educação Rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Sergipe. Anais. Sergipe: SBHE, 2008. p. 1-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/scbb7D6Lk3HN4tXqgkyYRSq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

MINTO, Lalo Watanabe. **A Administração Escolar no Contexto da Nova República e do Neoliberalismo**. In: ANDRETTI, Azilde; LOMBARDI, José C., MINTO, Lalo W. (Org.). História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor. Campinas, SP: Alínea, 2010. Cap. 8, p. 173-200.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **História, instituições escolares e o materialismo histórico dialético**. Revista HISTEDBR On-line, v. 18, n. 4, p. 1209-1228, 2018.

NATAL, Cirlane Mara. **O Conselho Municipal de Vitória/ES como Espaço de Produção das Políticas Educacionais: A Constituição de uma Esfera Pública**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

NOSELLA, Paolo. **O Princípio Educativo do Trabalho na Formação Humana: uma spaccatura storica**. Revista Trabalho Necessário, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 17-38, 23 set. 2020. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46275> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Aline Lima de et al. **Era Vargas e a educação: um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 39, 10 de outubro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/39/era-vargas-e-a-educacao-um-estudo-do-contexto-historico-e-politico-dos-avancos-educacionais-da-epoca> Acesso em: 21 de abril de 2023.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo** / José Teixeira de Oliveira. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, D. A. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 91-112.

PARO, Vitor Henrique. **O Capital para Educadores ou Aprender e Ensinar com Gosto a Teoria Científica do Valor**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar: Educador ou Gerente?** São Paulo: Editora Cortez, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010a.

PARO, Vitor Henrique. **A Educação, a Política e a Administração: Reflexões sobre a Prática do Diretor de Escola**. Educação e Pesquisa. São Paulo, vol. 36, n. 3 p. 763-778, Set/Dez. 2010b.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de Diretores: A Escola Pública Experimenta a Democracia**. São Paulo: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Ática, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre a Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de encontros e congressos 1979-1998**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PENTEADO, Ana Elisa Arruda; BEZERRA NETO, Luiz. **As Reformas Educacionais na Primeira República (1889-1930)**. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor. Campinas: Alínea, 2010. Cap. 4. p. 75-102.

PEREIRA, Lucenil Rocha. **Eleição direta para diretor escolar: desafio à democratização da gestão**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PERSEU. **Perseu: história, memória e política [recurso eletrônico]**. Nº 2, Ano 2, Agosto (2008). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/issue/view/13>
Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

PPGE/UFES. **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo**. Disponível em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE>. Acesso em 20 de março de 2023.

Revista HISTEDBR Online. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**. Maria Isabel Moura Nascimento. [et al.], (orgs). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007a.

Revista HISTEDBR Online. **Notas introdutórias sobre gestão escolar na perspectiva da pedagogia histórico-crítica**. Revista HISTEDBR On-line Campinas, nº 68, p. 224-238, jun2016 – ISSN: 1676-2584.

Revista HISTEDBR Online. **História e Historiográfica de Instituições Escolares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4910/art2_22e.pdf Acesso em 16 de agosto de 2023.

SANFELICE, José Luís. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 20–27, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf Acesso em: 16 de agosto de 2023.

SANFELICE, José Luís. **História de Instituições Escolares: Apontamentos Preliminares**. QUAESTIO: Revista de Estudos de Educação. V. 1 (Maio 1999) – Sorocaba, SP: Uniso, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1620/1538> Acesso em: 16 de agosto de 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2021b.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 7^a.ed. Campinas: Autores Associados, 2021c.

SAVIANI, Dermeval. **História do Tempo e Tempo de História: Estudos de Historiografia e História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Interloquções Pedagógicas: Conversas com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 Entrevistas sobre Educação**. Campinas: Autores Associados, 2010 (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB: Por uma Outra Política Educacional**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cadernos Cedes, [S.L.], v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/abstract/?lang=pt> Acesso em: 21 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Perspectiva Marxiana do Problema Subjetividade-Intersubjetividade**. In: DUARTE, N. (Org.). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-52.

SAVIANI, Dermeval. **Percorrendo Caminhos na Educação**. Educação & Sociedade, v. 23, p. 273-290, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/jFf4KPPqFfhZ74kmgFNGvRc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 de agosto de 2023.

SciELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <https://www.scielo.org> Acesso em: 22 março 2023.

SCHERER, Canício; PEREIRA, Valter Pires. **Entre a Utopia e a Realidade: Tensões e Conflitos entre o PT e Vitor Buaiz (1995-1998)**. Revista Ágora, [S. l.], n. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1879> Acesso em: 28 abr. 2024.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira> Acesso em: 23 jul. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Vitor Hugo Belavenutti Martins da. **Gestão Escolar: Significações de um Grupo de Diretores sobre Desempenho Democrático**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, José dos Santos. **Gestão Democrática na Perspectiva do Diretor de Escola**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo, 2016.

SOUZA, Maria Isabel Vieira de. **A Gestão Escolar e o Perfil do Diretor de Escola na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: uma contribuição aos estudos sobre teoria da gestão escolar**. 2022. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOUZA, Patricia Silva. **A Gestão Democrática na Escola Pública: do Discurso à Prática do Gestor**. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional (Ppge/Mp), Faculdade de Educação (Fe), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019.

TJRS. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 578-2001**. Decisão de 18 de agosto de 2001. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266425> Acesso em 22 de janeiro de 2024

VARGAS, Roberta Alvarenga de Almeida. **Fragmentos do Cotidiano da Ação Gerencial em uma Escola da Rede Municipal de Vitória (ES)**. 2011. 102 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

VIEIRA, Graziella Pereira. **Teses e Dissertações da Área da Educação sobre Gestão Democrática (2012-2013): um Balanço Crítico**. 2016. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990**. Vitória, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-vitoria-es> Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Lei nº 3.776, de 25 de maio de 1992. **Regulamenta a criação dos Conselhos de Escola**. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/1992/L3776.PDF> Acesso em: 01 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Planejamento da rede escolar: pré-escola e 1º Grau (1990-2000)**. Vitória, dezembro de 1991.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Avaliação da administração municipal (1989-1992) – **Relatório Síntese**. Vitória, setembro de 1992. v. 1.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal nº 8.779/1992** (Modificado pelos Decretos nsº 8.779, 8.795 de 1992 e 9.244/93); nº 10.277/1999; nº 11.194/2002; nº 12.237/2005. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 4.747 de 27 de julho de 1998. **Institui o Sistema Municipal de Ensino**. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 4.746 de 27 de julho de 1998. **Dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação**. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 6.794 de 29 de novembro de 2006. **Dispõe sobre a organização dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino como Unidades Executoras dos recursos financeiros e dá outras providências**. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 16.182 de 14 de novembro de 2007**. Altera as Leis Nº 4. 746 e 4. 747 de 27 de julho de 1998. Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 7.124 de 11 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Processo de Eleição para Diretor das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória e dá outras providências.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 22 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Regimento comum às unidades de ensino da rede municipal de Vitória-ES.** 2012. Disponível em: https://educacao.vitoria.es.gov.br/boletim/Recursos/Arquivos/Regimento_Interno.pdf Acesso em: 28 de outubro de 2023.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto 18.261 de 08 de janeiro de 2021. **Regulamenta Diretrizes e Providências para a contenção de gastos do Poder Executivo Municipal no exercício de 2021 e dá outras providências.** Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2021/D18261.PDF> Acesso em 20 de janeiro de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 22.734, de 29 de agosto de 2023. **Exonera da função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 22.550, de 17 de julho de 2023. **Exonera da função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 21.844, de 06 de fevereiro de 2023. **Exonera da função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 21.842, de 06 de fevereiro de 2023. **Exonera da função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 23.273, de 24 de janeiro de 2024. **Exonera da função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

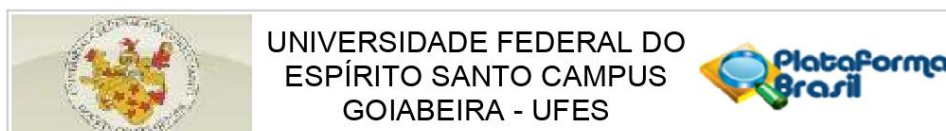
VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 23.486 de 03 de abril de 2024. **Prorroga por 12 (doze) meses o mandato dos atuais Diretores Escolares Municipais.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> 04 de maio de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 23.274 de 24 de janeiro de 2024. **Designa para responder pela função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal. Decreto N° 23.306 de 06 de fevereiro de 2024. **Designa para responder pela função gratificada de Diretor.** Disponível em: <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2024.

ANEXOS

Anexo I – Parecer do Comitê de Ética – UFES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A HISTÓRIA DA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR E A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DE VITÓRIA/PMV-ES

Pesquisador: CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67734922.0.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.956.177

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Essa investigação buscará compreender as trajetórias individuais de gestores escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), o percurso da gestão escolar como processo, analisar a gestão democrática, o processo eleitoral para sua composição, a articulação dentro e fora dos muros da escola.

Orientados pela teoria e metodologia do materialismo histórico dialético a pesquisadora tem como foco analítico a História da gestão pública escolar no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O recorte cronológico elencando será os anos de 1991 a 2021 onde terá como material empírico diversas fontes primárias, especialmente fontes orais por meio de entrevistas com personagens históricos desse período.

O projeto de pesquisa será dividido em duas partes:

- a primeira reservada para um estudo do panorama da História da Educação brasileira e a segunda sobre o território capixaba.

O principal objetivo dessa investigação será compreender a trajetória dos gestores escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), e analisar a gestão democrática, o processo eleitoral para sua composição, a articulação dentro e fora dos muros da escola.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

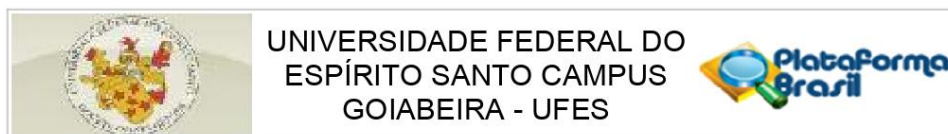
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27) 3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.956.177

O problema principal desse trabalho está em analisar história da gestão escolar no município de Vitória e para isso será apresentado como corte metodológico uma análise baseada em pesquisa bibliográfica e a pesquisa exploratória.

E também inclui diálogos com pessoas relacionadas com o problema pesquisado e análise de exemplos que evidenciam a compreensão do assunto estudado.

Esse método nos ajudará a compreender o contexto histórico da gestão escolar pública municipal de Vitória, os caminhos traçados ao longo do tempo que narram a constituição da figura do gestor escolar na PMV, o caminho percorrido do final da década de 80 até os dias atuais.

A análise desse recorte histórico mostrará a essência da pesquisa, uma vez que o ponto de partida da pesquisadora se apresenta com o real aparente, ou seja, a atual gestão pública municipal e escolar em 2022.

Através de entrevistas baseados em questionários semiestruturados e em seguida propor um instrumento de coleta de dados, com vistas a verificar a realidade vivida pelos entrevistados .

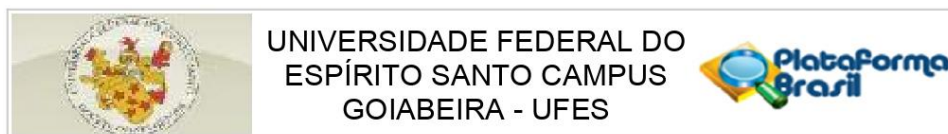
A coleta de dados será realizada nas escolas pertencentes a rede municipal de educação de Vitória. Serão entrevistados diretores escolares e professores num total de 10 participantes e 5 prefeitos e/ou secretários da pasta da educação perfazendo um total de total de 15 participantes.

Com isso buscará compreender como se dá os processos de constituição política da gestão democrática desse município, a forma de atuação dos gestores que dela fazem parte e ainda se possível, a sua atuação no Fórum de Diretores, a fim de identificar como se dá a construção e o processo de gerir as escolas da PMV pautadas nas políticas públicas que favorecem o processo emancipatório de todos os envolvidos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.956.177

O principal objetivo dessa investigação será compreender a trajetória dos gestores escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), e analisar a gestão democrática, o processo eleitoral para sua composição, a articulação dentro e fora dos muros da escola.

Objetivo Secundário:

Analisar a atuação dos gestores escolares da PMV-ES ao longo de um determinado espaço de tempo e geografia; investigar o modelo de gestão democrática, seus métodos e princípios

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Quanto ao método de coleta de dados através de aplicação de questionários e entrevistas presencial ou virtual alguns riscos podem ocorrer, como:

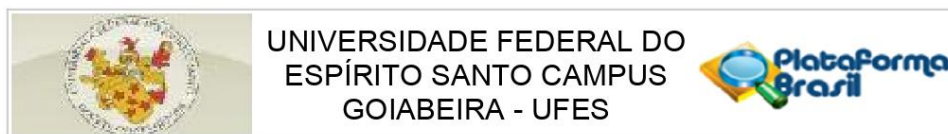
desconforto; timidez, estresse, aborrecimento, exposição de dados e fotos do participante que possam resultar na sua identificação, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias e alterações de comportamento.

Dessa forma, as busca por medidas para minimizar os efeitos serão: garantir o sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos; garantir o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa; garantir a possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou económico – financeiro; garantir explicações necessárias para responder as questões; garantir ao participante a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte dos pesquisadores e garantir o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.

Benefícios:

Quanto aos benefícios diretos, espera-se que os resultados desta pesquisa promovam o conhecimento sobre a importância da gestão escolar, garantia de princípios democráticos visando

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.956.177

o fortalecimento da escola e comunidade escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trará importante contribuição na temática tratada além do enriquecimento da prática pedagógica nas escolas como também de possibilitar o envolvimento da comunidade escolar no processo democrático.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta todos os termos de acordo com as Resoluções em vigor.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2065359.pdf	06/03/2023 19:52:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURAREV.pdf	06/03/2023 19:51:52	CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAREV.pdf	06/03/2023 19:50:43	CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIACOMBREV.pdf	05/03/2023 09:23:55	CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECORRETO.pdf	02/01/2023 08:57:48	CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoassinada.pdf	16/12/2022 09:58:55	CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS	Aceito

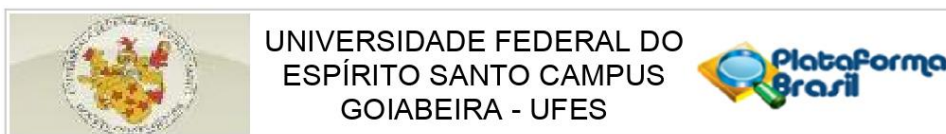
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

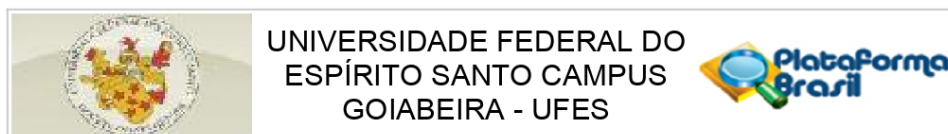


Continuação do Parecer: 5.956.177

VITORIA, 21 de Março de 2023

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27) 3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A HISTÓRIA DA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR E A ATUAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES DE VITÓRIA/PMV-ES

Pesquisador: CLAUDIA VIEIRA KUFFER CHAGAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67734922.0.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.956.177

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Essa investigação buscará compreender as trajetórias individuais de gestores escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), o percurso da gestão escolar como processo, analisar a gestão democrática, o processo eleitoral para sua composição, a articulação dentro e fora dos muros da escola.

Orientados pela teoria e metodologia do materialismo histórico dialético a pesquisadora tem como foco analítico a História da gestão pública escolar no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O recorte cronológico elencando será os anos de 1991 a 2021 onde terá como material empírico diversas fontes primárias, especialmente fontes orais por meio de entrevistas com personagens históricos desse período.

O projeto de pesquisa será dividido em duas partes:

- a primeira reservada para um estudo do panorama da História da Educação brasileira e a segunda sobre o território capixaba.

O principal objetivo dessa investigação será compreender a trajetória dos gestores escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), e analisar a gestão democrática, o processo eleitoral para sua composição, a articulação dentro e fora dos muros da escola.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27) 3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

Anexo II - Decreto nº 8.765, publicado no Diário Oficial do município de Vitória em 05/03/1992

Alterado p. Dec. n.º 9244
de 15 / 12 / 93
art. 44

Revogado p. Dec. n.º 11.094
de 28 / 01 / 2002



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Alterado p. Dec. n.º 8779
de 10 / 04 / 92

DECRETO Nº 8 765

Publicado na
— A GAZETA SM —
de 05 / 03 / 92
Ella
RUBRICA

Alterado p. Dec. n.º 8816
de 18 / 05 / 92

Dispõe sobre o Processo de Eleição de Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória, Espírito Santo.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 3776/92, de 24 de janeiro de 1992, publicada em 30 do mesmo mês,

DECRETA:

Revogado p. Dec. n.º 10.277
de 23 / 11 / 98

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A escolha de diretores das unidades escolares municipais de pré-escola e de 1º grau será efetuada mediante eleições diretas, organizada na forma deste Decreto.

PARÁGRAFO ÚNICO - As eleições de que trata o caput deste artigo serão processadas através do voto direto, universal e secreto e serão realizadas, em data única, na rede municipal de ensino, fixada por ato do Secretário Municipal de Educação.

Art. 2º - Em cada unidade escolar municipal, o processo de eleição de diretor será encaminhado pelo respectivo Conselho de Escola ou de Pré-Escola.

Art. 3º - O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral Central nomeada pelo Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 02

DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 4º - O Secretário Municipal de Educação, até 40 (quarenta) dias antes da data do pleito, tornará pública a Comissão Eleitoral Central, composta dos seguintes representantes, num total de 10 (dez):

I - cinco representantes do grupo magistério, indicados pelo Secretário Municipal de Educação;

II - um representante dos profissionais do magistério, indicado pela entidade da classe (SINDIUPES);

III - um representante dos pais ou responsável dos alunos, indicado pela sua entidade representativa (ASSOPAES);

IV - um representante dos alunos, indicado pela entidade representativa dos estudantes do Município (UMES);

V - um representante dos servidores administrativos, indicado pela sua entidade representativa no Município (SINDSMUVI);

VI - um representante dos movimentos populares, dentre os que já compõem os Conselhos de Escola ou de Pré-Escola, indicado pelo Conselho Popular de Vitória.

§ 1º - Caso deixem de existir no Município órgãos representativos das classes de que trata o "caput" deste artigo, a escolha das representações será exercida pelas entidades existentes que tenham afinidade com a comunidade escolar.

§ 2º - A presidência da Comissão Eleitoral Central será exercida por um de seus membros, indicado pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 3º - Em sua primeira reunião, convocada pelo Secretário Municipal de Educação ou por quem estiver respondendo pela sua administração, a Comissão Eleitoral Central escolherá, dentre seus membros, o Vice-Presidente e o seu Secretário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 03

§ 4º - Ficam impedidos de integrarem a Comissão Eleitoral Central os servidores intencionados em se candidatarem e seus cônjuges.

Art. 5º - A Comissão Eleitoral Central funcionará com, pelo menos, a presença de 05 (cinco) dos seus membros, deliberando com a maioria simples.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ausência de representante de determinada classe não impedirá o funcionamento da Comissão Eleitoral Central.

Art. 6º - A Comissão Eleitoral Central compete:

I - determinar aos Conselhos de Escola das Unidades de pré e 1º grau da rede municipal de ensino a adoção das providências preconizadas neste Decreto prestando todo o apoio necessário a fim de assegurar seu fiel cumprimento no prazo e formas estabelecidas;

II - divulgar no âmbito do Município a data e o objetivo da eleição para a escolha dos diretores das unidades escolares, de pré e 1º grau visando à participação efetiva de toda a comunidade escolar.

III - coordenar e supervisionar todo o processo eleitoral;

IV - providenciar e distribuir o material necessário ao processo de eleição:

a - os impressos: ficha cadastral, cédula de votação, relação de votantes, atas de votação e de apuração de votos;

b - as urnas.

V - homologar a inscrição dos candidatos;

VI - receber e decidir, em primeira instância, sobre as impugnações relativas aos concorrentes ao cargo bem como os recursos provenientes da divulgação dos resultados das eleições;

M.V. - DA-177

V. - 214-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 04

VII - datar e registrar o horário de recebimento dos recursos e impugnações;

VIII - encaminhar ao Secretário Municipal de Educação as decisões sobre as impugnações de candidatos e recursos proferidos em primeira instância;

IX - acompanhar o processo de votação e apuração, através de seus membros ou por credenciamento de fiscais;

X - resolver dúvidas, pendências ou impugnações surgidas durante a votação e apuração e não solucionadas pelo Conselho da Unidade Escolar e pela mesa apuradora;

XI - declarar nulas as eleições na unidade escolar em que forem constatadas irregularidades decorrentes de:

a - estrangulamento de prazos estabelecidos oficialmente;

b - resultados fraudulentos;

c - rasuras em atas e demais documentos que fazem parte do processo eleitoral;

d - violação de urnas;

e - falta de assinatura dos componentes da mesa de votação nas cédulas.

XII - resolver casos omissos;

XIII - encaminhar ao Secretário Municipal de Educação a relação dos eleitos para as providências cabíveis.

DA COORDENAÇÃO DAS ELEIÇÕES NA UNIDADE ESCOLAR

Art. 7º - Caberá ao Conselho de Escola e de Pré-Escola das unidades escolares municipais coordenar o processo de eleições de diretores das mesmas.

Art. 8º - Compete ao Conselho de cada unidade escolar:

I - divulgar este Decreto e outras normas sobre as eleições junto aos diversos segmentos da comunidade escolar;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 05

II - elaborar e afixar na unidade escolar a lista dos candidatos inscritos ao cargo de diretor, dando ciência à comunidade;

III - receber e encaminhar à Comissão Eleitoral Central, nos prazos legais, as impugnações relativas aos concorrentes ao cargo;

IV - organizar os debates dos candidatos com a comunidade;

V - elaborar a relação dos votantes, junto com a secretaria da unidade escolar;

VI - fornecer aos votantes e deles receber as fichas cadastrais dentro do prazo fixado pelo Conselho;

VII - numerar e rubricar as fichas cadastrais;

VIII - tratar da legitimidade do votante analfabeto que não possuir documento hábil de identidade;

IX - carimbar todas as cédulas de votação com o nome do estabelecimento de ensino;

X - designar e credenciar os membros das mesas receptoras e apuradoras;

XI - supervisionar os trabalhos da eleição e apuração;

XII - notificar e/ou suspender o direito de concorrer ao pleito o candidato que:

a - usar da autoridade para coagir eleitores;

b - atentar contra a dignidade e moral dos concorrentes e dos eleitores;

c - fazer afirmações infundadas a respeito de adversários;

XIII - credenciar os fiscais dos candidatos;

XIV - definir os locais para afixação de propaganda eleitoral;

XV - estabelecer o número e os locais das mesas receptoras;

XVI - encaminhar ata com o resultado das elei-ções;

P.M.V. - DA-177

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 06

XII - guardar todo o material da eleição após o encerramento do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias antes da incineração.

Art. 9º - Para o efeito de coordenar o processo de eleições de diretores o Conselho de cada unidade escolar funcionará, pelo menos, com a presença de 80% (oitenta por cento) dos seus membros, deliberando com maioria simples.

Art. 10 - Os membros de Conselho de Escola e/ou Pré-Escola que forem candidatos à direção de unidade escolar terão de se afastar da respectiva representação no ato da inscrição e fora do Conselho permanecer até a apuração das eleições.

DOS CANDIDATOS

Art. 11 - Serão considerados candidatos elegiveis aqueles inscritos de acordo com o estabelecido neste Decreto e que apresentarem os seguintes requisitos básicos:

I - pertencer ao quadro efetivo do magistério público municipal de Vitória;

II - estar em exercício no âmbito da Secretaria de Educação do Município;

III - possuir habilitação em curso de Administração Escolar de duração curta ou plena, ou habilitação em uma das áreas do magistério a saber:

a - para as unidades que oferecem o ensino de pré-escola e/ou até a 4ª série do ensino de 1º grau: habilitação curta ou plena em supervisão escolar, habilitação em orientação educaçional, inspeção escolar, habilitação para o magistério ao nível de licenciatura curta ou plena, habilitação para o exercício do magistério de 1º grau;

b - para as unidades que oferecem até a 8ª série do ensino de 1º grau: habilitação curta ou plena em supervisão escolar, habilitação em orientação educacional, inspeção escolar, ha

P.M.V. - DA - 177

M.V. - 21420

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

.fls. 07

bilitação para o magistério em nível de licenciatura curta ou plena.

§ 1º - Com exceção do servidor habilitado em Administração Escolar, será exigida experiência mínima de 05 (cinco) anos de magistério.

§ 2º - Nenhum candidato poderá inscrever-se, si multaneamente, em dois estabelecimentos de ensino.

§ 3º - O candidato, no ato de sua inscrição, de verá declarar disponibilidade para prestar assistência à unidade em todos os seus turnos de funcionamento, perfazendo uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 12 - Ficam impedidos de se candidatarem aqueles que:

I - estejam respondendo a inquéritos administra tivos de qualquer natureza;

II - possuam anotações desabonadoras em sua fi cha funcional;

III - tenham sofrido pena de suspensão transitada em julgado, prevista no inciso II do artigo 177 da Lei nº 2994, de 17 de dezembro de 1982 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Vitória).

DA INSCRIÇÃO

Art. 13 - O pedido de inscrição dos candidatos será feito até 30 (trinta) dias que anteceda a data fixada para a eleição junto ao Conselho da unidade escolar.

Art. 14 - Quando o candidato à eleição estiver investido no cargo comissionado de Diretor da Escola ou designado pa ra o exercício da função de Coordenador de Unidade de Pré-Escola, es te terá que se desincompatibilizar do cargo ou função, a partir do ato da inscrição até a apuração das eleições.

P.M.V. - DA-177

M.V. - 21420

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 08

Art.15º - O ato de inscrição do candidato será oficializado por requerimento assinado pelo mesmo, acompanhado de:

- I - plano de trabalho;
- II - "Curriculum Vitae";
- III - documentos necessários à comprovação dos requisitos exigidos para candidatar-se, inclusive documento fornecido pelo órgão próprio de pessoal para fins de comprovação do que estabelece o artigo 12 e seus incisos deste Decreto.

§ 1º - O Conselho de cada unidade escolar, no dia seguinte ao encerramento do prazo das inscrições de que trata o artigo 13, fará o encaminhamento das mesmas à Comissão Eleitoral Central para análise e deferimento.

§ 2º - Se indeferido o pedido de registro da candidatura, o candidato será notificado dentro de 48 (quarenta e oito) horas após o prazo para análise das inscrições podendo, em grau de recurso, dirigir-se à Comissão Eleitoral Central, no prazo de 01 (um) dia, a contar do recebimento da notificação.

§ 3º - Até 48 (quarenta e oito) horas depois do prazo fatal para o pedido de inscrição dos candidatos, o Conselho de cada unidade escolar receberá impugnações contra os concorrentes, que deverão ser por escrito e fundamentadas, encaminhando-as para a Comissão Eleitoral Central que decidirá de pleno.

Art. 16 - O julgamento dos recursos e impugnações ocorrerá, no prazo de 48 horas, a contar da data de recebimento pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 17 - Após julgamento dos recursos e impugnações, a Comissão Eleitoral Central homologará os nomes dos concorrentes, dando ciência imediata ao Conselho da unidade escolar, para conhecimento dos votantes.

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 18 - É assegurado aos candidatos o direito

P.M.V. - DA-177

IV. - 21420

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

.fls. 09

de campanha eleitoral a partir da homologação das inscrições até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia designado para as eleições.

Art. 19 - A campanha de que trata o Art. 18 deste Decreto terá o sentido de esclarecer à comunidade escolar sobre o processo de democratização da educação e sobre a proposta de trabalho dos candidatos.

§ 1º - A campanha eleitoral deverá ser restrita a (à):

I - debates e ou discussões entre os candidatos e destes com as comunidades escolar e local;

II - afixação de cartazes em locais determina-dos pelo Conselho da unidade escolar;

III - distribuição do programa de trabalho dos candidatos.

§ 2º - São vedados na campanha eleitoral:

I - perturbar os trabalhos didáticos e administrativos;

II - prejudicar a higiene da escola, principal-mente, com pichações em seu prédio.

Art. 20 - As visitas dos candidatos as salas de aula poderão ser feitas mediante aquiescência do professor res-ponsável pela aula, assegurado direito idêntico a todos os candidatos.

DOS VOTANTES

Art. 21 - Para o fim do disposto no artigo 1º e parágrafo único deste Decreto, terão direito a voto:

I - todos os servidores efetivos e celetistas, localizados na unidade escolar, desde que não estejam de licença sem vencimentos ou à disposição de outra secretaria municipal ou de outros órgãos públicos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 10

II - o pai, ou a mãe, ou o responsável, com direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de filhos matriculados na unidade escolar;

III - os alunos que estejam regularmente matriculados na referida unidade escolar, desde que tenham mais de 10 (dez) anos de idade; e

IV - um representante do conselho da referida unidade escolar eleito pelas entidades de movimentos comunitários.

§ 1º - Os servidores em atuação na SEME votarão na unidade escolar de sua localização.

§ 2º - Os servidores terão direito a 1 (um) voto, mesmo enquadrando-se na condição de um ou mais dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º - O servidor que trabalha em mais de uma unidade escolar votará, distintamente, nas eleições de cada uma delas.

§ 4º - Os pais que possuírem filhos em mais de uma unidade escolar votarão, distintamente, nas eleições dessas unidades.

§ 5º - Os votantes expressos no inciso II deste artigo só terão direito a voto se seus nomes estiverem indicados nas fichas cadastrais, devolvidas no prazo previsto.

DAS MESAS RECEPTORAS E DA VOTAÇÃO

Art. 22 - As mesas de votação serão instaladas em local adequado e num arranjo físico que assegure a privacidade e o voto secreto do eleitor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na mesa de votação haverá as listagens de eleitores conforme modelos próprios.

Art. 23 - A mesa receptora, com 05 (cinco) membros, será composta de elementos do eleitorado, designada e credenciada pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 11

lo conselho da unidade escolar.

§ 1º - Os mesários escolherão entre si o seu Presidente e Secretário.

§ 2º - Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 3º - Não poderão ausentar-se, simultaneamente, o Presidente e o Secretário.

§ 4º - Os candidatos, seus cônjuges e parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins, não poderão ser membros das mesas receptoras.

Art. 24 - Cada candidato poderá indicar, dentre os eleitores do estabelecimento, um fiscal para acompanhar os trabalhos de votação e apuração em sua seção eleitoral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os fiscais indicados pelos diversos candidatos devem estar, devidamente, credenciados pelo conselho de sua unidade escolar que também solicitará ao Presidente da mesa de votação o registro dos mesmos na ata circunstanciada dos trabalhos realizados.

Art. 25 - A mesa receptora é responsável pela recepção e entrega das urnas e dos documentos da seção ao conselho da unidade escolar, bem como pela elaboração da respectiva ata.

Art. 26 - Ao Presidente da mesa receptora cabe a fiscalização e o controle da disciplina no recinto da votação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No recinto da votação devem permanecer os membros da mesa receptora e o eleitor, isto durante o tempo estritamente necessário para o exercício do voto, admitindo-se, também, a presença do fiscal, devidamente credenciado pelo conselho da unidade escolar.

M.V. - DA - 177

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 12 .

Art. 27 - A votação se realizará de acordo com os seguintes procedimentos:

- I - ordem de votação é a chegada do eleitor;
- II - o eleitor, pai de aluno ou representante legal devidamente cadastrado, deverá identificar-se perante a mesa receptora com documento de identidade expedido por órgão oficial;
- III - a mesa receptora localizará o nome do eleitor na lista oficial e este assinará sua presença como votante;
- IV - de posse da cédula oficial, rubricada por, pelo menos, dois membros da mesa, o eleitor, em cabine indevasável, apõe o seu voto e deposita a cédula na urna à vista dos mesários;
- V - após o depósito, pelo eleitor, da cédula na urna à vista dos mesários, a mesa lhe devolverá o documento de identificação quando for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não constando da lista de votação o nome de algum eleitor, devidamente habilitado, este deverá votar em separado, se obtiver a legitimidade reconhecida pelo conselho da unidade escolar através de documento que será anexado à listagem dos votantes.

Art. 28 - Dos trabalhos da mesa de votação será lavrada ata circunstanciada em modelo próprio.

Art. 29 - Compete à mesa de votação:

- I - solucionar imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;
- II - autenticar com suas rubricas as cédulas oficiais;
- III - lavrar ata da votação, constando todas as ocorrências;
- IV - verificar, antes do eleitor exercer o direito de voto, se o seu nome consta da lista de votação;
- V - remeter, após concluída a votação, todos os documentos referentes à eleição à mesa apuradora.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de dúvidas, a mesa fa

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 13

rá o voto em separado, recolhendo-o em envelope, que será devidamente fechado e depositado na urna, com registro na ata, para posterior apreciação pela mesa apuradora.

Art. 30 - No horário fixado para o término das eleições, o Presidente da mesa mandará que sejam distribuídas senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após aquele horário.

DAS APURAÇÕES E DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 31 - Encerrada a votação, instalar-se-á, a seguir, no mesmo dia e local, a mesa apuradora que será composta pela mesa receptora, acrescida de 2 (dois) eleitores, escolhidos entre os presentes.

Art. 32 - A apuração será pública e obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - aberta a urna, será conferido inicialmente o número de votos com o número de votantes das listas de presença;

II - antes de se iniciar a apuração de cada urna, a mesa apuradora resolverá os casos dos votos em separado, se houver;

III - caso o número de votos não coincida com o número de votantes, far-se-á apuração dos votos sendo registrada em ata a ocorrência, independentemente de pedido de impugnação;

IV - iniciada a apuração, em cada unidade escolar, os trabalhos não serão interrompidos até a proclamação do resultado, que será registrado de imediato em ata lavrada e assinada pelos integrantes da mesa apuradora e pelos fiscais credenciados.

Art. 33 - Somente será considerado voto a manifestação de vontade expressa na cédula oficial, carimbada com o nome da estabelecimento, devidamente rubricada pela mesa receptora, devendo ser consideradas nulas as cédulas que:

a) indiquem mais de um nome;

b) contenham expressões, frases, sinais ou quais-

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 14

quer caracteres similares que identifiquem o voto ou visem a sua anulação;

c) registrem nomes não inscritos regularmente.

§ 1º - A inversão ou erro de grafia do nome ou pre nome não invalidam o voto, desde que seja possível a identificação do candidato.

§ 2º - As dúvidas que forem levantadas na escrutinação serão resolvidas pela mesa apuradora, em decisão da maioria de votos. Da decisão caberá recurso à Comissão Eleitoral Central.

Art 34 - Após a apuração dos votos, o conteúdo da urna deverá retornar a ela, sendo a mesma lacrada e guardada para o efeito de julgamento de eventuais recursos interpostos.

Art 35 - Concluídos os trabalhos de escrutinação e lavrada a ata dos resultados e da sua divulgação, a mesa apuradora encaminhará ao conselho da respectiva unidade escolar a ata de votação e apuração e todo o material da eleição para as seguintes providências:

I - encaminhar as atas de votação e apuração para a Comissão Eleitoral Central;

II - guardar todo o material das eleições pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 36 - Apuradas as eleições será proclamado eleito o candidato que obtiver maioria simples.

§ 1º - No caso de candidatura única, em uma unidade escolar, o candidato será proclamado eleito se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos apurados.

§ 2º - Não se confirmando a eleição do candidato único, proceder-se-á, no prazo de 07 (sete) dias, um novo pleito em segundo turno, considerando-se eleito tal candidato com maioria simples.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 15

Art. 37 - Ocorrendo, em 1º lugar, o empate de dois ou mais candidatos, os vencedores participarão de novo pleito, num se gundo turno, no prazo de 07 (sete) dias.

Art. 38 - Iniciada a apuração, somente os candida tos ou fiscais credenciados poderão apresentar impugnação, decidido de imediato pela mesa apuradora, anexando à ata toda documentação.

Art. 39 - Divulgado o resultado das eleições pela mesa apuradora, qualquer votante, inclusive candidatos, poderá inter por recursos, sem efeito suspensivo.

§ 1º - Os recursos serão interpostos por escrito, fundamentados, perante o conselho da unidade escolar.

§ 2º - Ao receber o recurso, o conselho da unidade escolar anotarà no requerimento o horário de seu recebimento, encami nhando-o, imediatamente, à Comissão Eleitoral Central.

§ 3º - O prazo para interposição de recursos será de vinte e quatro horas a contar da hora de divulgação do resultado pela mesa apuradora.

§ 4º - Se tempestivo o recurso, a Comissão Eleito ral Central se manifestará em quarenta e oito horas, excluídos os sá bados, domingos e feriados. Se intempestivo, ou com fundamentos em impugnações não registradas em seu tempo devido, não o receberá.

Art. 40 - Caberá recurso da decisão da Comissão Eleitoral Central ao Secretário Municipal de Educação que se manifes tará em cinco dias úteis, a contar da data do recebimento do mesmo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 - As eleições para diretores das unidades escolares municipais serão realizadas a cada triênio, no mês de abril.

PARÁGRAFO ÚNICO - A primeira eleição ocorrerá no presente exercício e, excepcionalmente, será realizada no período com

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 16

preendido entre a segunda quinzena de abril e a primeira quinzena de maio.

Art. 42 - No ano das eleições, o Secretário Municipal de Educação baixará Portaria, fixando calendário para realização das mesmas, bem como normas complementares ao presente Decreto.

Art. 43 - Os candidatos eleitos serão nomeados para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição consecutiva.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considerar-se-á como mandato consecutivo a eleição dos atuais diretores das unidades escolares de 1º grau.

Art. 44 - A posse se dará no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da divulgação do pleito.

Art. 45 - Não ocorrendo o exercício do candidato eleito e nomeado por razões legais ou desistência declarada, será designado para cumprir o mandato o concorrente que, por ordem decrescente, tiver obtido mais votos no processo de eleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na falta de um segundo concorrente, será convocada nova eleição no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 46 - No caso de vacância do cargo de diretor, far-se-á eleição em 30 (trinta) dias, se em período letivo, em 60 (sessenta) dias, se em período de férias escolares, após aberta a vaga, cabendo ao eleito completar o período de seu antecessor.

§ 1º - Até que se realizem as eleições previstas no caput deste artigo, o membro do colegiado, representante do grupo magistério, responderá, interinamente, pela direção da unidade escolar.

§ 2º - Ocorrendo a vacância nos últimos 06 (seis)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

. fls. 17

meses de mandato, será nomeado diretor "pro-tempore".

Art. 47 - Na unidade escolar cujas atividades se iniciarem após as eleições e naquela em que não ocorrer o processo de escolha de diretor, por falta de candidato, o Secretário Municipal de Educação designará diretor "pro-tempore", até que se criem condições para sua realização, adotando-se como tempo de mandato para diretor eleito o disposto no caput do artigo 46.

Art. 48 - Após 60 (sessenta) dias do encerramento do resultado da eleição, não havendo recursos a serem julgados, todos os documentos relativos à eleição deverão ser incinerados pela Comissão Eleitoral Central ou pelo conselho da unidade escolar, mantendo em arquivo, na Secretaria Municipal de Educação, as cópias das atas e os documentos indispensáveis.

Art. 49 - O diretor, na forma deste Decreto, indicia do em sindicância, processo administrativo ou inquérito policial, contra o qual tramitar ação penal será afastado de suas funções por decisão fundamentada.

PARÁGRAFO ÚNICO - O afastamento dar-se-á pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, se necessário, cabendo ao Secretário Municipal de Educação, se delegado, a designação do substituto.

Art. 50 - Comprovada a culpa apurada em processo administrativo, disciplinar ou judicial, ou, se houver inequívocas provas de descumprimento de seus deveres e obrigações, o diretor terá seu mandato cassado para resguardo da dignidade da função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de destituição da função pelas razões indicadas no "caput" deste artigo, será designado diretor "pró-tempore" e convocada nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias, impedida a participação do diretor destituído.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

fls. 18

Art. 51 - Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 52 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, em 28 de fevereiro de 1992.

J. L.

Anexo III - Decreto nº 16.182, publicado no Diário Oficial do município de Vitória em 11/12/2014



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo



DECRETO Nº 16.182

Dispõe sobre o Processo de Eleição para Diretor das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Vitória,

D E C R E T A:

Art. 1º. A escolha dos profissionais que exercerão a Função Gratificada de Diretor das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória será realizada mediante eleições universais e diretas, através do voto direto, universal e secreto e, em data única, fixada pela Secretaria de Educação.

Art. 2º. As eleições universais para Diretor das Unidades de Ensino Municipais serão realizadas a cada triênio.

Art. 3º. No ano das eleições a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação expedirão normatização regulatória do processo eleitoral.

Art. 4º. Poderão ocorrer eleições extraordinárias para as Unidades de Ensino criadas e/ou nas quais os cargos de Diretor se encontrem em situação de vacância.

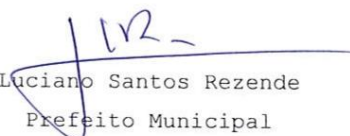
Decreto nº 16.182-14 -fls. 2 -

Prefeitura Municipal de Vitória

Art. 5º. Poderão ocorrer eleições extraordinárias para as Unidades de Ensino criadas e/ou nas quais os cargos de Diretor se encontrem em situação de vacância.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 05 de dezembro de 2014.


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Adriana Sperandio
Secretária Municipal de Educação

Ref.Proc.nº 6389985/14
/vpo

Anexo IV - Decreto n.º 23.486 - publicado no Diário Oficial do município de Vitória de 03/04/2024



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo



DECRETO N° 23.486

Prorroga por 12 (doze) meses o mandato dos atuais Diretores Escolares Municipais.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 113, incisos III e V, da Lei Orgânica do Município de Vitória,

Considerando que o atual mandato dos Diretores Escolares finda em 31 de dezembro de 2024;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação, através do Ofício 876/2023 - SEME/GAB solicitou a parceria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, com vistas a nos conceder suporte técnico consistindo em cessão de urnas eletrônicas a serem utilizadas nesta Rede Pública Municipal, que possui 104 (cento e quatro) Unidades de Ensino;

Considerando que através do OFÍCIO N° 3745 - TRE-ES/PRE/DG/STI o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo indeferiu a solicitação da Secretaria Municipal de Educação para o empréstimo de urnas eletrônicas para a escolha de diretores das unidades municipais de ensino de Vitória, prevista para ocorrer no mês de outubro de 2024, período coincidente com o da realização das eleições de prefeito e vereador, tendo em vista a expressa vedação constante da Resolução TSE 22.685/2007; e,

Considerando que a vacância do cargo de Diretor Escolar poderá afetar tanto a organização administrativa da Unidade de Ensino quanto a implementação do seu projeto pedagógico,

Decreto nº 23.486/2024 -fls. 2 -

Prefeitura Municipal de Vitória

D E C R E T A:

Art. 1º. Em caráter episódico e excepcional, fica prorrogado, por 12 (doze) meses, o mandato trienal dos atuais Diretores Escolares Municipais, os quais, em virtude da presente extensão, exercerão as suas funções até 31 (trinta e um) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

Parágrafo único. Caso não haja interesse do Diretor Escolar em permanecer no cargo, poderá a Secretaria Municipal de Educação nomear outro profissional para o período remanescente do mandato em curso, após escuta do Conselho de Escola da Unidade de Ensino.

Art. 2º. A presente prorrogação, motivada por razões ligadas ao interesse público, não afetará o prazo trienal do mandato dos próximos Diretores eleitos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 03 de abril de 2024

LORENZO SILVA DE
PAZOLINI:0963826
7780

Assinado de forma digital
por LORENZO SILVA DE
PAZOLINI:09638267780
Dados: 2024.04.03
09:55:38 -03'00'

Lorenzo Pazolini
Prefeito Municipal

Ref.Proc.2477401/2024

APÊNDICES

Apêndice A - Entrevista com Vitor Buaiz

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Bom dia. Estou aqui hoje com o Dr. Vitor Buaiz⁴⁰, que foi prefeito de Vitória no período de 1989 a 1992. Farei um bloco de perguntas para a pesquisa de meu mestrado, que será posteriormente transcrita para compor a pesquisa. Dr. Vitor, eu dividirei a entrevista em quatro blocos de perguntas, e vamos dialogar sobre o que for abordado. Para começar, como o senhor decidiu entrar para a política?

Vitor Buaiz: Eu entrei para a política por uma questão de compromisso de geração. Eu era presidente do sindicato dos médicos, um dos sindicatos mais combativos. Nós começamos o enfrentamento com o governo biônico do Estado, de Eurico Rezende, contestando a decisão que ele tomou de transformar a fundação hospitalar em uma autarquia, o que prejudicaria significativamente o funcionamento da Secretaria de Saúde e do Sistema de Saúde como um todo. Com isso, minha representatividade na sociedade como presidente de um sindicato de profissionais liberais ganhou força. Isso foi em 1979.

Em 1980, foi fundado o PT, Partido dos Trabalhadores. Anteriormente, nunca tinha me identificado com nenhum partido político e nunca pensei em entrar na política partidária. Mas naquela ocasião, a criação do PT foi o fato mais importante que ocorreu na política brasileira, pois era um partido que não tinha nenhum comprometimento com as elites ou com os setores dominantes da política brasileira. Além disso, permitia manifestar livremente a vontade de uma categoria de trabalhadores que eram contra a ditadura militar. Muitos jovens da minha geração foram presos e torturados, e eu não poderia ficar sem participar desse movimento nacional.

Em 1982, quando a ditadura começou a afrouxar um pouco o processo eleitoral, permitindo que o PT pudesse participar, a eleição era um voto conjugado. Você tinha que votar nos candidatos a presidente, governador, deputado federal, deputado estadual e senador do mesmo partido. Esse voto vinculado dificultou a eleição de membros de partidos de esquerda e progressistas. Mesmo assim, foi a ocasião para colocar em prática uma nova forma de governar, com a participação popular. Quando fui eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, que considero o cargo mais importante da República Brasileira, a nova Constituição de 1988 definiu todas as regras legais de funcionamento de uma sociedade democrática.

⁴⁰ O emprego do termo "doutor" pela entrevistadora ao se referir a Vitor Buaiz é justificado pelo fato de este ser um médico acupunturista renomado e atuante. Dessa forma, o uso do título "doutor" neste contexto específico é uma expressão natural e respeitosa, reconhecendo a qualificação profissional e a expertise do entrevistado na área da medicina.

Para mim, foi a constituinte e a nova Constituição brasileira que levaram o Brasil a caminhar rumo à democracia e conseguiram tirar do poder o último presidente da ditadura. Este foi o meu compromisso e da minha geração, e nós conseguimos vencer, derrubar a ditadura militar em conjunto com todas as entidades nacionais, como a CNBB, OAB, Instituto dos Jornalistas Brasileiros, entre outros. A sociedade tomou consciência de que, somente organizada em suas bases e com a participação popular, poderíamos cumprir com todos os preceitos legais da nova Constituição brasileira.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: A segunda pergunta já contém um pouco do que o senhor mencionou, mas vamos esquematizar de forma mais direta. Quais foram os cargos que o senhor ocupou antes de se tornar prefeito de Vitória? O senhor mencionou a representação do sindicato e a participação na constituinte. Poderia detalhar os cargos e atividades que exerceu e que foram importantes na sua trajetória até alcançar a prefeitura?

Vitor Buaiz: Eu fui prefeito depois da Constituinte. Em 1972, eu já estava envolvido no movimento profissional de médicos, pois me formei em 1967. Tinha uma relação muito próxima com os estudantes do diretório acadêmico, que pertenciam a um partido clandestino na ocasião, o PCdoB. Em função dessa convivência com os estudantes, eu também tinha um trabalho comunitário em Cariacica, onde trabalhava voluntariamente como médico, atendendo a assessoria jurídica de um estudante de direito que atendia na parte trabalhista. Minha esposa, que era assistente social, também participava desse trabalho social.

Na repressão maior dos anos 70, a polícia federal prendeu os estudantes e eu fiquei dois meses preso no quartel do exército em Vila Velha. Nada foi comprovado contra mim, então fui solto. A partir daí, minha militância voltou-se para o movimento sindical. Em 1979, fui eleito presidente do sindicato dos médicos e participei de um encontro de sindicalistas representando sindicatos de trabalhadores, já pensando na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Meu envolvimento começou aí.

Em 1982, participei da primeira eleição direta pelo PT como deputado federal. Fui bem votado, mas a legenda não tinha votos suficientes para me eleger. Fui candidato a prefeito de Vitória em 1980 para um mandato curto de coincidência das eleições de prefeito com vereadores. Em 1986, surgiu a candidatura para a Assembleia Nacional Constituinte e fui eleito. Com todo o trabalho feito na Constituinte, fui candidato a prefeito de Vitória em 1988 e ganhei a eleição. Em 1994, fui candidato ao governo do Estado e também fui eleito. Essa foi a sequência de mandatos políticos que cumpri no Espírito Santo.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Quais foram as principais realizações que o senhor considera nessa carreira política antes de se tornar prefeito? Tem alguma que se destaca?

Vitor Buaiz: É um conjunto de realizações. A criação da Central Única dos Trabalhadores a nível nacional, regional e municipal foi uma grande realização. Também tive um trabalho importante com a igreja católica, coordenando a pastoral da saúde e visitando comunidades do interior do estado, em um movimento que questionava a ditadura militar. Tive uma participação efetiva em todos esses movimentos, o que destacou meu nome para uma candidatura a cargo eletivo.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Agora vamos para o segundo bloco, que trata da sua gestão como prefeito de Vitória. Quais foram as principais metas e prioridades quando o senhor se tornou prefeito?

Vitor Buaiz: A nossa maior prioridade era ter um governo democrático e popular, que envolvesse a sociedade no estabelecimento das prioridades políticas. A primeira prioridade foi a discussão do orçamento participativo. A segunda, a organização das comunidades e a conscientização da necessidade de participação na construção da cidadania. Anteriormente, o prefeito municipal obedecia à orientação dos vereadores na distribuição do orçamento, o que criava uma relação promíscua. Quando fui eleito, formamos uma aliança com dez partidos políticos, chamada Frente Vitória, para garantir uma base de sustentação na Câmara Municipal. Implementamos um Conselho Popular de Vitória, formado por representantes de cada bairro, para decidir sobre o orçamento e as políticas municipais.

As assembleias de bairro elegiam os representantes. Eles votavam no conselho popular e definiam no bairro as prioridades. Esse era o processo mais democrático, que permitia à sociedade participar das instâncias de poder. Foram criados conselhos populares setoriais, como saúde, educação, transporte, segurança e direitos humanos. A tarifa de ônibus, por exemplo, era definida no conselho setorial de transportes, onde havia predominância das entidades sindicais e de trabalhadores, mas também participação dos empresários. O governo tinha que ter um controle maior desses conselhos. Às vezes, os empresários pediam um reajuste de 30% na tarifa, mas, após discussão, decidíamos por um aumento menor, como 15%, baseado em estudos.

Todos os setores, como transporte, moradia e finanças, tinham conselhos específicos. Essa organização criou um clima favorável para que, na Secretaria Municipal de Educação, definíssemos pela eleição direta de diretores de escola. Foi um processo crescente de conscientização da sociedade para definir as políticas públicas.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Falando da questão da educação, como foi que o senhor lidou com essa questão na sua gestão como prefeito? Quais eram as prioridades e objetivos para a educação no seu mandato?

Vitor Buaiz: Desde a época da ditadura militar, eu já tinha uma irmã que participava do movimento de educação inspirado por Paulo Freire. Naquela época, usávamos cartilhas feitas em mimeógrafos. O método Paulo Freire já tinha se iniciado com a mesma equipe que formou a administração da prefeitura de Vitória. Essa equipe, composta por pessoas que enfrentaram a ditadura militar e foram até presos, ajudou a compor a equipe de educação, seguindo a orientação freiriana.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Diante desse cenário, o que foi possível realizar como prefeito para melhorar a gestão escolar em Vitória? Em 1989, como era vista a questão da gestão escolar e quais ações foram implementadas?

Vitor Buaiz: O critério para a escolha dos secretários foi crucial para a nossa administração. Tínhamos uma coligação de partidos, incluindo PSDB, PCdoB, PMDB e PT. A seleção dos secretários seguia critérios de alinhamento com o programa de governo, reconhecimento profissional e comprometimento com o planejamento estratégico. Na área da educação, baseamos nossa abordagem na referência de Paulo Freire, que havia sido secretário de Educação de Luísa Erundina em São Paulo. Criamos a Frente Nacional de Prefeitos, que ainda está em funcionamento, e realizávamos reuniões bimestrais em diversas capitais, discutindo temas como direitos humanos e educação.

Quando assumimos a prefeitura, enfrentávamos uma inadimplência de 70% no pagamento de impostos. Organizamos melhor o sistema fazendário e, com isso, a arrecadação cresceu mais de 1000%. Esse aumento de receita permitiu alocar os recursos de acordo com as prioridades estabelecidas. Implementamos uma política salarial justa, garantindo a valorização dos trabalhadores e ajustando os salários conforme a inflação, que na época chegava a 30% ao mês. Enquanto o governo anterior atrasava o pagamento dos salários para investir o dinheiro em aplicações financeiras, priorizamos o pagamento em dia para assegurar a valorização dos profissionais.

O critério para a escolha dos secretários não era simplesmente baseado na coligação política. Foi a primeira vez que o OPT (Organização Política Trabalhista) se coligou com o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), resultando na presença de três secretários do PSDB, além de representantes do PCdoB e do PMDB na equipe. Para as Secretarias de Educação e Saúde, nossa prioridade era escolher candidatos do PT, mas também era importante distribuir outros cargos entre os partidos. Os escolhidos deviam estar alinhados com o programa de

governo, ser reconhecidos profissionalmente e comprometidos com o planejamento elaborado.

Montamos uma equipe aberta a diversas contribuições. Em relação à educação, mantivemos contato próximo com Luísa Erundina e seguimos as diretrizes de Paulo Freire. A Frente Nacional dos Prefeitos promovia seminários e reuniões a cada dois meses para discutir novas formas de governar mais democráticas e participativas.

A escolha da secretária de Educação desencadeou um processo de eleição para diretores, fundamentando a gestão democrática nas escolas de Vitória em dois pilares: a seleção adequada do secretário e a eleição dos diretores, envolvidos diretamente no cotidiano das escolas. Essa abordagem criou um ambiente propício para que, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecêssemos a eleição direta de diretores de escola. Foi um processo gradual de conscientização da sociedade, permitindo que ela influenciasse diretamente na definição das políticas públicas que afetam suas vidas

O orçamento participativo permitiu uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos, priorizando os bairros mais pobres, enquanto os bairros mais ricos, que já tinham acesso a melhores serviços e infraestrutura, recebiam menos recursos. Até mesmo a prioridade no transporte público foi dada para os bairros periféricos.

Um episódio notável foi a constatação de que algumas mansões construíram muros que bloqueavam o acesso público à praia. Derrubamos esses muros para restabelecer o acesso à praia, uma medida que recebeu amplo apoio da sociedade, pois acreditamos que a praia deve ser pública para todos.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Foi a partir da escolha da secretária de educação que se desencadeou o processo de eleição para diretores de escola, certo? Como foi essa construção?

Vitor Buaiz: Sim, a escolha do Secretário ou Secretária de Educação é fundamental para estabelecer uma gestão democrática. A eleição dos diretores de escola permitiu que eles, que acompanham o dia a dia da escola, pudessem aplicar as ideologias e políticas públicas diretamente. O orçamento participativo também nos permitiu distribuir melhor os recursos públicos, priorizando os bairros mais pobres. Até mesmo as tarifas de ônibus eram ajustadas para beneficiar a periferia.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Já falamos sobre isso em outras conversas, mas há um sentimento nostálgico entre os professores de Vitória sobre a sua gestão. Os professores se lembram com carinho dos bons salários e da valorização profissional daquela época. Pode nos contar mais sobre as condições e desafios que proporcionaram essa valorização?

Vitor Buaiz: Como falamos anteriormente organizamos o sistema fazendário, o que aumentou a arrecadação em mais de 1000%, permitindo uma política salarial justa. Garantimos a valorização dos profissionais ajustando os salários com base na inflação, priorizando sempre o pagamento em dia. Isso criou uma percepção de que nosso governo "todo mês dava aumento," quando, na verdade, estávamos apenas assegurando a correção salarial necessária para manter o poder de compra dos trabalhadores. Além disso, implementamos uma política salarial que teve um impacto significativo entre os funcionários. Embora a inflação fosse alta, nós garantimos que os salários fossem ajustados de acordo, o que levou à percepção de que "o único prefeito que todo mês dava aumento" era nosso. Na realidade, o que fizemos foi garantir que os salários fossem ajustados corretamente para compensar a inflação.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Não era aumento?

Vitor Buaiz: Era a reposição daquilo que ele estava perdendo devido à inflação de 30%. Isso não era maldade, né? É impressionante como é que tem a coragem de fazer uma coisa dessas. E aí, prioridade? Tá, então, a partir de agora, nós vamos obedecer ao mínimo de 12% para saúde e 25% para educação.

E aí, os salários foram todos ajustados de acordo com o que estava prescrito na nossa política salarial. Reformamos várias escolas que estavam em más condições, construímos novas escolas com padrão de construção e de organização interna. Um detalhe é que a fiscalização era feita pela associação do bairro.

Um exemplo e referência para nós foi o bairro de São Pedro, que era conhecido por toda a pobreza, porque a prefeitura julgava o lixo para aterrar o bairro. Naquela ocasião, a prefeitura tinha conseguido um empréstimo de 1 milhão e meio de cruzeiros na Caixa Econômica Federal e já tinha iniciado a obra. Fez a licitação das empresas que construiriam. Um critério totalmente injusto. Por quê? No edital da concorrência, constava um item que a empresa para participar da licitação precisava ter um capital de 1 milhão de cruzeiros. Empresas daqui não tinham esse capital, então ganhou uma empresa de fora. Qual foi? Odebrecht.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Desde aquela época? Está em todos?

Vitor Buaiz: E só um detalhezinho: para você ter ideia de como era a coisa, eu fui eleito em 15 de novembro. Entre as eleições e a posse, eu recebi um brinde da Odebrecht: um conjunto de cristais. Um bilhetezinho dizia "cortesia". E o que eu fiz? Devolvi. Perguntei ao secretário se alguém tinha recebido algo. Se tivesse recebido, que devolvesse. E eu comecei até hoje a fazer isso. Se o secretário de obras também recebeu algo, que devolvesse. Se fosse um calendário ou uma caneta de propaganda, poderia mandar. Porque ele já sabia que eu iria fazer outra distribuição.

Quando eu fui para a campanha, procurei o sindicato, lá no Rio, com todos eles que eram contemporâneos meus na universidade, na medicina e na engenharia. Aí eu disse: "Preciso do apoio de vocês, inclusive financeiro." Um amigo meu levantou e falou: "Queremos saber se você vai acabar com a sacanagem da prefeitura." Eu respondi: "Qual delas?"

Entregou praticamente de mão beijada a grande obra de São Pedro para os empresários. E nós decidimos: tudo bem. Então, qual era a ideia? Redistribuir as obras. Em vez de fazer uma licitação global, cada obra teria uma licitação separada.

Então, eu tinha o quê? 40, 50, 60 obras? Eles se organizaram e disseram: "Bom, essa obra aqui vai ser sua, então você vai dar uma proposta mais baixa." Segunda coisa: a associação do bairro iria fiscalizar na hora da entrega da obra e na assinatura do contrato. Lá na comunidade estava claro: "Vocês são responsáveis por fiscalizar." Entendeu? Então, o processo democrático abrangia toda a administração.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Dr. Vitor, vamos agora para o terceiro bloco, que se concentrará especificamente na gestão escolar. Nosso objetivo é explorar suas memórias sobre o tema e também contatar as secretárias da época: a Odete, que o senhor já mencionou, e a Teresinha Cravo, com quem já estabeleci contato e que se disponibilizou a colaborar, conforme as condições da pesquisa permitirem. Pretendemos obter mais informações detalhadas por meio dessas entrevistas.

Enquanto isso, gostaria de saber como o senhor avalia a gestão escolar durante o seu período de administração. O senhor percebeu mudanças ao longo do tempo? Poderia oferecer um panorama ou uma visão geral sobre essas transformações?

Vitor Buaiz: Eu não tenho.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: De que se mantém, mudou, alterou? Como está? O que o senhor acha da gestão escolar ao longo desses 30 anos?

Vitor Buaiz: Ao longo dos 30 anos, da minha eleição, os que me sucederam deram continuidade aos projetos, melhorando, modernizando, atualizando. E a continuidade e conclusão das obras que não foram concluídas foi importante. Isso quebrou a sequência de governos democráticos. Continuaram as reuniões dos conselhos setoriais. Mas o pior que pode acontecer é que os que sucederam não corresponderam àquele grande projeto de planejamento que, na verdade, foi feito olhando para o terceiro milênio e para as futuras gerações, e que também se repetiu quando eu estava no Estado.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Considerando essa perspectiva, doutor Vítor, gostaria de saber se os princípios estabelecidos na gestão escolar na década de 90 estão ameaçados atualmente

Vitor Buaiz: Sim, sem dúvida, sem dúvida.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: E essa ameaça é uma ameaça política, partidária?

Vitor Buaiz: Claro, claro. Porque veja o seguinte: esse prefeito entrou no partido do Bolsonaro e desmontou toda a estrutura administrativa. Ele deu uma ordem uma vez, em plena pandemia, além de não ter comprado vacinas, ele estimulou seus partidários a entrar nos hospitais públicos e comentar as más soluções, entre aspas. Esse prefeito atual foi um deles, ele era deputado estadual. Quer dizer, o que leva uma pessoa a fazer uma coisa dessas? Que biologia é essa? Não há expectativa nenhuma de que isso mude. Eu disse: "Prefeito, nós vamos fazer alguma coisa. Há mais um mandato." Daí, acho que as forças democráticas têm que se reunir, fazer uma grande coalizão, um projeto emergencial para tirar a Vitória dessa situação que se encontra hoje, especialmente na educação. Infelizmente, o que faz é deixar a gente triste.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: É, o cenário atual não está nada promissor.

Vitor Buaiz: Realmente, o cenário está complicado. A situação muda muito com os ciclos políticos de quatro anos. Cada nova administração pode trazer mudanças significativas, e isso afeta a continuidade das políticas estabelecidas. O que vemos é uma constante mudança que pode desestabilizar o que foi construído anteriormente.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Sim, a democracia frequentemente ressurgue com muita força em tempos de caos. Em contextos de instabilidade, há sempre uma esperança para aqueles que acreditam no processo democrático.

Vitor Buaiz: Concorro, mas é importante que os partidos progressistas evitem brigas internas por poder. A coesão entre eles é crucial para que a democracia se reerga e se fortaleça.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Acredito que, para se reerguer, a situação precisa melhorar significativamente, já que está em um estado bastante crítico.

Vitor Buaiz: Desde que os partidos progressistas não fiquem brigando entre si por cada poder.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: É um objetivo maior, não é? Claro. Se a gente for pensar na ameaça que a gestão escolar enfrenta, é tão latente, né? Em um ano de 2024, a gente pode romper com uma história de construção democrática de 30 anos, em um movimento abrupto. Então, todas essas questões estão em voga nessa questão da direção de diretores.

Vitor Buaiz: Importantíssimo que eles preparem candidatos a vereador, façam reuniões para discutir a gestão pública democrática, entendeu? Porque as câmaras

e as assembleias estão cheias de conservadores, maioria. E se você não consegue a maioria, como é que você vai executar o projeto que você sonhou?

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Nós vamos partir agora para o último bloco de perguntas, e chegamos a uma questão muito importante. Está na pesquisa a importância que é uma instituição escolar. A gente sabe que muitas coisas se constroem em volta de uma igreja, se constrói em volta de uma escola. Essas instituições estabelecidas em lugares constroem uma sociedade em volta delas, não é? Então, essa é a grande importância da escola, da educação. A gente já falou muito de gestão macro, sobre o prefeito e a educação, o que o prefeito pensa, o que o secretário de educação pensa, e agora vamos chegar específico no diretor escolar. Aquele que vive no lócus da escola. A eleição de diretores foi inédita naquela época, implementada através da importante Lei Orgânica de 1990. Foi um processo implementado no mandato de Vitor Buaiz. O senhor se recorda de como foi esse processo de implementação das eleições diretas em Vitória? De como foi a construção? Se não se lembrar, não tem problema, podemos fazer isso com outras pessoas que viveram mais ativamente. Porque, como prefeito, o senhor tinha muitas demandas. Mas o senhor lembra de algo sobre o momento da eleição de diretores nas escolas?

Vitor Buaiz: Você sabe, vou te contar uma história. E a importância do prefeito, não só do governo prefeito. Uma vez eu fui convidado para um seminário internacional na Itália, cujo tema era "O Prefeito e a Criança". Além disso, eu cadastrei Vitória na época como o governo amigo da criança. Então, a criança é o centro da nossa atenção para construir uma sociedade cidadã.

É na escola, o professor estava lá todo dia, criando as condições para que os pais proporcionem uma educação adequada à criança, porque a criança sofre muita influência do meio, especialmente agora com internet, celular e redes sociais. Muita influência, principalmente negativa. O professor tem que estar atento a esse novo momento que estamos vivendo, porque é difícil tirar da criança uma coisa que lá na família não é orientada. Por isso, é uma habilidade. Pensando nisso, e pensando neste artigo que eu falei para você, dessa pesquisa, a diretora da escola é mais importante nesse aspecto do que a secretária de saúde. A secretária de saúde está ali, deve ter menos impacto, não é? Então, se você tem diretores, por isso que estão querendo trocar por pessoas deles, que sabem que não vão trocar se for eleição direta. Essa é a concepção da importância e da prioridade. Investir na educação e na criança que vai se tornar um cidadão de bem.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: partir da iniciativa de eleição direta de diretores, Vitória passou a adotar um novo modelo de gestão nas escolas. Esse avanço representou não apenas uma inovação, mas também um momento significativo na gestão escolar da cidade. Gostaria de entender melhor as razões que levaram à

implantação desse modelo de gestão escolar. Sabemos que foi um movimento democrático importante, mas, dado que a eleição ocorreu no final do seu mandato, o senhor conseguiu observar os resultados dessa iniciativa?

Quais foram os principais desafios enfrentados na implementação dessa nova política? Mesmo com a breve duração restante do seu governo, a iniciativa foi de extrema importância e contribuiu para a transformação da gestão escolar em Vitória. O senhor conseguiu perceber algum impacto concreto dessa mudança? Quais foram alguns dos resultados que o senhor observou?

Vitor Buaiz: O processo de implantação da eleição direta foi fundamental para a democratização das escolas e para garantir a participação ativa da comunidade na gestão escolar. Com a reabertura política, acreditávamos que a sociedade deveria desempenhar um papel mais ativo na educação, e a eleição direta surgiu como uma alternativa que reforçava essa ideia. Sabíamos que as escolas só teriam a ganhar com isso, e por essa razão fizemos todo o esforço possível para implementar essa mudança.

Apesar da oposição considerável na Câmara, a mobilização das lideranças comunitárias e as assembleias de bairro foram essenciais para viabilizar o pleito. A importância dessa iniciativa não pode ser subestimada, pois representou um avanço significativo em um momento de transformação política e social.

Infelizmente, fico triste ao saber das ameaças que esse processo enfrenta atualmente, mas é essencial resistir para preservar essa conquista. No entanto, todo esse esforço gerou resultados positivos: as pessoas começaram a perceber que a escola pública estava melhor do que a particular, o que levou muitas a transferirem seus filhos para o ensino público. Essa foi a melhor propaganda que poderíamos ter, e é um reflexo direto do sucesso da política que implantamos.

Tudo isso que eu falei antes desencadeou um processo que felizmente foi definido. Porque nós tínhamos uma Câmara de oposição. Agora, se não tivéssemos formado aquelas assembleias de bairro, com as lideranças locais, certamente teria sido mais difícil implantar esse processo de eleição direta mais democrática. Então, o resultado foi que todo mundo queria colocar seus filhos na escola pública.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Na escola pública? Virou atrativo.

Vitor Buaiz: Sim, com certeza. Para dar um exemplo pessoal, eu tinha duas netas pequenas matriculadas na escola pública. Aquela escola foi criada para atender a comunidade e ainda desempenha um papel importante. Sou professor universitário e, como membro da classe média, vi de perto como o bairro onde essa escola está localizada deu um grande impulso ao processo democrático em Vitória. Havia um vereador chamado Otaviano que era muito ativo na mobilização e organização do bairro.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: O Otaviano movimentava a comunidade?

Vitor Buaiz: Exatamente. Ele mobilizava a comunidade e realizava reuniões permanentes no bairro. Infelizmente, Otaviano faleceu em um acidente. Eu estava presente em um comício que Lula fez no norte do Estado, e Otaviano estava dirigindo o carro. Eu era um dos passageiros. Durante o trajeto, houve um engarrafamento em Fundão, e o carro em que estávamos sofreu um acidente. Apesar de o carro ter saído do local com dificuldade, Otaviano ficou preso nas ferragens e morreu ali, o que foi uma tragédia terrível. Eu também tinha um assessor que não sobreviveu ao acidente. Otaviano era um militante ativo e desempenhou um papel crucial para esse bairro e outros, como São Pedro. Para esse bairro e outros bairros, como São Pedro, quem é a maior liderança é a professora Graça Andreata. Você já ouviu falar dela?

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Não, ainda não.

Vitor Buaiz: Vou te dar um livro dela. Veja se você acha relevante. É um livro interessante sobre o trabalho dela, e eu vou te mostrar. Não é esse que está aqui; vou te mostrar alguns livros dela. Um dos livros dela se chama "A Revolução da Estrela". A professora Graça Andreata foi uma militante importante e pioneira nos movimentos de São Pedro.

Eu conheci o marido dela. Ela desempenhou um papel crucial e agitado na história local. Ela também tinha um filho que esteve presente desde os primeiros dias do PT. O filho a acompanhava em todas as reuniões do partido, mesmo quando ela o carregava no colo. Lembro-me de um episódio em que, durante uma reunião, o menino acabou dormindo e tiveram que ir embora mais cedo. A dedicação dela ao partido e aos movimentos era evidente. Eu também estava envolvido com a política na época, mas não conhecia tão bem o PT.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Claro, vou ler com certeza

Vitor Buaiz: Ela tem vários livros dela e escreve poesias.

Apesar de tudo isso, ela foi candidata duas vezes a vereadora. Ela tinha uma situação lá no bairro, mas nunca conseguiu votos suficientes.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: A questão da mulher também, que o Brasil agora está tentando superar um pouco, né?

Vitor Buaiz: Sim, a Graça Andreata foi um exemplo notável nesse sentido. Ela coordenou um projeto muito interessante na prefeitura chamado "Pé na Rua", que envolvia seminários, discussões e festas em diversos bairros. Quando ela passou para o governo do Estado, o projeto mudou de nome para "Na Estrada". Todos os municípios realizavam reuniões para essa ação de cidadania, e nós organizávamos por região. Eu participei dessas atividades, que incluíam serviços como emissão de carteiras de identidade e de trabalho. Era uma iniciativa que movimentava bastante a comunidade.

Se você precisar falar com ela, vale a pena. Ela é uma figura muito popular e teve um papel importante na administração, garantindo a participação de atletas, mesmo com secretárias de tendências políticas diferentes. A contribuição dela foi significativa.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Doutor Vitor, vamos encerrar por aqui. Tenho certeza de que esta entrevista será muito valiosa para minha pesquisa. Agradeço imensamente pelos livros e pelas memórias compartilhadas. Parabenizo o senhor pela sua mente tão brilhante; os detalhes e as datas que o senhor recorda são realmente impressionantes. Assim que eu terminar a transcrição, trarei o material para que o senhor possa revisar. Os encontros de hoje e os anteriores são de grande importância para minha pesquisa.

Vitor Buaiz: Não é fácil guardar tudo na memória, não é?

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Não é, não é prodígio, é prodigioso. Realmente é impressionante como o senhor se lembra de tantos detalhes.

Vitor Buaiz: Vivemos momentos marcantes, não é?

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Com certeza, especialmente considerando a sua trajetória de 80 anos.

Vitor Buaiz: Exatamente, 80 anos.

Cláudia Vieira Küffer Chagas: E com uma mente tão ativa e perspicaz. Parabenizo-o novamente pela contribuição histórica não apenas para Vitória, mas também para o cenário nacional. Vamos trabalhar para incluir tudo isso na pesquisa e torná-la completa. Estou otimista quanto ao resultado.

Vitor Buaiz: Você pode ajustar e editar o texto conforme necessário para melhor clareza?

Cláudia Vieira Küffer Chagas: Sim, com certeza. Muito obrigada por tudo. Vamos em frente.

Apêndice B -Texto lido por Daniel Barboza, “30 anos do processo de construção da Gestão Democrática da Escola Pública no Município de Vitória - ES, sobrenome: Eleição de Diretores.”

30 anos do processo de construção da Gestão Democrática da Escola Pública no Município de Vitória - ES, sobrenome: Eleição de Diretores.

Daniel Barboza Nascimento

Conversar sobre eleições diretas para direção escolar é resgatar um pouco de nossa luta histórica em defesa da Escola Pública e da real efetivação de sua condição Democrática como também vislumbrar os desafios que nos esperam. O esforço é aprender com os erros e acertos na busca da garantia e edificação da Gestão Pública da escola pública, pois as mudanças recentes no mundo político e econômico repercutem, consideravelmente, na educação onde as elites econômicas, mais uma vez, buscam e buscarão a escola para disputas ideológicas (nunca abandonadas, na verdade!) de corações e mentes. Uma disputa que se traduz em uma nova formatação da Escola Pública em seu modelo de organização e conteúdo para, assim, atingir o propósito central: a sua privatização.

Isso posto, pensemos um pouco o itinerário de nossa exposição:

- a) conhecer e descrever o processo vivido nos últimos 30 anos;
- b) buscar uma análise das limitações atuais e reais possibilidades da eleição de diretores para o aniversário de 32 anos da Lei Orgânica e;
- c) ao mesmo tempo, devemos nos municiar de práticas e compreensões teóricas na sustentação da eleição de diretores para o enfrentamento dos grupos e interesses em suprimi-las.

Em razão de estarmos em fase de conclusão, no presente texto, não desenvolveremos os itens b e d.

- a) **Conhecer o processo vivido nas últimas três décadas**

“Os ventos da democratização sopraram forte na cidade de Vitória nos finais da década de 1980 do século XX, impulsionado, é verdade, por uma sociedade civil organizada atenta e atuante que fez refletir na legislação, sobretudo a educacional, grandes avanços para a época onde dialogava com as mazelas de seu presente e, ao mesmo tempo, vislumbrando a superação/enfrentamento dos desafios futuros”.

Diferente de outros lugares, o processo constituinte da cidade de Vitória, a partir de um rico debate com a Sociedade Civil e a Comunidade Escolar, efetiva um singular capítulo da educação no qual é definida e aprovada a educação pública como prioridade em financiamento e, assim, caminha na direção efetiva de uma real participação. Alguns mecanismos foram fundamentais para essas conquistas, citamos a destinação da aplicação de, no mínimo, 35% dos recursos para a educação¹; a criação dos Conselhos de Escolas² e do Conselho Municipal de Educação³; e a impressão na Lei Orgânica da GARANTIA da eleição de diretores⁴; ressaltando que o processo tem que *“ter a participação de todos os segmentos da comunidade escolar”*[...] *“esgotando-se o processo de escolha no âmbito da unidade escolar”* e, por fim, a regulamentação do processo de construção da gestão democrática da escola pública com efetiva participação social do conjunto da comunidade escolar.

No geral, como é o caso da Lei 9394/96 (LDB-EN), bem como no capítulo da educação na Constituição Federal⁵, as referências à Gestão Democrática se resumem ao que citamos anteriormente: *“gestão democrática do ensino público na forma da lei”*. Não

¹ Art. 213. O Município aplicará, anualmente 35% (trinta e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na educação em geral e em obras de infraestrutura urbana.

² Inciso V do art. 220 da LOM - ficam instituídos os Conselhos de Escola e de Pré-Escola que contarão com a representação paritária dos segmentos que integram as Comunidades Escolar e Pré-Escolar.

³ Art. 219 - Fica criado, no âmbito da Administração Municipal, o Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado, de caráter deliberativo sobre a política educacional no Município.

⁴ Art. 221. Fica garantida a eleição direta para as funções de direção nas instituições públicas municipais de ensino fundamental e pré-escolar, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, esgotando-se o processo de escolha no âmbito da unidade escolar.

⁵ CF - Constituição Federal. Aqui acusamos uma regularidade também expressa em outras legislações e lugares.

satisfeita com essa transferência de "conquista", a Constituinte Municipal busca adjetivar tal gestão democrática, oportunizando (em tese) maior participação social e divisão dos espaços de decisão com a comunidade escolar e local. De forma simétrica, a participação social se dá na divisão do poder local e na constituição de instâncias participativas de decisão.

Um outro aspecto que acreditamos ser necessário destacar é que a Gestão Democrática não se resume à Eleição de Diretores e nem esta é garantidora da primeira, mas certo também é que, sem eleição de diretores, a gestão democrática não se completa. Ainda que possamos viver situações "*sui generis*" de termos UEs com eleições de diretores e encontrar ambientes autoritários, com relações personalistas e autocráticas e ou sem termos a eleição de diretores, encontrarmos UEs com relações dialógicas e as decisões provenientes de constantes debate e reflexão com a comunidade escolar. Acreditamos que, frente a este processo (sempre aberto, dinâmico e paradoxal), o mais prudente é pugnar pelo fortalecimento da proposição onde a comunidade possa coletivamente eleger o Diretor de sua unidade escolar e, com efetiva participação, acompanhar cotidianamente o desenvolvimento do trabalho pedagógico/administrativo.

A experiência da eleição de diretores na cidade de Vitória completou, em 2021, trinta e um anos de escrita (garantia na legislação) e vinte e nove anos de vivência direta na escola, ocorrendo nos anos de 1992, 1995, 1999, 2002, 2005⁶ e 2008⁷, 2011⁸, 2014⁹ e 2017¹⁰, 2020/21¹¹.

Ressaltamos as situações apresentadas no ano de 1999 quando o município negou-se a realizar as eleições no ano anterior em virtude de que, segundo o gestor à época "as

⁶ Em 2007, ocorre um processo remanescente das escolas que não "conseguiram" acompanhar o calendário comum do Sistema Público de Ensino.

⁷ Em 2009, ocorre a necessidade de um novo processo remanescente.

⁸ Busca melhor definição sobre a vacância de diretor.

⁹ Definição do voto do estudante a partir de 08 anos, não mais 10 anos.

¹⁰ Voto de todas as crianças em Emefs (sem limitação de idade).

¹¹ Em razão das imposições do *isolamento social* devido à pandemia da Covid-19, a realização das eleições de diretores foi transferida para o ano de 2021.

eleições majoritárias para Prefeito contaminariam o processo eleitoral nas escolas", transferindo, de forma sumária e desrespeitosa, as eleições para o ano seguinte concedendo mais um ano de mandato para os diretores em atividade.

A mesma tentativa e o mesmo argumento são percebidos no ano de 2008 quando foi necessária a intervenção do COMEV para que se garantissem as eleições naquele ano, inaugurando, assim, a elaboração de uma Resolução do COMEV sobre eleições de diretores de escolas e CMEIs no município de Vitória¹².

O olhar para dentro da experiência vivida na cidade de Vitória é educativo e estimulante (olhar diacrônico), mas também nos sugere um olhar sincrônico, ou seja, buscar aprender com as experiências de outros lugares, em especial, com a rede estadual e outros municípios vizinhos.

A rede estadual viveu, apenas, um único processo de eleição de diretores. A não continuidade prejudicou sobremaneira a edificação da gestão democrática naquele sistema de ensino. Os municípios vizinhos¹³, de forma diferenciada, vivenciam os seus processos eleitorais (é bom lembrar que existem municípios que inauguraram o processo de eleição de diretores antes da PMV), com avanços e recuos, com continuidades e ou descontinuidades.

Do exposto até o momento, podemos resumir em três questões centrais sobre as eleições de diretores nas escolas do sistema público municipal de Vitória:

a) singularidade da Lei Orgânica que escreve, com todas as letras, ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIREÇÃO ESCOLAR. Deve ser a única Lei Orgânica que assim o fez e;

¹² Para melhor análise, ver portaria da Seme, nº 039/2008, que homologa Resolução nº 04/2008, do Conselho Municipal de Educação de Vitória que dispõe sobre o Processo de Eleição para provimento da Função Gratificada de Diretor nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Vitória, Espírito Santo, para o triênio 2009/2012.

¹³ Aqui nos referimos aos municípios da Grande Vitória – ES.

b) as tentativas de sua limitação, não realização e supressão. O segundo aspecto apresenta um *degradê* de ações que, em nosso entendimento, foi “estancado” com a Resolução do COMEV sobre eleições de diretores. Aqui estamos diante de mais uma singularidade: nos municípios em que encontramos a eleição dos diretores escolares, c) Vitória - ES deve ser o ÚNICO que as eleições ocorrem em razão/sustentado de/por uma Resolução de seu Conselho Municipal de Educação. Não encontramos registro deste tipo em outra parte do Brasil.

Importa ressaltar a contribuição que esse processo vem dando à formação cidadã de todos/as que compõem a Comunidade Escolar do Município de Vitória, considerando a garantia do exercício democrático de forma aberta e ampla. Sabemos que o processo se encontra em consolidação há três décadas, está expresso na Lei Orgânica de nosso município e que, como o próprio processo de (re)democratização do país, encontra-se em construção, expressando ora erros, ora acertos, porém é preciso fazer valer o direito de cada indivíduo participante das comunidades escolares públicas municipais da cidade em sua condição de sujeito ativo, permitindo sua manifestação por meio de voto direto.

A educação para a cidadania exige de nós o reconhecimento de todos os sujeitos como potencializadores da construção democrática e tirar deles o direito ao voto é forjar um processo pseudodemocrático e de caráter elitista como toda a história política construída nesse país.

Com todos os desafios e limitações do processo de democratização e participação da sociedade brasileira e da gestão pública, em nosso caso específico, na busca de tornar MAIS pública a esfera pública (e a escola pública), verificamos que o processo vivido na cidade de vitória refletiu as limitações e possibilidades de seu tempo: entre o primeiro decreto de 1992 e a última resolução COMEV/2021, as transformações são enormes. Tivemos inúmeras modificações que adaptaram o processo aos desafios e demandas de seu tempo: do voto de papel para o voto eletrônico, modificações nos votos e

participação dos estudantes, funcionários e professores, bem como os critérios para ser candidato à direção de escola, duração do mandato e o tipo de campanha eleitoral a ser adotado, passando pela organização do processo eleitoral na escola e critérios e sentidos da Comissão Eleitoral da Escola e Comissão Eleitoral Central.

No período de mais de três décadas, meados dos anos 80 do século XX, as Comunidades Escolares da cidade de Vitória e a sociedade civil organizada que têm como pauta a defesa da escola pública construíram uma exigência social expressa em Decretos e Leis municipais além das Resoluções do COMEV, primando pela efetiva participação e Gestão Democrática com vista a maior controle social das políticas públicas, em especial, àqueles referentes à educação. Ver criação de Conselhos de Escolas e do COMEV.

Poderíamos analisar cada um dos decretos e resoluções do COMEV que tratam dessa matéria. Isso nos levaria a ganhar nos detalhes, mas correríamos o risco de perder na consolidação de uma visão de conjunto. Não descartamos futuras análise mais detalhadas sobre as construções político/jurídicas, mas, para o presente texto, buscamos um fio condutor que nos permita observar as transformações e permanências, o diálogo com o tempo presente e a luta de diferentes interesses, proposições e contradições expressas no fazer Político Pedagógico das Eleições de Diretores nas Escolas Públicas da PMV.

A nossa opção reside na constituição de uma periodização mesmo considerando todo o risco da tentativa de uma periodização, pois esta, muitas vezes, deixa-nos evidente quando tomamos certa distância dos fatos ocorridos que têm, como marca, algumas características singulares e que, assim, nos permite um olhar de conjunto sem perder as particularidades. Ao contrário, os esforços vão na direção de melhor evidenciá-las. Eis a nossa proposição de periodização para análise dos decretos e resoluções sobre eleições nas UEs da PMV:

- a) Decreto inaugural: expressão de força e centralização para garantir o processo de eleições;
- b) Decretos do "período Marrequiano": expressão de força e centralização para desidratar o processo;
- c) Decretos "dialogicos/centralizados";
- d) Resoluções Comev: exigência de atenção fina com os desafios do tempo presente aliado à busca da edificação e consolidação da Escola Pública com efetiva Gestão Pública Democrática e Participativa.

Tabela I - Localização da periodização com os prefeitos dos últimos 30 anos:

Ano	Prefeito	Partidos	
1989-92	Vitor Buaiz	PT	Decreto inaugural: expressão de força e centralização para garantir o processo de eleições;
1993-96	Paulo Hartung	PSDB	Decretos do "período Marrequiano": expressão de força e centralização para desidratar o processo;
1997-00 (I)	Luiz Paulo	PSDB	
2001-04 (II)	Luiz Paulo		
2005-08 (I)	João Coser	PT	Decretos "dialogicos/centralizados"
2009-12 (II)	João Coser	PT	Resoluções Comev: exigência de atenção fina com os desafios do tempo presente aliado à busca da edificação e consolidação da Escola Pública com efetiva Gestão Pública Democrática e Participativa
2013-16 (I)	Luciano Rezende	PPS/Cidad	
2017-20 (II)	Luciano Rezende		
2021 ...	Lorenzo Pazolini	Repub.	

Buscando garantir uma visão longitudinal, a periodização dialoga, de certo modo, com o contexto político educacional vivido em cada tempo nos quais observam-se tensionamentos de grandezas diversas. Agora, descreveremos um pouco mais sobre cada período e seus elementos principais:

- a) **Decreto inaugural:** expressão de força e centralização para garantir o processo. A proposta de eleição de Diretores enfrentava uma cultura de que "os cargos de diretores

de escolas serviam como moeda de barganha" junto aos partidos políticos, vereadores e lideranças políticas, ou seja, servia como instrumento de "governabilidade" e garantia de "eventuais maiorias".

Realizar as eleições era contrariar interesses políticos, partidários e eleitoreiros. De certo, tal medida exigiu força, direção e centralidade.

b) **Decretos do "período Marrequiano"**: expressão de força e centralização para desidratar o processo de eleição dos diretores das escolas. A cidade de Vitória conheceu 12 anos de governo do PSDB e seu início (PH) reivindicava uma certa continuidade do governo anterior (PT). Mas, na segunda metade do governo PH e em todo governo de LP, conhecemos a mão de ferro do "neoliberalismo tupiniquim". Dobrar a resistência da categoria do magistério, derrotar o sindicalismo combativo era condição para a edificação do receituário liberal na PMV, em especial na educação. Fragilizar a participação social e a gestão democrática, passa a fazer parte de projeto maior.

Paradoxalmente, se debatia a "participação" pela exclusão, por um higienismo elitista. Buscava-se fazer o "processo à imagem e semelhança" da Seme ao invés da expressão do colorido e das diversas vozes que ecoam do espaço escolar e da comunidade escolar plural.

c) **Decretos "dialógicos/centralizados"**: o período de aplicação do receituário liberal nos governos do PSDB foi estancado com a derrota eleitoral de seu candidato. Ascende ao governo local mais uma administração do PT e, assim, realiza-se um esforço concentrado no sentido de se restaurar, efetivamente, um processo de eleição de diretores dialógico como expressão do fortalecimento da gestão democrática participativa.

Aprendemos com a nossa história com muitas lutas, vitórias e derrotas. Conhecemos um impasse: o argumento, por parte da Seme, de não realizar as eleições de diretores escolares num ano de eleições gerais. Muitos setores do campo da educação ficaram

perplexos, pois já "conhecíamos tal discurso e poderia ser repetido algo perigoso que se conheceu no passado". Diante desse fato, a comunidade escolar articulada, nas fileiras do Comev, tensiona para a realização das eleições naquele ano e, persistindo a negativa da Seme, o Comev toma a decisão de levar o processo adiante e garantir a realização das eleições de diretores de escola da PMV. Provavelmente, a primeira do Brasil sob orientações de um Conselho Municipal de Educação.

A adjetivação de "Decretos dialógicos/centralizados" pode parecer um pouco estranho e tentaremos explicar. Qualitativamente, esse período foi superior ao anterior, buscou-se diálogo e fortalecimento da gestão democrática, contudo, ainda na condição de decreto, ou seja, uma prerrogativa do governo em detrimento do efetivo diálogo com a comunidade escolar expresso no Comev. Em nome da centralização, acreditava-se que a administração poderia editar o decreto quando desejasse sem acompanhar os períodos de mandatos e calendário eleitoral das escolas. O desfecho desse debate, com a realização das eleições de diretores, a partir das orientações advindas da resolução do Comev, amplamente discutidas, impôs o término deste e inaugurou o período seguinte.

d) **Resolução Comev:** exigência de atenção fina com os desafios do tempo presente aliado à busca da edificação e consolidação da Escola Pública com efetiva Gestão Pública Democrática e Participativa. Inaugura-se com a eleição a partir da Resolução do Comev e atravessa com muita luta três diferentes governos e seu *degradê* ideológico: Coser, Luciano e o atual.

Diante da proposta de periodização, e assim entendendo, buscaremos tratar de alguns temas que perpassam os diferentes regulamentos (decretos e resoluções) de forma explícita ou implícita que, a seu modo, refletem os distintos períodos e seus pressupostos. Temos formulações comuns a todos os documentos que se impõem pela sua importância e ou devido à sua condição elementar sem ser secundário, mesmo não sendo central.

Roteiro de análise de quase 3 décadas dos marcos legais que regulamentaram as eleições de diretores(as) de Emefs e Cmeis na PMV em que se busca descrever as singularidades, continuidades e descontinuidades das mesmas. Vejamos:

I - Estabelecimento de critérios e "*seleção de candidatos*" para serem candidatos:

Nos quatro itens abaixo, mesmo com diferentes formatos, observa-se uma presença constantes em todas as eleições

- a. Condição funcional: efetivo.
- b. Exigência de formação acadêmica mínima: magistério de Ensino Médio, licenciatura curta, último período da licenciatura, licenciatura, curso específico de licenciatura (administração escolar)
- c. Experiência de tempo de serviço no magistério (na PMV ou em outras redes): 5 anos, 3 anos ser efetivo na rede,
- d. Ter "nome limpo" na praça:

Já tivemos vários modelos de "formações e avaliações", precedendo o processo eleitoral efetivamente na escola, como derivativo da exigência de formação acadêmica, em especial, nos parece, herança da formação específica em "administração escolar", observamos certo esforço e ou imposição de "qualificação" aos candidatos expressos em:

- 1. Provas: dos 105 inscritos, apenas 33 conseguiram se efetivar como candidatos de 32 UEs da rede¹⁴. As unidades que "não conseguiram ter candidatos", após as eleições, a Seme/PMV "apresentou nomes para os Conselhos homologarem" numa espécie de "interventores" homologados;

¹⁴ O processo foi disparado no mês de janeiro com uma lista extensa de leitura como referência bibliográfica. Com livros em edições esgotadas e outras que nem se encontravam nas livrarias de Vitória. Alguns com quase 500 páginas para leitura.

2. Exigência de participação de cursos de formação com avaliação. Aqueles cursistas que conseguissem aproveitamentos superior a 70% tornar-se-iam candidatos;
3. Apenas a exigência de participação de cursos de formação para pré-candidatos;

Adiantamos que não nos opomos ao processo formativo anterior ao processo eleitoral na escola, mas sustentamos que este não pode ser barreira de exclusão para a efetivação da candidatura. Acreditamos em um processo de formação que busque discutir os múltiplos desafios para a gestão colegiada/democrática da escola pública. Tal qualificação é mais do que necessária para a formação do candidato, mas, sobretudo, para a definir se o profissional efetivar-se-á candidato.

Sempre defendemos a oferta diversificada da formação. Sabe-se que os caminhos são desiguais. O candidato que já é diretor e concorrerá à reeleição; candidato ex-diretor que volta a concorrer; e, na outra ponta, no extremo oposto, temos colegas com duas cadeiras de regentes, às vezes, em dois municípios; e, nessa situação específica, se for professora e tenha filhos, evidencia-se uma desigualdade dada às imposições dessa condição, é preciso que o curso seja ofertado em horários “alternativos” a fim de amenizar as diferenças na efetivação da participação.

Pressupomos que num processo eleitoral suficientemente democrático teremos candidatos os mais diversos, com qualidades e projetos bem distintos e a ideia de se garantir o domínio da “boa técnica administrativa” numa prova como barreira de exclusão é nutrido a partir de uma falsa ilusão/dicotomia que aqui refutamos: a técnica ou o conhecimento técnico não é superior ao conhecimento político. E, igualmente ilusório, é acreditar que o conhecimento e domínio políticos prescindam da técnica.

Por fim, deixamos algumas observações e tentativa de síntese pontos centrais que percorrem a legislação que regulamentaram os processos em nossa cidade:

II – Formação de candidatos e diretores das unidades de ensino:

- Formação pontual X como cláusula de barreira ou pugna-se por um programa de Formação Continuada?
- Essa formação para exercício da direção seria um resquício da Primazia de uma formação Administrativa e Burocrática (Em busca do síndico perdido!!) em detrimento da discussão e aprofundamento do político pedagógico?

III – Condição para serem Eleitores(as):

- a. apenas Professores(as) e Funcionários(as) efetivos;
 - a.1. Professores(as) e Funcionários(as) efetivos, contratados, terceirizados, estagiários. Observe-se o processo de terceirização e não realização de Concurso público que impactou no número de eleitores no segmento de professores e funcionários;
- b. estudantes (10 anos);
 - b.1. estudantes (8 anos);
 - b.2. estudantes (7 anos);
 - b.3. estudantes (todos das Emefs);

Obs: as eleições dos Conselhos não acompanharam essas modificações. Hoje continuam restritos a alunos com 10 anos ou mais...

- c. pais e mães (um voto por família);
- d. Conselho de Escola: 1 voto segmento comunidade;

IV - Instância final de recurso:

- a. CEC (Comissão Eleitoral Central)
- b. Seme
- c. Comev

V - Composição da CEC:

- a. 5x5;
- b. Seme/Comev;

c. Seme/Comev/FD (Fórum de Diretores);

VI - Comissão Eleitoral da Escola:

- a. Conselho da UE;
- b. Indicação de membros do Conselho;
- c. Homologação da CEL no Conselho;

VII - Mandato (3 anos) e reeleição:

- a. sem limitação;
- b. com limitação de 2 (mas livre para outras UEs);
- c. com limitação de 2 (independente das UEs);

VIII - Da campanha Eleitoral:

- a. O projeto do candidato discutindo o PPP da escola e os desafios de sua aplicação;

IX - Ausência de Candidatos/ Vacância da Direção:

- a. diretor indicado/ biônico;
- b. membro/ representação do magistério no Conselho da Escola;
- c. processo de indicação do Conselho;
- d. lista tríplice indicação da Seme;
- e. situações de indicação do Conselho/Seme e novas eleições;

Algumas sugestões de desafios dos tempos atuais para debate e novas reflexões com possíveis impactos sobre a Gestão Democrática:

- a) Escola Cívico/Militar (ECM);
- b) Escola sem Partido (EsP)
- c) Avaliação em Larga Escala (ALE) com imposições sobre o processo eleitoral;
- d) “Despersonalização” do processo eleitoral na escola;

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

COMEV, Resolução nº 04/2008 e nº 03/2009.

SEME: Proposta de decreto da Seme para eleição de diretores (triênio 2012-2015).

VITÓRIA. Decreto Municipal nº 8.779/1992 (Modificado pelos Decretos nsº 8.779, 8.795 de 1992 e 9.244/93); nº 10.277/1999; nº 11.194/2002; nº 12.237/2005.

_____. Lei Municipal Nº 4.746 de 27 de julho de 1998 – Dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

_____. Lei Municipal Nº 4.747 de 27 de julho de 1998 – Institui o Sistema Municipal de Ensino.

_____. Lei Municipal Nº 6.794 de 29 de novembro de 2006 - Dispõe sobre a organização dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino como Unidades Executoras dos recursos financeiros e dá outras providências.

_____. Lei Municipal nº 7.124 de 14 de novembro de 2007 – Altera as Leis Nº 4. 746 e 4. 747 de 27 de julho de 1998.

Anexo:

Anos que ocorreram eleições:

1992: orientado pelo Decreto 8.779/92;

1995: orientado pelo Decreto 8.779/92 (com as modificações dec. 8.795/92 e 9.244/93;

1998/9: orientado pelo Decreto 10.277/98);

2002: orientado pelo Decreto 11.194/02;

2005: orientado pelo Decreto 12.237/905;

2008: orientado pela Resolução Comev nº 04/08;

2011: orientado pela Resolução Comev nº ____/11;

2014: orientado pela Resolução Comev nº ° ____/14;

2017: orientado pela Resolução Comev nº ° ____/17;

2020/1: orientado pela Resolução Comev nº ° ____/20/21.